

# VOLUME I

## RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA OBSERVÂNCIA DO **PRINCÍPIO DO PLURALISMO POLÍTICO**

INFORMAÇÃO TELEVISIVA DIÁRIA E NÃO-DIÁRIA

**CANAIS GENERALISTAS**

**RTP1, RTP2, SIC e TVI**

**2012 e 2013**



## FICHA TÉCNICA

---

Título: **Relatório de Acompanhamento da Observância do Pluralismo Político – Informação Televisiva Diária e Não-Diária – RTP1, RTP2, SIC e TVI – 2012 e 2013**

Edição: **Entidade Reguladora para a Comunicação Social**

**Av. 24 de Julho, 58, 1200-869 Lisboa**

Tel. **210 107 000**

Fax **210 107 019**

Internet [www.erc.pt](http://www.erc.pt)

E-mail [info@erc.pt](mailto:info@erc.pt)

**Pedro Puga**

**Vanda Calado**

**Vanda Ferreira**

**Túlia Marques**

Colaboração: **Margarida Bénard da Costa**

**Carolina Espírito Santo**

Conceção gráfica: **ERC**

**Lisboa, outubro de 2014**

Coordenação Técnica: **Departamento de Análise de Média**

**Tânia de Moraes Soares (Diretora)**

**Alexandra Figueiredo**

**Bruna Afonso**

**Carla Martins**

**Carla Oliveira**

**Catarina Páscoa**

**Eulália Pereira**

**Filipa Menezes**

**Henrique Dias Gonçalves**

**Maria João Taborda**

## ÍNDICE

	ÍNDICE .....	1
	INTRODUÇÃO GERAL.....	4
	SUMÁRIO EXECUTIVO .....	9
/	<i>INFORMAÇÃO DIÁRIA</i> .....	9
	INTRODUÇÃO – RTP1, RTP2, SIC E TVI – 2012 E 2013 .....	9
	SÍNTESE CONCLUSIVA - RTP1, RTP2, SIC E TVI – Ano de 2012.....	11
	SÍNTESE CONCLUSIVA - RTP1, RTP2, SIC E TVI – Ano de 2013.....	13
/	<i>INFORMAÇÃO NÃO-DIÁRIA</i> .....	15
	RTP1 .....	16
	“GRANDE ENTREVISTA” 2012 .....	16
	“A OPINIÃO DE JOSÉ SóCRATES” E “A SEMANA DE NUNO MORAIS SARMENTO” 2013.....	16
	“DE CARAS” 2012-13.....	16
	“PRÓS E CONTRAS” 2012-2013.....	16
	“PORTUGAL HOJE” 2012-2013.....	17
	“ESPECIAIS INFORMAÇÃO” 2012-2013.....	17
	RTP2 .....	18
	“EURODEPUTADOS” 2012-2013 .....	18
	“MARIA FLOR PEDROSO ENTREVISTA” 2012-2013 .....	18
	“PARLAMENTO” 2012-2013.....	18
	SIC .....	19
	EDIÇÕES ESPECIAIS 2012-2013 .....	19
	TVI .....	19
	EDIÇÕES ESPECIAIS 2012-2013 .....	19
	<b>PARTE I – INFORMAÇÃO DIÁRIA (2012 E 2013).....</b>	<b>21</b>
	CAPÍTULO I - METODOLOGIA.....	21
	Definição dos modelos de análise.....	26
	CAPÍTULO II – ACONTECIMENTOS DOS ANOS 2012 E 2013 COBERTOS NOS TELEJORNALIS DE HORÁRIO NOBRE DA RTP1, RTP2, SIC E TVI .....	28
	Peças de pluralismo político em 2012.....	28
	Peças de pluralismo político em 2013.....	46
	CAPÍTULO III: RTP1, RTP2, SIC, TVI – PERÍODO EM ANÁLISE: 2012 E 2013.....	61
	Modelo Simples- RTP1, RTP2, SIC e TVI – valores relativos a 2012 e 2013 .....	63
	Modelo Ponderado - RTP1, RTP2, SIC e TVI – valores relativos a 2012 e 2013 .....	65
	<b>PARTE II – INFORMAÇÃO NÃO-DIÁRIA (2012 E 2013) .....</b>	<b>75</b>
	INTRODUÇÃO .....	75
	Questões metodológicas.....	76

Volume I

	CAPÍTULO I - RTP1 .....	79
	“GRANDE ENTREVISTA” 2012.....	79
	Pluralismo político no programa “Grande Entrevista” 2012 .....	79
	Síntese do pluralismo político no programa “Grande Entrevista” da RTP1 .....	79
/	“A Opinião de José Sócrates” e “A Semana de Nuno Morais Sarmiento” 2013.....	80
	Pluralismo político nos programas “a opinião de José Sócrates” e “a semana de Nuno Morais Sarmiento” ...	80
	Síntese do pluralismo político nos programas “a opinião de José Sócrates” e “a semana de Nuno Morais Sarmiento” da RTP1.....	80
/	“De caras” 2012-13.....	81
	Pluralismo político no programa “De Caras” 2012-2013.....	81
	Síntese do pluralismo político no programa “De Caras” da RTP1 .....	81
/	“Prós e Contras” 2012-13 .....	82
	Pluralismo político no programa “Prós e Contras” .....	82
	Síntese do pluralismo político no programa “Prós e Contras” da RTP1 .....	87
/	“Portugal Hoje” 2012-13 .....	89
	Pluralismo político no programa “Portugal Hoje” 2012-2013.....	89
	Síntese do pluralismo político no programa “Portugal Hoje” da RTP1 .....	90
/	Edições especiais 2012-13 .....	90
	Pluralismo político nas edições especiais 2012-2013.....	90
	Síntese do pluralismo político nas edições especiais da RTP1 .....	93
/	Autárquicas 2013.....	93
	Pluralismo político em Autárquicas 2013.....	94
	Síntese do pluralismo político no “Autárquicas 2013” da RTP1.....	95
	CAPÍTULO II - RTP2 .....	96
/	“Eurodeputados” .....	96
	Pluralismo político no programa “Eurodeputados” 2012-2013 .....	96
	Síntese do pluralismo político no programa “Eurodeputados” da RTP2.....	96
/	“Maria Flor Pedroso Entrevista” .....	97
	Pluralismo político no programa “Maria Flor Pedroso Entrevista” .....	97
	Síntese do pluralismo político no programa “Maria Flor Pedroso Entrevista” na RTP2.....	97
/	“Parlamento”.....	98
	Pluralismo político no programa “Parlamento” .....	98
	Síntese do pluralismo político no programa “Parlamento” da RTP2.....	100
	CAPÍTULO III – SIC 2012-2013 .....	101
/	Edição especial Autárquicas 2013 .....	101
	Pluralismo político-partidário no “Autárquicas 2013” .....	101
	Síntese do pluralismo político-Partidário no “Autárquicas 2013” .....	103
	CAPÍTULO IV – TVI 2012-2013 .....	104
/	entrevistas especiais 2012-2013.....	104

## Volume I

	Pluralismo político nas Entrevistas Especiais .....	104
	Síntese do pluralismo político Entrevistas Especiais da TVI .....	104
/	<i>especial Informação 2013</i> .....	104
	Pluralismo político em Especial Informação .....	104
	Síntese do pluralismo político em Especial Informação da TVI .....	104
/	<i>Autárquicas 2013</i> .....	105
	Pluralismo político em “Autárquicas 2013” .....	105
	Síntese do pluralismo político “Autárquicas 2013” .....	107
	ÍNDICE DE FIGURAS.....	108

## INTRODUÇÃO GERAL

1. O presente relatório (apresentado em dois volumes) tem como objetivo apresentar os resultados do acompanhamento da observância do **princípio do pluralismo político** nos serviços de programas televisivos de acesso não condicionado livre do serviço público de televisão – **RTP1 e RTP2** –, bem como dos operadores privados – **SIC e TVI** –, na informação (diária e não diária) emitida durante **2012 e 2013**.
2. Os dados referentes à mesma análise aplicada aos serviços de programas públicos regionais, **RTP Açores e RTP Madeira** e ao serviço de programas público temático de informação, **RTP Informação**, **não estão incluídos no presente relatório, pois serão publicados em documento autónomo**.
3. Os Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, atribuem ao Conselho Regulador a competência para “[p]romover o pluralismo cultural e a diversidade de expressão das várias correntes de pensamento [...]” e para garantir “a efetiva expressão e o confronto das diversas correntes de opinião, em respeito pelo princípio do pluralismo e pela linha editorial de cada órgão de comunicação social” (artigos 7.º, alínea a) e 8.º, alínea e) dos EstERC).
4. O **princípio do pluralismo** encontra-se expresso na **Lei da Televisão**, que estabelece, no artigo 9.º, n.º 1, alínea c), que “[c]onstituem fins da atividade de televisão, consoante a natureza, a temática e área de cobertura dos serviços televisivos disponibilizados, [p]romover a cidadania e a participação democrática e respeitar o **pluralismo político**, social e cultural”. No mesmo sentido, o artigo 34.º, n.º 2, alínea b), daquele diploma estabelece, como uma das obrigações gerais dos operadores de televisão que explorem serviços de programas televisivos generalistas, o dever de “[a]ssegurar a difusão de uma informação que respeite o pluralismo, o rigor e a isenção”.
5. Especificamente sobre os meios de comunicação social do setor público, o **n.º 6 do artigo 38.º da Constituição da República Portuguesa** impõe que seja assegurada a “**possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião**”.
6. Este dever qualificado de respeito do pluralismo por parte do Serviço Público de Televisão é ainda consagrado no artigo 51.º, n.º 2, alínea c), da Lei da Televisão, que determina que “[à] concessionária incumbe, designadamente, [p]roporcionar uma informação isenta, rigorosa, plural [...]”, assim como no Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão, celebrado no dia 25 de março de 2008 (cláusula 5.ª, n.ºs 1 e 2, alíneas e) e f)).
7. **O Conselho Regulador não identifica a expressão “pluralismo político” com “pluralismo político-partidário**”. Numa sociedade aberta, a avaliação do pluralismo na sua expressão

mais lata não se restringe ao pluralismo estritamente político-partidário, abrangendo outros protagonistas e outras dimensões – política, económica, social, cultural e cívica. Além disso, deve incluir, para além do operador público, os serviços de programas generalistas de acesso não condicionado livre dos operadores privados.

8. O presente relatório sucede a seis documentos referentes à informação diária e não-diária do serviço público de televisão - o primeiro relativo ao último quadrimestre de 2007, o segundo ao primeiro semestre de 2008, o terceiro relativo a 2008, o quarto respeitante a 2009, o quinto a 2010, e o sexto a 2011, todos objeto de apresentação e discussão na Comissão Parlamentar competente (no presente momento designada Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação).
9. Recorda-se que o plano de avaliação do pluralismo político foi apresentado aos partidos políticos em maio de 2007, e novamente discutido em março de 2013 com os partidos e os operadores de televisão envolvidos, após reflexão e estudo aprofundado de soluções praticadas por outros reguladores de media europeus.
10. O plano nasceu da necessidade de dar resposta consistente e fundamentada a queixas oriundas de partidos políticos e cidadãos sobre alegadas quebras do pluralismo no tratamento informativo dado às atividades partidárias e governamentais, queixas essas que haviam duplicado entre 2006 e 2007.
11. A situação levou o Conselho Regulador à conclusão de que as avaliações casuísticas que vinham sendo feitas careciam de maior rigor e de uma solução que acompanhasse a verificação do pluralismo político que se pudesse considerar justa ou razoável, pelo que considerou que **só uma análise sistemática e estendida no tempo poderia revestir-se de um mínimo de precisão**. A criação do plano de avaliação do pluralismo político-partidário nasceu, pois, da necessidade de encontrar uma solução que fosse além da apreciação apenas caso a caso. De facto, com a aplicação do plano de avaliação, as queixas diminuíram drasticamente em 2008. Desde então, a ERC assumiu o compromisso de apresentar o referido relatório anualmente à Assembleia da República, sendo o mesmo apreciado pela atual Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação.
12. **Entende o Conselho Regulador que deve prosseguir com o acompanhamento do princípio do pluralismo político de forma sistemática<sup>1</sup>**, honrando o compromisso assumido com a Assembleia da República Portuguesa, os operadores e os cidadãos, indo ao encontro das preocupações expressas não só pela legislação portuguesa, mas também pelo trabalho

---

<sup>1</sup> Vide Deliberação 2/PLU-TV/2012, «Acompanhamento da observância do princípio do pluralismo político nos serviços de programas televisivos de acesso não condicionado livre.», na qual se desenvolvem as principais linhas de observação do acompanhamento do pluralismo político, delineadas pelo atual Conselho Regulador da ERC, aqui sumarizadas.

desenvolvido a nível europeu e pelos reguladores congéneres, relativas à garantia do pluralismo político, de modo a assegurar o cumprimento de valores constitucionalmente consagrados e que constituem pilares fundamentais da democracia portuguesa.

13. Dando continuidade ao trabalho desenvolvido anteriormente, e no sentido de se realizar um acompanhamento sistemático do pluralismo político, o atual modelo compreende a monitorização e análise de amostras representativas da informação diária e do universo dos programas de informação não diários, através da aplicação de metodologias quantitativas e qualitativas. O património de conhecimento reunido ao longo dos últimos anos, proporcionado pelos dados coligidos nos relatórios do pluralismo político-partidário, recomenda a preservação da metodologia estatística e da vertente técnica adotadas até à data.
14. Assim sendo, o acompanhamento do pluralismo centra-se na identificação da **presença das formações e/ou dos atores políticos enquanto representantes das diferentes correntes de expressão e opinião. Além dos representantes dos Governos (nacional e regionais) e dos partidos políticos (nacionais e regionais)**, a análise compreende também a **identificação da presença dos diferentes atores e forças sociais** que surjam representados na informação televisiva (diária e não diária) a interagir com os atores da esfera político-partidária. Deixa-se, contudo, de considerar a existência de quaisquer **valores de referência** em função das diferentes posições relativas de cada força político-partidária.
15. **O acompanhamento da observância pelo princípio do pluralismo político passa a integrar não só o serviço público de televisão (RTP1 e RTP2), mas também os serviços de programas generalistas SIC e TVI.** Esta extensão impõe-se, uma vez que, embora com obrigações qualificadas diferenciadamente, os deveres de pluralismo, constantes da Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido, não se restringem ao operador público, abrangendo todos os serviços de programas generalistas de acesso não condicionado livre. **A análise centra-se nos blocos informativos diários de horário nobre<sup>2</sup> e na totalidade de programas de informação não diária destes serviços de programas.**
16. O modelo de observação baseia-se em metodologias testadas e experimentadas em estudos nacionais e internacionais e tem vindo a ser aplicado pela ERC na monitorização e análise do rigor e da diversidade na informação emitida pelos operadores generalistas RTP1, RTP2, SIC e TVI, cujos resultados são apresentados anualmente nos seus Relatórios de Regulação.

---

<sup>2</sup> Excetua-se o noticiário da RTP Informação que tem início às 24h00, fora do período comumente considerado de horário nobre. Esta escolha remonta ao primeiro relatório sobre o pluralismo político realizado pela ERC (referente ao ano de 2007), altura em que era este o bloco informativo com maiores audiências.



- 17.** Aliás, o acompanhamento da observância do princípio do pluralismo político consistirá num aprofundamento da análise elaborada nos Relatórios de Regulação supramencionados, mas centrado na esfera política, tendo em vista o acompanhamento da equidade e do equilíbrio na representação dos protagonistas e pontos de vista políticos.
- 18.** No que se refere à informação não-diária, a mesma prossegue nos moldes adotados nos anteriores relatórios, sendo considerado o universo de programas de comentário, debate e entrevista que incluam a presença de membros do **Governos (nacionais e regionais)** ou dos **partidos políticos<sup>3</sup> (nacionais e regionais)**.

---

<sup>3</sup> Note-se que os comentários, debates e entrevistas que surgem integrados nos blocos informativos diários integram a análise que é feita em relação à informação diária, realizada com base nos telejornais de horário nobre. A título de exemplo, refiram-se os comentários semanais de Marcelo Rebelo de Sousa no Jornal das 8 da TVI, cuja análise é integrada nos resultados relativos a este bloco informativo.

# SUMÁRIO EXECUTIVO

## INFORMAÇÃO DIÁRIA E NÃO-DIÁRIA

## SUMÁRIO EXECUTIVO

### INFORMAÇÃO DIÁRIA

#### INTRODUÇÃO – RTP1, RTP2, SIC E TVI – 2012 E 2013

1. O pluralismo político é, em si mesmo, uma obrigação legal, de natureza abstrata, a que os meios de comunicação social regulados estão sujeitos e para a qual não existe uma medida universal que o permita medir.
2. A ERC, inspirada na sua prática, bem como em trabalhos sobre o mesmo objeto de estudo (nomeadamente os desenvolvidos por reguladores de media de outros países), tem vindo a aperfeiçoar os instrumentos que utiliza. Acredita-se que só assim será possível fornecer informação rigorosa sobre a forma como os media em Portugal retratam a diversidade da realidade política existente.
3. Sem desprezar o conhecimento e aprendizagem que anteriores edições dos relatórios de avaliação do pluralismo político proporcionaram, continua-se a sustentar que a verificação dessa obrigação legal requer mais do que a simples contagem do número de peças em que um determinado conjunto de organismos, instituições ou pessoas (nesta análise genericamente designadas *formações*), independentemente da sua natureza política ou social, está presente.
4. Assim, além de fazer a contagem do número de peças em que são referidas, considera-se essencial verificar a forma como as formações surgem mediatizadas. É essa diferença de análises que se traduz também na **diferença entre os modelos matemáticos adotados – simples e ponderado** - cujos resultados são disponibilizados neste volume do relatório. Como mais-valia em relação ao *modelo simples*, considera-se que o *modelo ponderado* tem a capacidade de traduzir em números uma análise que, na sua base, é essencialmente qualitativa e, nesse sentido, significa um incremento substancial na forma como é medida a mediatização do pluralismo político.
5. Um único exemplo prático pode ajudar a explicar de forma mais simples e clara a importância da vertente qualitativa presente na fórmula adotada pela ERC para acompanhar o pluralismo político na informação diária. Imaginemos que uma formação é referida em 20 peças dos noticiários analisados, enquanto outra o é somente em 10. Se a análise do pluralismo político se limitar à comparação desses dois números, será simples concluir que a formação que foi referida em 20 peças teve maior visibilidade. Mas isso será suficiente para afirmar que há assimetrias ou até mesmo falta de pluralismo político nessas peças? Possivelmente não. Retomando o mesmo exemplo, imagine-se que, se além de sabermos o número de

referências, soubermos ainda que a formação que foi referida em 20 peças, em 18 foi mencionada como mero elemento de contextualização, sem nunca ter sido consultada como fonte de informação, ao passo que a que foi referida em 10 peças teve destaque nas aberturas dos noticiários e surgiu sempre representada por alguém cujas declarações foram exibidas. Conhecendo esses dados, a conclusão é possivelmente bastante diferente.

6. A ERC defende assim um método de avaliação do pluralismo político que se pretende simples e acessível em termos de compreensão por parte do público em geral, mas que dificilmente poderá ser simplificado a um ponto em que a complexidade existente na representação da realidade se resuma a um conjunto de números.
7. Os dados apresentados no volume I deste Relatório em relação à informação diária resultam da aplicação dos dois modelos conceituais anteriormente referidos, que permitem acompanhar a mediatização do pluralismo político: o **modelo simples** e o **modelo ponderado** [consultar informação detalhada sobre estes modelos no volume II, anexo 4 dos Anexos da Informação Diária]. A par dos modelos de análise, exploram-se indicadores complementares e contextualizadores da informação, como os temas, fontes, entre outros, apresentados no volume II.
8. Em síntese, o **modelo simples** contabiliza a **presença das formações políticas** nas peças emitidas, tendo apenas em consideração a sua **presença ou referência na peça**, contabilizando-a isoladamente de outras variáveis. Significa que apenas são considerados enquanto *presenças* das formações políticas os casos em que aquelas surgem representadas em discurso direto ou indireto ou, sendo alvo de críticas, em que exercem o contraditório. Assim, **neste modelo não são assinaladas presenças nas situações em que as formações são apenas alvo de crítica e não exercem o contraditório.**
9. O **modelo ponderado**, por sua vez, recorre à variável **presença** acima explicitada e pondera-a com outras duas: **valência/tom** das formações e **audiência média** da respetiva peça. A inclusão destas duas variáveis confere sensibilidade ao modelo, por lhe introduzir elementos de ponderação sobre a forma como as formações são apresentadas nas peças, isto é, contextualiza a sua presença na referida peça jornalística.
10. A análise em causa abrange todas as peças analisadas em que os Governos (nacional e regionais), os partidos políticos (nacionais e regionais), com e sem representação parlamentar, e a Presidência da República estão presentes ou são referidos, nos blocos informativos de horário nobre da **RTP1 - Telejornal** -, da **RTP2 – Hoje/24: Sumário/24 Síntese**<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> A 28 de Janeiro de 2013, o telejornal “Hoje”, emitido às 22h desde 18 de outubro de 2010, foi substituído pelo “24 Horas Sumário” (“24: Sumário”), com duração de cerca de três minutos. Esta síntese noticiosa passou a antecipar o novo bloco informativo da RTP2, “24 Horas”, com 60 minutos, transmitido à meia-noite. A partir de 1 de julho de 2013 o “24: Sumário” é substituído pelo “24 Horas

-, da SIC – **Jornal da Noite** – e da TVI – **Jornal das 8** – **entre janeiro e dezembro de 2012 e 2013.**

11. Tratando-se de uma análise referente a dois anos, considerou-se mais adequado, de modo a chegar a uma interpretação contextualizada dos dados obtidos, apresentar separadamente os resultados referentes a cada um dos anos e fazer a sua interpretação, destacando as principais tendências.
12. Em termos globais, para os dois anos em análise, a **amostra abrange 3081 peças**, das quais **1548 emitidas em 2012 e 1533 em 2013.**
13. Em **2012**, 369 peças foram emitidas no Telejornal da RTP1, 331 peças no Hoje da RTP2, 392 peças no Jornal da Noite da SIC e 456 peças no Jornal das 8 da TVI.
14. Em **2013**, 444 peças foram emitidas no Telejornal da RTP1, 172 peças no Hoje/24: Sumário/24 Síntese da RTP2, 435 peças no Jornal da Noite da SIC e 482 peças no Jornal das 8 da TVI.
15. A margem de erro máximo da amostra total utilizada para dados agregados RTP1+RTP2+SIC+TVI em 2012 é de 2,4% e em 2013 é de 2,5%, para um grau de confiança de 95%. Os dados apresentados foram lidos como representando tendências apuradas para os dias selecionados na amostra.

#### **SÍNTESE CONCLUSIVA - RTP1, RTP2, SIC E TVI – ANO DE 2012**

16. As 1548 peças que integram a amostra de 2012 são todas aquelas que na sua cobertura referem pelo menos uma das seguintes formações políticas/ou seus representantes: Governo, Governos regionais, partidos nacionais parlamentares, partidos nacionais inscritos na CNE, partidos regionais e/ou Presidência da República.
17. Entre janeiro e dezembro de 2012 (consultar figura 29, em anexo neste volume), as *presenças apuradas* no âmbito partidário permitem concluir que a cobertura informativa destaca o conjunto dos *partidos com representação parlamentar*, seguido da combinação *Governo e PSD/CDS-PP*, e, por último, com escassa representação, o conjunto dos *partidos extraparlamentares*. Porém, em termos globais, têm maior peso as *restantes formações políticas e sociais* consideradas, fora do âmbito estritamente partidário ou governativo.
18. O *Governo* e o *PSD/CDS-PP* (em conjunto) apresentam valores muito idênticos para os quatro serviços de programas, na ordem dos 30%. No caso dos *partidos com representação*

---

Síntese” (“24 Síntese”), durante 20 minutos. Ao fim de semana estas sínteses não integram a grelha de programação da RTP2 pelo que não constam da amostra de edições de 2013 monitorizadas pela ERC. A 7 de abril de 2014 o bloco informativo volta a intitular-se Jornal 2 e é emitido às 21h. **Como tal, em particular para as peças da amostra de 2013, a referência aos blocos informativos da RTP2 far-se-á explicitando a designação dos três (Hoje/24:Sumário/24Síntese).**

*parlamentar* a variação de valores entre os serviços de programas regista-se na ordem dos 3%, cabendo ao Hoje a maior representação (16%) e a menor ao Jornal da Noite (13%).

19. Para os *partidos sem representação parlamentar*, apenas se identificaram 3 presenças, uma no Telejornal, outra no Hoje e uma outra no Jornal da Noite. Em 2012, e na amostra considerada, o Jornal das 8 não emitiu peças com a presença de qualquer *partido extraparlamentar*.
20. Não obstante a ausência de valores substancialmente discrepantes entre os serviços de programas, o Jornal da Noite regista o nível mais elevado de presenças de *outras formações* (56%) e o Hoje, o mais baixo (53%).
21. Quando ponderado o modo como a *presença* de uma determinada *formação política* surge contextualizada na peça, as *presenças* do *Governo* e do *PSD/CDS-PP* (em conjunto) apresentam valores relativamente idênticos para os quatro serviços de programas, entre os 25% e os 29%, denotando a influência negativa resultante da variável *valência/tom* face às formações e da *audiência média* das peças. Quer isto dizer que existem peças em que a mediatização do Governo se insere num contexto pouco favorável ao mesmo.
22. Pelo contrário, no caso dos *partidos com representação parlamentar* regista-se uma ampliação das presenças, através do modelo de ponderação, nos quatro serviços de programas analisados, denotando uma construção mediática tendencialmente favorável àquelas formações, divulgando a sua atividade e posições.
23. Para os *partidos sem representação parlamentar* - o conjunto de formações claramente menos representado em todos os serviços de programas analisados – o modelo de ponderação praticamente não tem influência sobre as suas presenças.
24. O *Governo*, isoladamente, é a formação mais presente em 2012 e em todos os serviços de programas, ao qual se segue o maior partido político da oposição (*PS*). O terceiro partido político mais representado é o *PSD*, seguido pelo *CDS-PP* (partidos que compõem a coligação governativa).
25. De entre as formações que fazem parte do espectro político-partidário, apenas o *Governo* apresenta uma sensibilidade negativa ao modelo ponderado para todos os serviços de programas. Para os restantes *partidos parlamentares* – *PS*, *PSD*, *CDS-PP*, *PCP*, *BE* e *PEV* – a sensibilidade às variáveis que integram o modelo ponderado é positiva, excetuando-se o caso do *PSD* no Jornal da Noite, que observa uma influência negativa.
26. O conjunto de *outras formações* regista uma sensibilidade variável ao modelo ponderado nos diferentes serviços de programas analisados. As formações que observam uma influência positiva resultante da ponderação das variáveis *valência/tom* e *audiência média* são as seguintes: *organismos empresariais/económicos nacionais*, *organismos institucionais*

*nacionais, membros da sociedade civil, representações dos sindicatos e dos trabalhadores, movimentos organizados da sociedade civil, autarquias nacionais, Governo regional dos Açores, autarquias regionais e partidos da Região Autónoma dos Açores.*

- 27.** Em sentido contrário, as formações que registam uma influência negativa resultante da ponderação são: *organismos empresariais/económicos internacionais, Presidência da República, restantes organismos políticos nacionais, Assembleia da República, Governo regional da Madeira, organismos institucionais internacionais, políticos independentes eleitos e Assembleia Legislativa da Madeira.*
- 28.** Deste conjunto de formações, a mais presente no modelo simples, refere-se aos *organismos empresariais/económicos nacionais*, tendo sido mencionada no contexto da privatização de algumas empresas do Estado (como a TAP, a RTP e os Estaleiros de Viana), da nacionalização e reprivatização do BPN, e da intervenção da CIP no âmbito das medidas de austeridade e do plano de assistência financeira a Portugal. Os *organismos institucionais nacionais*, segunda formação mais presente neste conjunto, incluem um conjunto variado de entidades, desde forças de segurança, ordens profissionais, Ministério Público e Procuradoria-Geral da República, etc.
- 29.** Saliente-se ainda a terceira formação mais presente neste conjunto, *organismos empresariais/económicos internacionais*, a qual, quando ponderadas as presenças, revela uma influência negativa do modelo. Incluem-se nesta categoria, sobretudo, as referências na cobertura informativa à *troika* e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no contexto de crise financeira em Portugal.
- 30.** Deve ser referido que, no que respeita a um conjunto variado de formações, se registam comportamentos diversificados entre Telejornal (RTP1), Hoje (RTP2), Jornal da Noite (SIC) e Jornal das 8 (TVI). Este é o caso *dos organismos políticos internacionais, órgãos da União Europeia e partidos da Região Autónoma da Madeira*, que contam com variações positivas e negativas, quando considerados os diferentes serviços de programas.

#### **SÍNTESE CONCLUSIVA - RTP1, RTP2, SIC E TVI – ANO DE 2013**

- 31.** A amostra referente a 2013, recorde-se, abrange 1533 peças jornalísticas, das quais 444 emitidas no Telejornal, 172 no Hoje/24: Sumário/24 Síntese, 435 no Jornal da Noite e 482 no Jornal das 8, que na sua cobertura referem pelo menos uma das seguintes formações políticas/seus representantes: Governo, Governos regionais, partidos nacionais, partidos regionais, Presidência da República e candidaturas às eleições autárquicas de 29 de setembro de 2013.

- 32.** Entre janeiro e dezembro de 2013 (consultar figura 30 no anexo deste volume), o modelo simples de identificação de *presenças*, para o âmbito partidário, destaca a combinação do Governo e dos partidos *PSD* e *CDS-PP*, seguido do conjunto dos *partidos com representação parlamentar*. Com uma presença reduzida, surgem em terceiro lugar os *partidos extraparlamentares*. Porém, em termos globais, o peso das presenças conjuntas das *restantes formações* é superior ao do Governo ou dos partidos.
- 33.** O conjunto do *Governo* e dos partidos *PSD* e *CDS-PP* apresenta valores aproximados nos quatro serviços de programas, na ordem dos 30%, sendo o Hoje/24: Sumário/24 Síntese o que apresenta um número de presenças superior (32,58%), e o Telejornal um valor inferior (30,22%). No caso dos *partidos com representação parlamentar*, a maior representação cabe ao Telejornal (20,49%), e o valor mais baixo ao Jornal das 8 (18,37%). Já os *partidos sem representação parlamentar* obtêm uma maior visibilidade no Jornal da Noite (1,26%), estando ausentes do Hoje/24: Sumário/24 Síntese. No caso das *presenças simples das restantes formações*, o Jornal das 8 apresenta o valor mais elevado (50,77%), enquanto o Hoje/24: Sumário/24 Síntese regista o menor (46,93%).
- 34.** No caso do **modelo ponderado**, as *presenças conjuntas do Governo* e dos partidos *PSD* e *CDS-PP* denotam a influência negativa da variável *valência/tom* conjugada com a *audiência média* das peças, em particular no Telejornal e no Jornal das 8. Pelo contrário, no caso dos *partidos com representação parlamentar*, as variáveis do modelo contribuem positivamente para as suas presenças nos quatro serviços de programas analisados. O mesmo acontece para o conjunto das *restantes formações* que integram os alinhamentos dos blocos informativos. Já no que respeita aos *partidos sem representação parlamentar*, a influência do modelo é variável: não apresenta alterações no caso do Hoje/24: Sumário/24 Síntese e do Jornal das 8, revela uma influência positiva no Telejornal e negativa no Jornal da Noite.
- 35.** Entre as formações político-partidárias consideradas, analisadas isoladamente, o *Governo* liderado por Pedro Passos Coelho é a formação mais presente (20,46%), seguindo-se o maior partido da oposição parlamentar, o *PS* (8,87%). Entre os partidos que integram a coligação (*PSD* e *CDS-PP*), o *PSD* regista a maior percentagem de *presenças* (5,92%), surgindo o *CDS-PP* em quinto lugar (4,34%) a seguir ao *PCP* (4,55%). Seguem-se o *BE* (4,34%) e por fim o *PEV* (1,35%).
- 36.** De entre as formações do espectro político-partidário, o *Governo* e o *PSD* apresentam uma sensibilidade negativa ao modelo ponderado em todos os serviços de programas (com a exceção do *PSD* no Hoje/24: Sumário/24 Síntese). No caso dos restantes partidos parlamentares – *PS*, *PCP*, *CDS-PP*, *BE* e *PEV* – a sensibilidade às variáveis que integram o modelo ponderado é positiva em todos os serviços de programas.



- 37.** O conjunto das *outras formações* regista uma sensibilidade variável ao modelo ponderado nos diferentes serviços de programas analisados. As formações que observam uma influência positiva do modelo são as seguintes: *organismos institucionais nacionais, representações dos sindicatos e dos trabalhadores, organismos empresariais/económicos nacionais, membros da sociedade civil, movimentos organizados da sociedade civil, organismos políticos internacionais, autarquias nacionais, políticos independentes eleitos, organismos institucionais internacionais, autarquias regionais e partidos da Região Autónoma dos Açores.*
- 38.** Em sentido contrário, as formações que registam uma influência negativa do modelo ponderado são: *organismos empresariais/económicos internacionais, Presidência da República, restantes organismos políticos nacionais, órgãos da União Europeia, Assembleia da República, Governo regional da Madeira, Governo regional dos Açores e Assembleia Legislativa da Madeira.*
- 39.** Deste conjunto de formações, a mais presente no modelo simples, refere-se aos *organismos institucionais nacionais*, tendo sido mencionada no contexto da atuação do Tribunal Constitucional no âmbito das medidas de austeridade do Governo sujeitas a fiscalização por parte desta entidade. Os *organismos empresariais/económicos internacionais*, segunda formação mais presente neste conjunto e com uma influência negativa do modelo ponderado, incluem sobretudo as referências ao FMI e *troika*, num contexto de medidas de austeridade criticadas pelos vários partidos da oposição e pela sociedade civil.
- 40.** É também neste contexto que surgem as referências a *representações dos sindicatos e dos trabalhadores*, a terceira formação mais presente neste conjunto e com uma influência positiva do modelo ponderado.

## | INFORMAÇÃO NÃO-DIÁRIA

- 41.** No ano de **2012**, a análise englobou 10 programas/títulos na RTP1, RTP2, SIC e TVI, num total de 302 edições anuais. Deste universo, foram 158 as edições que contaram com a intervenção de atores políticos. Em **2013**, foram 14 os programas/títulos considerados nos quatro serviços de programas que totalizaram 211 edições. Destas, 178 registaram presenças de 662 atores políticos.
- 42.** Para o ano de **2012**, foram contabilizados na RTP1 cinco programas, com um total de 82 edições, das quais 48 com atores político-partidários; na RTP2, a relação foi de três programas para um total de 119 edições e 108 com protagonistas do campo em análise; no caso da SIC não houve quaisquer programas com a presença de atores político-partidários; a TVI registou duas edições especiais de informação com os mesmos intervenientes.

**43.** No que se refere a **2013**, a RTP1 exibiu sete programas, com um total de 86 edições, em que 63 contaram com a participação de 127 atores político-partidários. Na RTP2, os mesmos três programas registados em 2012 ocorreram em 2013, num total de 121 edições, das quais 111 tiveram intervenção de 480 atores político-partidários. A SIC emitiu o único programa considerado na presente análise para o biénio 2012-2013 que consistiu numa edição especial de acompanhamento da noite eleitoral das Autárquicas, na qual foi detetada a presença de 32 atores ligados aos partidos e vida política. Na TVI, as três edições especiais de informação consideradas somaram a presença de 23 atores.

#### RTP1

##### “GRANDE ENTREVISTA” 2012

- 44.** Em **2012**, deteta-se a presença de convidados ligados à esfera político-partidária em sete das 19 edições exibidas do programa “Grande Entrevista.”
- 45.** Os atores presentes estiveram em representação das seguintes forças político-partidárias: PSD (2), PS (1) e Governo PSD/CDS-PP (4).

##### “A OPINIÃO DE JOSÉ SÓCRATES” E “A SEMANA DE NUNO MORAIS SARMENTO” 2013

- 46.** No cômputo geral da análise aos dois programas autónomos de comentário político da RTP1, registam-se 16 presenças para o PS, no programa “A Opinião de José Sócrates”, e 15 presenças para o PSD, no programa “A Semana de Nuno Morais Sarmiento”.

##### “DE CARAS” 2012-13

- 47.** Em **2012**, o programa “De Caras” registou 10 edições em que estiveram presentes atores político-partidários, foram contabilizados 11 convidados.
- 48.** A presença mais marcante cabe ao PS com quatro participações, seguindo-se o BE com duas, embora na mesma edição (entrevista dupla aos líderes do partido).
- 49.** Em **2013**, nas 10 edições do programa “De Caras” em que estiveram presentes atores político-partidários, foram contabilizados dez convidados, constituídos por cinco elementos do PSD, quatro elementos do Governo de coligação PSD/CDS-PP, e um do BE.

##### “PRÓS E CONTRAS” 2012-2013

- 50.** Em **2012**, nas 22 edições consideradas do programa “Prós e Contras”, ou seja, naquelas em que estiveram presentes atores político-partidários, foram contabilizados 198 convidados, 58 dos quais com ligação a estruturas partidárias e governamentais nacionais.
- 51.** Esta fração de convidados representa nove forças e estruturas político-partidárias, de entre as quais se destacam o PSD (24) e o PS (15). O Governo de coligação PSD/CDS-PP teve a

terceira frequência mais marcante no programa da RTP1, com nove participações. O CDS-PP e o BE tiveram três intervenções. O PCP foi convidado do programa em duas ocasiões, tendo ainda registado outras duas participações com a presença da coligação que o alia ao PEV, a CDU. Isolado, o PEV surgiu em uma edição do programa. Detetou-se ainda a presença de um autarca eleito por uma coligação entre o PSD e o CDS-PP e um elemento independente da vereação lisboeta.

- 52.** Em **2013**, nas 17 edições consideradas foram contabilizados 155 convidados, 32 dos quais com ligação a estruturas partidárias e governamentais nacionais.
- 53.** Estiveram representadas sete forças e estruturas político-partidárias: PSD, PS (com 11 presenças cada), o Governo de coligação PSD/CDS-PP (cinco participações), CDS-PP (duas presenças), PCP e BE (uma presença cada) e ainda o Presidente da República (1 presença).

#### | “PORTUGAL HOJE” 2012-2013

- 54.** Nas três edições emitidas em **2012** do programa “Portugal Hoje”, apenas uma contemplou atores político-partidários, em que foram contabilizados dois convidados, um do PS e outro do PSD.
- 55.** Em **2013** foram consideradas também três edições deste programa, sendo que naquelas em que estiveram presentes atores político-partidários, foram contabilizados sete convidados, dois do PSD e um de cada uma das restantes forças políticas: PS, CDS-PP, BE, PCP e um Independente.

#### | “ESPECIAIS INFORMAÇÃO” 2012-2013

- 56.** No decurso de **2012**, a RTP1 exibiu um conjunto de dez especiais de informação com a presença de atores político-partidários, perfazendo um total de cerca de 8 horas de duração. As edições com protagonistas político-partidários tiveram o formato de entrevista, de debate e ainda de comunicação ao país, da parte de elementos do governo de coligação PSD/CDS-PP.
- 57.** Em **2012**, ocorreram quatro edições especiais de entrevista, uma com um elemento associado ao CDS-PP, duas com ator político independente das estruturas partidárias e ainda uma ao primeiro-ministro.
- 58.** Nas edições especiais que assumiram o formato de debate, num total de quatro, registou-se a presença de 10 intervenientes político-partidários: PS e PSD somaram, respetivamente quatro e três presenças. As restantes intervenções partidárias consistiram na presença de um elemento do CDS-PP, do PCP e do Governo em funções.
- 59.** Em **2013** foram para o ar dois programas de entrevista, um com o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, em representação do Governo (PSD/CDS-PP), outro com o general António Ramalho Eanes, ex-Presidente da República.

RTP2

“EURODEPUTADOS” 2012-2013

- 60.** Em apenas cinco das 41 edições do programa “Eurodeputados” exibidas em **2012**, não estiveram representadas todas as forças político-partidárias com assento no Parlamento Europeu – BE, CDS-PP, PCP, PS e PSD. O CDS-PP falhou três programas e o BE dois.
- 61.** Das 43 edições de “Eurodeputados” de **2013**, apenas duas falharam na representação plena das cinco forças político-partidárias com assento no Parlamento Europeu. O CDS-PP foi o único partido a não estar presente em todas essas edições do programa.

“MARIA FLOR PEDROSO ENTREVISTA” 2012-2013

- 62.** Em **2012**, a RTP2 emitiu 28 edições do programa “Maria Flor Pedroso Entrevista” com a presença de representantes político-partidários num total de 29 convidados. Destes, dez pertenciam ao PS, seis ao PSD, cinco ao BE quatro ao PCP e duas ao CDS-PP.
- 63.** Em **2013**, a RTP2 exibiu 30 edições do programa com a presença de representantes da esfera político-partidária nacional.
- 64.** O PS teve 13 presenças, o PSD cinco, o CDS-PP esteve representado em três ocasiões e o PCP em três. Registaram uma presença duas figuras políticas independentes, um membro do partido Livre e um elemento do Governo de coligação.

“PARLAMENTO” 2012-2013

- 65.** O PS e o PSD foram as únicas forças políticas que estiveram sempre presentes no espaço de debate televisivo do programa “Parlamento” durante as 39 edições apresentadas em **2012**. O BE esteve presente por 27 vezes no debate e 11 na modalidade de declarações gravadas no final do programa. O CDS-PP esteve em 23 debates e por 15 vezes na modalidade de declarações gravadas. O PCP contou com 25 presenças no debate e 14 vezes na modalidade de declarações gravadas.
- 66.** Em **2013**, à semelhança do ano anterior, apenas o PS e o PSD estiveram sempre presentes no espaço de debate. PS, PSD, BE e PCP estiveram presentes em todas as edições (38). O CDS-PP esteve em 28 debates e 9 na modalidade de declarações gravadas. O PCP esteve em 26 edições no espaço de debate e 12 na modalidade de declarações gravadas. O BE esteve por 20 vezes em debates e 18 vezes na modalidade de declarações gravadas.

| SIC

| EDIÇÕES ESPECIAIS 2012-2013

- 67.** No **biénio 2012/13**, a SIC exibiu apenas um programa autónomo passível de integrar a análise do pluralismo político-partidário: “Autárquicas 2013”, com a duração aproximada de duas horas e meia. Nele participaram 10 representantes do PS, quatro do PSD, três da CDU, dois do BE e do CDS-PP e três independentes.
- 68.** Do lado das coligações autárquicas foram registadas cinco representações da coligação Independente/CDS-PP e três da coligação candidata à autarquia de Lisboa PSD/CDS-PP/MPT.

| TVI

| EDIÇÕES ESPECIAIS 2012-2013

- 69.** Em **2012/13**, a TVI registou cinco programas integráveis nos parâmetros da análise desenvolvida no âmbito da avaliação do princípio do pluralismo político.
- 70.** As três edições especiais de entrevista registadas na TVI (duas no primeiro destes anos e uma no segundo) tiveram o mesmo protagonista – Pedro Passos Coelho, primeiro-ministro em funções.
- 71.** Assim, a análise do pluralismo político-partidário neste programa indica apenas a representação do Governo.
- 72.** O Governo também interveio num especial de informação emitido pela TVI em 2013, através da presença do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, em formato de comunicado ao país.
- 73.** O programa especial de acompanhamento da noite eleitoral de 29 de setembro de 2013 contou com a participação de 22 representantes político-partidários: ao PS foram atribuídas sete participações, ao PSD três, ao CDS-PP e ao BE duas, à CDU e PCP uma cada. A coligação Independente/CDS-PP (Porto) interveio três vezes e a junção PSD/CDS-PP/MPT de apoio a Fernando Seara em Lisboa duas. Conta-se ainda a presença de protagonista político independente.



**PARTE I**

**INFORMAÇÃO DIÁRIA**

## PARTE I – INFORMAÇÃO DIÁRIA (2012 e 2013)

### | CAPÍTULO I - METODOLOGIA

O presente capítulo explicita os procedimentos metodológicos aplicados no **acompanhamento da observância do princípio do pluralismo político na informação diária dos quatro canais generalistas de sinal aberto – RTP1, RTP2, SIC e TVI - no período de janeiro a dezembro de 2012 e de janeiro a dezembro de 2013.**

Precisamente por serem os programas de informação diária desses canais com maior audiência, selecionaram-se para análise os blocos informativos emitidos a partir das 20h00<sup>5</sup>:

- **Telejornal da RTP1;**
- **Hoje/24:Sumário/24Síntese, RTP2<sup>6</sup>;**
- **Jornal da Noite, SIC;**
- **Jornal das 8, TVI.**

A figura 1 indica as datas das edições desses blocos informativos analisadas neste relatório. De acordo com o processo de amostragem aplicado verifica-se que foram

selecionadas para análise 46 edições emitidas entre **1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012**, e 46 edições emitidas de **1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.**

---

<sup>5</sup> No caso da RTP2, os blocos informativos analisados têm emissão a partir das 22h00.

<sup>6</sup> A 28 de Janeiro de 2013, o telejornal “Hoje”, emitido às 22h desde 18 de outubro de 2010, foi substituído pelo “24 Horas Sumário” [“24: Sumário”], com duração de cerca de três minutos. Esta síntese noticiosa antecipa o novo bloco informativo da RTP2, “24 Horas”, com 60 minutos, transmitido à meia-noite. A partir de 1 de julho de 2013 o “24 Horas Sumário” é substituído pelo “24 Horas Síntese” [“24 Síntese”], durante 20 minutos. Ao fim de semana estas sínteses não integram a grelha de programação da RTP2, pelo que não constam da amostra de edições de 2013 monitorizadas. A 7, o bloco informativo de abril de 2014 volta a intitular-se Jornal 2 e é emitido às 21h.

Fig. 1 EDIÇÕES MONITORIZADAS EM 2012 E 2013

Data	Dias da semana
2012	
1-jan-2012	Domingo
9-jan-2012	Segunda
17-jan-2012	Terça
25-jan-2012	Quarta
2-fev-2012	Quinta
10-fev-2012	Sexta
18-fev-2012	Sábado
26-fev-2012	Domingo
5-mar-2012	Segunda
13-mar-2012	Terça
21-mar-2012	Quarta
29-mar-2012	Quinta
6-abr-2012	Sexta
14-abr-2012	Sábado
22-abr-2012	Domingo
30-abr-2012	Segunda
8-mai-2012	Terça
16-mai-2012	Quarta
24-mai-2012	Quinta
1-jun-2012	Sexta
9-jun-2012	Sábado
17-jun-2012	Domingo
25-jun-2012	Segunda
3-jul-2012	Terça
11-jul-2012	Quarta
19-jul-2012	Quinta
27-jul-2012	Sexta
4-ago-2012	Sábado
12-ago-2012	Domingo
20-ago-2012	Segunda
28-ago-2012	Terça
5-set-2012	Quarta
13-set-2012	Quinta
21-set-2012	Sexta
29-set-2012	Sábado
7-out-2012	Domingo
15-out-2012	Segunda
23-out-2012	Terça
31-out-2012	Quarta
8-nov-2012	Quinta
16-nov-2012	Sexta
24-nov-2012	Sábado
2-dez-2012	Domingo
10-dez-2012	Segunda
18-dez-2012	Terça
26-dez-2012	Quarta

Data	Dias da semana
2013	
1-jan-2013	Terça
9-jan-2013	Quarta
17-jan-2013	Quinta
25-jan-2013	Sexta
2-fev-2013	Sábado
10-fev-2013	Domingo
18-fev-2013	Segunda
26-fev-2013	Terça
6-mar-2013	Quarta
14-mar-2013	Quinta
22-mar-2013	Sexta
30-mar-2013	Sábado
7-abr-2013	Domingo
15-abr-2013	Segunda
23-abr-2013	Terça
1-mai-2013	Quarta
9-mai-2013	Quinta
17-mai-2013	Sexta
25-mai-2013	Sábado
2-jun-2013	Domingo
10-jun-2013	Segunda
18-jun-2013	Terça
26-jun-2013	Quarta
4-jul-2013	Quinta
12-jul-2013	Sexta
20-jul-2013	Sábado
28-jul-2013	Domingo
5-ago-2013	Segunda
13-ago-2013	Terça
21-ago-2013	Quarta
29-ago-2013	Quinta
6-set-2012	Sexta
14-set-2013	Sábado
22-set-2013	Domingo
30-set-2013	Segunda
8-out-2013	Terça
16-out-2013	Quarta
24-out-2013	Quinta
1-nov-2013	Sexta
9-nov-2013	Sábado
17-nov-2013	Domingo
25-nov-2013	Segunda
3-dez-2013	Terça
11-dez-2013	Quarta
19-dez-2013	Quinta
27-dez-2013	Sexta



*Para mais informações metodológicas sobre a definição da amostra consultar, no volume II, o anexo 1 dos Anexos da Informação Diária.*

### **CrITÉRIOS de Seleção das peças analisadas**

São consideradas nesta análise todas as peças jornalísticas emitidas nessas edições em que se identificam referências a protagonistas/organismos político-partidários que exerçam a sua atividade política no âmbito nacional ou regional (como acontece no caso dos Governos e partidos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira). São também consideradas na análise todas as peças que refiram explicitamente a Presidência da República e os seus representantes.

Adotou-se o conceito **formações** para designar todas as personalidades ou instituições [**políticas** e **extrapolíticas**] referidas nas peças, que integram a análise.

Assim, na **formação Governo** foram consideradas todas as peças em que surge (m):

- o Primeiro-ministro;
- os ministérios, seus ministros;
- secretarias de Estado e secretários de Estado;
- porta-vozes oficiais e outros representantes oficiais do Governo da República;
- o próprio Governo em abstrato, sem especificar nenhum dos seus

representantes/organismos acima especificados;

Relativamente às **formações Governo Regional dos Açores e Governo Regional da Madeira** são consideradas todas as peças em que surge (m):

- Presidentes dos Governos Regionais;
- vice-presidentes dos Governos Regionais;
- secretarias regionais e secretários regionais;
- porta-vozes oficiais e outros representantes dos Governos Regionais;
- os próprios Governos Regionais em abstrato, sem especificar nenhum dos seus representantes/organismos acima especificados.

No caso das **formações partidárias**, isto é, os **partidos políticos (nacionais e regionais)**, que integram a análise, foram analisadas todas as peças que referiram:

- dirigentes partidários;
- porta-vozes oficiais dos partidos;
- deputados;
- militantes;
- notáveis e históricos dos partidos;
- juventudes partidárias;
- conselhos nacionais partidários;
- comissões políticas dos partidos;
- outros órgãos/representantes partidários;

- os partidos em abstrato, sem especificar nenhum dos seus representantes ou estruturas.

No que diz respeito à **formação Presidência da República**, a análise integra todas as peças que refiram:

- o Presidente da República;
- os porta-vozes oficiais da Presidência da República;
- outros representantes da Presidência da República;
- a Presidência da República em abstrato, sem especificar nenhum dos seus representantes.

**A referência nas peças dos blocos informativos analisados a pelo menos uma dessas formações bastou para que integrassem a análise do pluralismo político.**

No entanto, e ainda que não tenham sido utilizadas como critérios de seleção das peças analisadas, além das formações acima especificadas, também foram identificadas todas as **outras formações** referidas.

Na tabela seguinte especificam-se todas as formações incluídas na análise, isto é, as que serviram de critério de seleção das peças, bem como as restantes.

**Fig. 2** FORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ACOMPANHAMENTO DA OBSERVÂNCIA DO PLURALISMO POLÍTICO

<b>Formações incluídas na análise</b>
Presidente da República (PR)
Representante da República para a Região Autónoma dos Açores
Representante da República para a Região Autónoma da Madeira
Governo Nacional (G)
<b>Partidos políticos representados na Assembleia da República (eleitos)</b>
Partido Socialista (PS)
Partido Social Democrata (PPD/PSD)
Partido Comunista Português (PCP)
Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP)
Bloco de Esquerda (BE)
Partido Ecologista Os Verdes (PEV)
Partidos políticos representados na Assembleia Legislativa da Madeira
Partidos políticos representados na Assembleia Legislativa dos Açores
<b>Formações políticas não representadas no Parlamento (FPNP)</b>
Partido da Nova Democracia (PND)
Movimento Partido da Terra (MPT)
Partido Popular Monárquico (PPM)
Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/ Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (PCTP/MRPP)
Partido Nacional Renovador (PNR)
Partido Humanista (PH)
Partido Operário de Unidade Socialista (POUS)
Partido Democrático do Atlântico (PDA)
Movimento Esperança Portugal (MEP)
Partido Liberal Democrata (PLD)
Partido Trabalhista Português (PTP)
Portugal Pró Vida (PPV)
Partido pelos Animais e pela Natureza (PAN)
Formações políticas não representadas na Assembleia Legislativa da Madeira
Formações políticas não representadas na Assembleia Legislativa dos Açores
<b>Governos e órgãos regionais</b>
Assembleia legislativa dos Açores
Assembleia legislativa da Madeira

Formações incluídas na análise
Governo regional dos Açores
Governo regional da Madeira
Partidos da região autónoma dos Açores
Partidos da região autónoma da Madeira
Outras formações
Políticos independentes eleitos
Representações dos sindicatos e dos trabalhadores
Movimentos organizados da sociedade civil
Membros da sociedade civil
Autarquias nacionais
Autarquias regionais
Organismos institucionais nacionais
Organismos empresariais/económicos nacionais
Restantes organismos políticos nacionais
Organismos institucionais internacionais
Organismos empresariais/económicos internacionais
Organismos políticos internacionais
Órgãos da União Europeia

Em termos metodológicos, e uma vez que, para a ERC, importa analisar a mediatização das formações tanto do ponto de vista do seu acesso aos telejornais, enquanto fontes de informação, como nas situações em que apenas são mencionadas, distinguem-se as peças em que as formações:

- 1) têm **presença**, isto é, em que surgem em discurso direto ou indireto;
- 2) são *alvo/destinatárias* de críticas/acusações e em que não lhes é dada voz/possibilidade de exercer o contraditório.

A técnica utilizada é a *análise de conteúdo*, a qual permite, complementada por operações estatísticas realizadas com recurso ao programa SPSS<sup>7</sup>, identificar **temáticas** e **atores/protagonistas** presentes nas peças, bem como a **valência/tom em relação às**

**formações** e outros elementos considerados pertinentes para os objetivos traçados.

A análise envolvida no acompanhamento da observância do princípio do pluralismo político é realizada através de um conjunto de variáveis que permitem uma contextualização e melhor compreensão dos dados (consultar consultar, no volume II, o anexo 3 dos Anexos da Informação Diária) que, no entanto, podem não constar na sua totalidade do presente relatório, encontrando-se disponíveis sob consulta nos Relatórios de Regulação já publicados.

A **unidade de análise** corresponde à peça, definida como o segmento sobre um mesmo assunto, *tema* ou acontecimento, que decorre normalmente entre duas aparições do pivô. São tomados como referência os fragmentos definidos pela *Mediamonitor (Marktest)* sob a forma de *clips* autonomizados, embora se admita um corte distinto das peças sempre que tal se revele útil para uma melhor definição de cada elemento decomposto.

A análise incide sobre o **conteúdo manifesto**, isto é, efetivamente transmitido, o que significa que o codificador não utilizou o seu conhecimento geral para complementar ou pressupor elementos não referidos explicitamente na peça.

<sup>7</sup> Statistical Package for Social Sciences.

## DEFINIÇÃO DOS MODELOS DE ANÁLISE

O acompanhamento da observância do princípio do pluralismo político na cobertura jornalística dos blocos informativos diários (do serviço público e dos operadores privados) realizado pela ERC tem como matriz analítica aquilo a que se convencionou chamar **modelos simples e ponderado**.

O **modelo simples** contabiliza a presença ou referência das formações nas peças emitidas, de forma isolada das outras variáveis.

São as peças em que as formações surgem em discurso direto ou indireto, são alvo de críticas e/ou exercem o contraditório.

**Neste modelo, as peças em que as formações são apenas alvo de crítica e não exercem o contraditório são excluídas.**

O **modelo ponderado** concede mais importância à variável **presença** constante do modelo acima explicitado e pondera-a com outras duas: **valência/tom** em relação às formações e **audiência média** da peça.

A inclusão destas duas variáveis corresponde à análise da forma como as formações são apresentadas pelo operador, reconhecível na peça, e ao alcance efetivamente atingido no público.

A **valência/tom** em relação às formações analisadas **é uma das variáveis estruturantes do modelo ponderado** e, por sua vez, é composta por três variáveis:

- **situação contextual;**

- **qualidade;**
- **número de vozes.**

Numa primeira fase, a variável **valência/tom** procura determinar se a situação contextual representada na peça é a de uma ocorrência **positiva, negativa** ou **neutra** para a formação em causa.

Numa segunda fase, e ponderando as variáveis **qualidade** e **número de vozes**, identifica se a entidade política representada numa determinada *situação contextual* resulta *positiva, negativa* ou *neutra* para essa formação.

A variável **qualidade** identifica o modo de intervenção das formações:

- através de declarações em discurso direto (*quem fala*);
- indireto, ou seja, apenas referidas ou citadas (*de quem se fala*);
- enquanto alvo de crítica, sem lugar ao contraditório (*destinatário ou alvo*);
- simultaneamente como protagonista e /destinatário de críticas, quando, na mesma peça, o operador dá oportunidade para o exercício do contraditório à formação (*simultaneamente protagonista e alvo*).

Por último, a variável **número de vozes** identifica a quantidade de representantes das formações ou documentos institucionais a que é dada voz nas peças (em declarações diretas ou através de citações).

Na variável **audiência média**, e de acordo com a definição da Marktest, “cada indivíduo é

ponderado relativamente ao tempo de contato com o programa/suporte”.

Trata-se da **audiência média por segundo**, o que significa que se um noticiário tiver uma duração de 60 minutos, pondera-se o tempo que o indivíduo contactou com o programa sobre um total de 60 minutos.

O interesse na aplicação desta variável é a possibilidade de ser relativamente previsível ao operador que a peça com presença ou referência a uma **formação política** – ao ser emitida numa determinada posição do alinhamento definida pelo operador – possa ter maior ou menor *audiência média*.

A ponderação das variáveis **valência/tom** e **audiência média** é feita usando o modelo estatístico apresentado no volume II, no anexo 4 dos Anexos da Informação Diária, onde também se encontra a sua definição.

O **volume I** organiza-se pela apresentação individualizada dos resultados da análise dos blocos informativos da RTP1, a RTP2, a SIC e a TVI.

A organização dos conteúdos sobre cada serviço de programas é idêntica. Inicia-se com a caracterização do universo de análise, a que se segue a apresentação dos dados do **modelo simples** e do **modelo ponderado**, e conclui-se com a tabela síntese que coloca em comparação ambos os modelos.

O **volume II** do presente relatório segue uma estrutura idêntica e nele serão apresentados os dados de contextualização do princípio do pluralismo político, analisados a partir de um conjunto de indicadores complementares aos apresentados neste volume.

## CAPÍTULO II – ACONTECIMENTOS DOS ANOS 2012 E 2013 COBERTOS NOS TELEJORNALIS DE HORÁRIO NOBRE DA RTP1, RTP2, SIC E TVI

Apresenta-se de seguida uma síntese **dos principais acontecimentos** que marcaram a cobertura informativa das peças emitidas em **2012** e **2013**, nas edições dos blocos informativos diários (da RTP1, RTP2, SIC e TVI), selecionadas para análise neste relatório. O objetivo dessa síntese é possibilitar a contextualização e interpretação dos dados expostos a partir do capítulo III deste volume.

### PEÇAS DE PLURALISMO POLÍTICO EM 2012

No primeiro ano completo de vigência do XIX Governo Constitucional, resultante de coligação PPD/PSD-CDS/PP (que tomou posse a 20 de junho de 2011) e de aplicação do memorando de entendimento assinado com a *troika* (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional - BCE/CE/FMI), os alinhamentos dos telejornais de horário nobre apresentam o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, e o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, como os responsáveis pelas medidas de austeridade, e os líderes do BE, d’Os Verdes e do PCP como antagonistas dessas medidas. António José Seguro, secretário-geral do PS, é apresentado como o líder da oposição, apoiante do cumprimento dos objetivos acordados pelo ex-

primeiro-ministro e antigo líder socialista, José Sócrates, mas a defender a renegociação de mais um ano para o ajuste financeiro.

As *divergências ou críticas intrapartidárias* surgem nos telejornais através da cobertura da votação do Código do Trabalho pelo PS, quando os deputados deste partido ameaçam violar a disciplina de voto, e da revisão dos estatutos do PS.

A proposta de liderança partilhada no Bloco de Esquerda, apresentada por Francisco Louçã, as acusações de falta de currículo de Passos Coelho por Berta Cabral, candidata do PSD Açores ao Governo regional, e da distrital do PSD Lisboa a Miguel Relvas, por anunciar a candidatura de Fernando Seara a Lisboa, são algumas matérias também cobertas tendo como enfoque tema ético as divergências e críticas no seio dos partidos.

A cobertura informativa dos telejornais oscila entre acontecimentos em torno das políticas do Executivo e as propostas dos partidos da oposição, por um lado, e, por outro, da divulgação das opiniões dissidentes de históricos ou ministros dos próprios partidos da coligação governamental: do CDS/PP e, mais raramente, do PPD/PSD.

Na Universidade de Verão do PSD, em agosto, Adriano Moreira e Marcelo Rebelo de Sousa defendem a revisão do programa da *troika* através da flexibilização das metas do défice. Adriano Moreira afirma existir um limite para os sacrifícios, em particular a fadiga tributária dos contribuintes.

No mês seguinte, em setembro, durante um comentário televisivo, Manuela Ferreira Leite contesta o projeto do Governo de aumentar a Taxa Social Única (TSU) e critica os deputados que aprovam as leis e depois recorrem ao Presidente da República.

Em **fevereiro**, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, rejeita a reestruturação da dívida dizendo que colocaria Portugal ao nível da Grécia, e defende a redução da despesa pública para diminuir a carga fiscal e o corte dos subsídios. Em julho, na condição de presidente do CDS/PP escreve uma carta aos militantes na qual se demarca do aumento de impostos e diz que o país atingiu o limite. Em outubro, durante a discussão do orçamento de Estado para 2013 apela a um acordo com o PS para fazer cortes permanentes de 4 mil milhões de euros na despesa, sem revisão constitucional. No mesmo momento, considerou que a carga fiscal pode ser «intolerável e insuportável» para o futuro de Portugal e para os portugueses. Em dezembro afirma que Portugal poupa mais com a diminuição dos juros do que com as condições oferecidas à Grécia.

Os ministros do CDS/PP protagonizam acontecimentos que os associam a medidas do Governo para reduzir a despesa pública e apoiar os mais carenciados, num contexto de mudanças nas funções sociais do Estado:

- Em **maio**, o CDS e o PSD defendem no Parlamento um regime extraordinário no crédito à habitação para que os bancos reestruem a dívida de desempregados e sobreendividados, convertam a compra num arrendamento temporário e impeçam o aumento dos *spreads* bancários em caso de divórcio.
- Em **outubro**, o Governo entrega aos parceiros sociais, representantes patronais e sindicatos, uma proposta para reduzir o subsídio de desemprego, o rendimento social de reinserção e o complemento solidário para idosos. O ministro da Solidariedade e Segurança Social, Pedro Mota Soares contrapõe que os desempregados podem pedir a revisão do abono de família a cada três meses e os telejornais acompanham-no num evento em que anuncia o aumento do número de cantinas sociais e da contribuição para as crianças institucionalizadas.

No âmbito da I sessão legislativa da XII legislatura, que decorreu de 20 de junho de 2011 a 14 de setembro de 2012<sup>8</sup>, o BE e o PCP

---

<sup>8</sup> Cf. Composição da Assembleia da República, *in* Relatório da Atividade da Assembleia da República XII Legislatura - 1.ª sessão Legislativa, pp. 11-16. [http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Documents/RelatorioActidadeAR/RA\\_XII\\_1\\_DE.pdf](http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Documents/RelatorioActidadeAR/RA_XII_1_DE.pdf) < outubro de 2014 >.

manifestam-se, em outubro, contra a proposta do PS de reduzir o número de deputados no Parlamento para 180, entre um conjunto de ideias para a reforma do sistema político.

A moção mereceu daqueles partidos, críticas de «populismo».

Os telejornais contrapõem a cobertura das *políticas fiscais e financeiras*, contextualizadas pelas metas do défice e outras obrigações do programa de ajustamento, às medidas com efeitos diretos sobre os contribuintes individuais e as empresas.

Em momentos destacados dos alinhamentos surge a atualidade ligada aos cortes nos salários, pensões e nos subsídios dos funcionários públicos, e as possíveis alternativas à decisão da sua inconstitucionalidade.

Em **janeiro**, os telejornais de horário nobre apresentam as contas do défice do Estado para 2012 (5,4%), e uma recessão e quebra de receitas maiores que as previstas, motivada pelo aumento das dívidas a fornecedores, ainda que tenha havido redução dos gastos públicos em 2011.

O PS acusa o Governo de ter exagerado nas previsões das despesas do Estado em 2011 para responsabilizar José Sócrates. Nos dois primeiros meses de 2012, há uma derrapagem da despesa que o primeiro-ministro, Passos Coelho, atribui ao pagamento extraordinário à RTP, em resposta a António

José Seguro, que acusou o Governo de descontrolo nas contas públicas.

Entre **maio e agosto**, durante a quinta avaliação pela *troika* do cumprimento do memorando, o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, em reunião com o representante do BCE discute a possibilidade de aprovação de um défice superior a 4,5%. Em setembro, é emitido um comunicado que determina que as despesas das instituições do setor público e empresas do Estado devem passar pela sua aprovação. Em outubro, os dados da execução orçamental até esse mês indicam um agravamento do défice do Estado, sobretudo por causa da redução da receita fiscal em 4,9%.

Em **janeiro**, o Governo aumenta as pensões rurais, mínimas, e sociais, em 7 euros mensais, através do plano de Emergência Social. O IVA, na restauração, aumenta de 13% para 23%, o que gera a contestação dos empresários da hotelaria e restauração. No Parlamento, a subida das rendas sociais é aprovada pela maioria CDS-PSD, e os votos contra da oposição. Com a nova Lei, as rendas podem ser aumentadas, em função dos rendimentos e do anterior momento de atualização, até 150%, o que afetará 12.500 agregados familiares. Os preços dos transportes públicos aumentam 5% em 2012, e as empresas do setor anunciam uma perda de cerca de 16 milhões de passageiros em relação a 2011, sobretudo pela quebra na venda de bilhetes da Carris. Estas empresas



mantêm um défice de 23 milhões de euros, pelo que o Governo anuncia despedimentos e uma reestruturação para o seu reequilíbrio operacional.

Também no primeiro mês do ano, os telejornais acompanham as negociações dos pedidos de ajuda financeira das Regiões Autónomas, entre os presidentes dos Governos regionais e o primeiro-ministro. Os Açores recebem uma assistência financeira de 135 milhões de euros para pagar dívidas. A ajuda foi pedida por não conseguir financiar-se nos mercados internacionais. A Madeira alcançou o acordo com a intervenção do Presidente da República. Alberto João Jardim descreveu o plano de ajustamento financeiro como «duro, mas exequível», com a subida do IVA para 22%, mais impostos e rescisões na Função Pública. Os telejornais destacam o programa para a Madeira e o acontecimento permanece nos alinhamentos ao longo do ano. O Governo Regional da Madeira suspende o pagamento das participações do Estado às farmácias até receber o dinheiro do plano de ajustamento financeiro, sendo os utentes a custear o total dos medicamentos. Em março, o Governo Regional de Alberto João Jardim apresenta a proposta de orçamento para esse ano. A região prevê gastar 2.200 milhões de euros, uma verba que inclui o pagamento das dívidas acumuladas. Em maio, a Madeira volta a estar presente nos telejornais de horário nobre pela operação da GNR denominada “Cuba Livre”, em que se investigou a alegada existência de ocultação da dívida da região

Autónoma pelo Governo Regional e a alegada faturação de obras não realizadas. O Governo Regional respondeu com um inquérito que concluiu que a investigação causou «alarme social» e prejudicou a imagem da região com consequências negativas para o turismo. Em dezembro, o executivo madeirense refuta a conclusão do Tribunal de Contas de que teria havido uma retenção ilegal das cobranças dos cartórios e conservatórias, entre 2004 e 2011, consignadas ao Estado.

Em **fevereiro**, o Governo da República intensifica o combate à fuga aos impostos, através da proibição de pagamentos em dinheiro acima dos mil euros. Os telejornais destacam também que os trabalhadores a recibos verdes passam a poder descontar menos para a Segurança Social. Em setembro, as empresas que aderirem ao apoio para IVA de caixa – antecipação pelo Estado para pagamento antes de receberem dos clientes – têm que apresentar as suas contas bancárias às Finanças. No mesmo mês, as Finanças começam a tentar recuperar o imposto único de circulação de 200 mil contribuintes. O Governo lança a hipótese de dedução de 5% de IVA nas faturas de serviços com número de contribuinte. Os telejornais fazem contas à poupança média de um contribuinte que peça todas as faturas e dão visibilidade às críticas dos empresários da restauração, e à valorização da decisão do Governo pelos contribuintes. Finalmente, é apresentado o orçamento de Estado para 2013, que inclui um

conjunto de incentivos à contratação de desempregados com mais de 45 anos e ajudas ao financiamento das empresas.

A reforma administrativa é concluída entre **fevereiro e novembro**, quando o Governo aprova a redução do número de freguesias, de 4050 para 2650. Extinguem-se as comunidades intermunicipais, as empresas municipais e 673 cargos políticos. Em setembro, o Governo decide o desaparecimento ou mudança de estatuto de 139 das 230 fundações avaliadas. As restantes 91 mantêm o estatuto e os apoios públicos. Em **abril**, o ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco, propõe reformas para as Forças Armadas.

Três acontecimentos relevantes na cobertura do pluralismo político relativamente a *políticas para o ordenamento do território*, são:

- a reprovação do Tribunal de Contas do concurso para a obra do troço Poceirão-Caia do TGV, pelo consórcio a quem o Estado entregou o projeto no Governo de José Sócrates. A decisão implica o risco de indemnização de centenas de milhões de euros;
- o envio, pela Comissão Europeia, de uma carta em que pede ao Governo português para apressar a construção de uma nova linha férrea entre Évora e a fronteira espanhola – com as

mesmas características do TGV e financiamento comunitário até 95%;

- a divulgação, na primavera, de que a Lusoponte, em agosto de 2011, cobrou a portagem na ponte 25 de abril e, ainda assim, recebeu a compensação financeira do Estado.

O ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, defende que o Governo quer utilizar a maior parte dos fundos comunitários entre 2014 e 2020 em prol das empresas e do emprego. Em novembro, o ministro consegue acordar a redução de 10% no IRC para as novas empresas, em reunião com o Comissário europeu e propõe a Bruxelas incentivos fiscais para atrair investimento. Álvaro Santos Pereira afirma manter a intenção de criar um Banco de Fomento.

Em **fevereiro**, o ministro das Finanças garante que Portugal não precisa de mais dinheiro para cumprir o plano financeiro, na sequência da divulgação pela TVI de imagens de uma conversa informal entre os ministros homólogos, Vítor Gaspar e Wolfgang Schäuble, num momento em que supostamente não estariam a ser filmados. O ministro alemão elogia Portugal pela execução do programa de ajustamento e diz-se disponível para flexibilizar, depois de resolvida a questão da Grécia.

A transmissão dessa conversa entre os ministros português e alemão lança o debate em Portugal e noutros países europeus sobre

a captação, por jornalistas, de conversas informais nos bastidores dos trabalhos das instituições europeias.

Em **março**, o Governo assume a reposição gradual dos salários e dos subsídios de Natal e de férias dos funcionários e pensionistas da Função Pública: 20% em 2015 e a totalidade em 2018. No documento de estratégia orçamental, o Executivo prevê um crescimento da economia em 2016, passando de défices orçamentais de 3%, em 2013 para um de 0,5% em 2016. É também noticiado o apoio dos ministros das Finanças da Zona Euro, do presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker, do vice-presidente do Conselho Europeu, Olli Rehn, e do presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, ao programa de ajustamento português, que dizem estar no rumo certo, pedindo o reforço no setor dos serviços para criar desenvolvimento económico.

Em **abril**, os telejornais assinalam um ano do anúncio do recurso de Portugal a financiamento externo por José Sócrates e noticiam que o FMI considera que a aplicação de mais austeridade pode ser contraproducente.

No mesmo mês, os partidos do Governo aprovam a suspensão das reformas antecipadas, antes dos 65 anos, até 2014. O ministro da Solidariedade Social recusa o aumento da idade da reforma e anuncia a reestruturação do plafonamento das contribuições para a Segurança Social pelos

trabalhadores do setor público e privado. A CGTP e a UGT acusam o Governo de falta de diálogo e de transparência e admitem travar a decisão, considerada inconstitucional, através de providências cautelares. Em **dezembro**, o Governo aprova os escalões a partir dos quais haverá cortes, que atingem 380 mil reformados e as respetivas reduções.

Em **setembro**, o ministro das Finanças anuncia a proposta de aumento da TSU paga pelos trabalhadores e a redução para os empregadores. Acendem-se as críticas do PS, do PCP – que acusa o PS de nunca ter rompido com as exigências do memorando da *troika* – e do BE, que desafia o Governo a apresentar uma moção de confiança com base naquelas alterações. Os telejornais falam na mudança de propostas nesta matéria, entre a campanha eleitoral de 2011, e a atuação do Executivo em 2012. As confederações patronais temem a desaceleração do consumo e elogiam a recusa das centrais sindicais. O chefe da missão do FMI rejeita que a alteração seja exigência da *troika* e avisa que a redução dos salários não substitui as reformas estruturais.

Depois da retirada do projeto em relação à TSU, os telejornais destacam a troca de acusações entre António Borges (consultor para a privatizações do Governo), que qualifica a descida da TSU como «a melhor opção», e os empresários portugueses. Trata-os como «ignorantes», refere que não os passaria em

nenhuma das suas cadeiras na Faculdade. Por sua vez, os empresários reagem respondendo que não o queriam ter como gestor das suas empresas.

Em **outubro**, os telejornais transmitem em direto a conferência de imprensa em que o ministro das Finanças apresenta a redução do número de escalões de IRS, os cortes nas deduções fiscais e um aumento da percentagem de rendimento tributável para os trabalhadores independentes. Nas suas palavras, trata-se de um «enorme aumento de impostos». No mesmo mês, o voto contra o Orçamento de Estado para 2013 do deputado do CDS/PP da Madeira, Rui Barreto – por nele encontrar pouca redução da despesa pública e austeridade a mais –, antecipado pelo aviso de Paulo Portas de que haveria consequências para o desrespeito da disciplina de voto, marca o início da presença de divergências entre os dois partidos da coligação do Governo nos telejornais. Em novembro, no último dia de negociação do Orçamento, é destacado o acordo alcançado entre o Governo e os partidos da maioria parlamentar, PSD e CDS/PP, para a descida da sobretaxa de IRS nos salários, em 2013, para 3,5% em vez de 4%, e um dos subsídios a ser pago ao longo do ano.

Ainda no âmbito da cobertura da crise financeira, no ângulo das transformações económico-sociais, em 2012, o Governo aprova a eliminação de quatro feriados: dois religiosos, Corpo de Deus (móvel em junho) e

15 de Agosto (Assunção de Nossa Senhora;) e dois civis/históricos, 5 de Outubro (Implantação da Primeira República) e 1 de Dezembro (Restauração da Independência).

No âmbito dos acontecimentos da área da Economia, os telejornais acompanharam a transferência da gestão dos fundos comunitários do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional, do ministro da Economia para o das Finanças pelo primeiro-ministro, por vezes através de emissões em direto. Álvaro Santos Pereira é indicado como demissionário pelos telejornais, em virtude de a Lei orgânica do Governo fixar aquela como uma competência da pasta da Economia, em articulação com a das Finanças, mas da reunião em São Bento, sai o ainda ministro da Economia, em silêncio.

Em **março**, o Banco de Portugal divulga uma previsão recessiva do PIB, em 3,4%, em 2012, e a estagnação para 2013. A instituição atribui as dificuldades a fatores internacionais e diverge do Governo quanto a mais austeridade. O primeiro-ministro contrapõe uma mensagem positiva sobre as dinâmicas de exportação nacionais.

Os números da execução orçamental voltam a movimentar a oposição (BE, PCP e PS), que acusa o Governo de empobrecer o país.

Em **abril**, o Governo revê a recessão para 3% no Documento de Estratégia Orçamental até 2016 e, no mês seguinte, os telejornais reportam que o Estado gastou mais do que recebeu, o que é associado aos subsídios de

desemprego, a outros encargos da Segurança Social e à perda de receita fiscal. Os telejornais confrontam as declarações do primeiro-ministro, que enquadra aquele balanço dentro do esperado, com as do BE, PCP e PS, que acusam a austeridade de ter impedido o cumprimento das metas.

Em **outubro**, a oposição multiplica as críticas aos números da execução orçamental dos primeiros nove meses, e recusa um Orçamento do Estado para 2013 com as mesmas medidas.

*As empresas e negócios* estão presentes na amostra do pluralismo político-partidário de 2012, sobretudo através de acontecimentos relacionados com os setores dos transportes públicos e infraestruturas de transporte, banca e das energéticas.

Os enquadramentos predominantes são as responsabilidades do Estado, a averiguação do cumprimento dos cortes das despesas e as suspeitas de governamentalização.

Em 2011, as empresas de transportes públicos do Estado tiveram prejuízos de 1500 milhões de euros, tendo incumprido o corte de 15% nos custos operacionais imposto pela *troika*. A revisão dos contratos das Parcerias Público-Privadas (PPP) cujos encargos para o Estado aumentam em 2013, é uma promessa feita pelo Governo em **março** de 2012. Os telejornais divulgam uma estimativa de poupança de 850 milhões de euros em quatro contratos, atribuída à consultora Ernest & Young.

Em **junho**, o Procurador-Geral da República indica que está a ser investigada a atuação do ex-secretário de Estado das Obras Públicas e do antigo presidente das Estradas de Portugal, depois de o Tribunal de Contas ter concluído que o anterior Governo ocultou acordos paralelos com as concessionárias privadas das antigas SCUT.

A venda do Banco Português de Negócios (BPN) ao Banco BIC (BIC) suscitou diversos enfoques jornalísticos, nomeadamente através do ângulo da suspeita de benefício indevido do comprador pelos governos português e angolano. O questionamento veio da oposição parlamentar e da Comissão Europeia, em **março**. Em **junho**, na segunda Comissão de Inquérito Parlamentar ao BPN, o Presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), Faria de Oliveira, acusa a anterior administração do BPN de gestão ruinosa, e o antigo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, de ter decidido a acumulação de vencimentos dos administradores. Em **novembro**, é aprovado o relatório final pela maioria PSD/CDS, as abstenções do PS e do PCP e o voto contra do BE, que acusa o Ministério das Finanças de ocultação das avaliações ao BPN e de favorecimento do BIC.

A nomeação de seis diretores da EDP – Energias de Portugal, que a oposição considera próximos do Governo (entre eles, o presidente do Conselho Geral e de Supervisão, Eduardo Catroga, antigo ministro das Finanças

de Cavaco Silva] gera a contestação do BE e PS. António Mexia, presidente do Conselho de Administração da EDP, empresa adquirida pela China Three Gorges, responde que as nomeações são da responsabilidade dos acionistas privados. A demissão de Henrique Gomes, secretário de Estado da Energia, sob a tutela da pasta da Economia, começa por surgir nos telejornais como motivada por razões pessoais, e depois, através das críticas da oposição (PS, PCP e BE) sobre a incapacidade política de Álvaro Santos Pereira. Os telejornais amplificam as acusações da oposição de que a saída do ex-secretário de Estado se relaciona com o seu interesse em rever as rendas que o anterior Governo concedeu às produtoras de energia, sobretudo à EDP, através de taxas que são pagas pelo consumidor final. Segundo estes blocos informativos, seria uma exigência da *troika*, a que teria querido dar seguimento, sem o acordo do primeiro-ministro. O PSD reconhece divergências entre o ex-Secretário de Estado e vários membros do Governo. O tema das rendas de energia elétrica mantém-se entre março e maio, quando o BE acusa o Governo de aumentar as tarifas no mercado regulado em prejuízo da concorrência.

Em **fevereiro**, a REN é privatizada: 25% passa a ser detida pela chinesa State Grid e 15% pela jordana Oman Oil. Em junho, a visita dos príncipes das Astúrias, Felipe e Letizia, é acompanhada pelo anúncio do reforço da cooperação económica entre Espanha e Portugal. Em julho, os telejornais destacam a

assinatura de um acordo pelo qual a State Grid investirá 12 milhões de euros num centro tecnológico de investigação em Portugal e num de inovação no Brasil, subscrito pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas. Também o primeiro-ministro e o secretários de Estado do Empreendedorismo e Inovação surgem nos telejornais, selecionados nesta amostra do pluralismo político, através de viagens ao Brasil, Israel, Koweit e à Turquia de promoção do investimento nas privatizações e em empresas portuguesas, de captação de investimento externo nos Estados Unidos, e de cooperação com Cabo Verde e Timor-Leste, neste último caso para apoio na área político-administrativa e económica, e nos setores da educação e da comunicação social. Em 2012, a atualidade política dos telejornais debruça-se ainda sobre:

- a inauguração de duas fábricas da Embraer, a terceira maior fabricante de aviões do mundo, em Évora, pelo Presidente da República e perante protestos de manifestantes;
- os projetos de fusão e de privatização das empresas de transportes públicos de Lisboa e do Porto, da ANA e da TAP, dos Estaleiros de Viana do Castelo, da Groundforce e da RTP. A privatização da CGD e da TAP são adiados para 2013, a primeira como possibilidade, e ambas contestadas pelo BE, PCP e PS.

A eventual concessão da RTP1 a um privado e a extinção da RTP2 é anunciado no final de agosto, numa entrevista de António Borges, conselheiro do Governo para as privatizações, à TVI. Logo gera reações diversas dos mais representantes de diferentes áreas: secretários-gerais dos partidos, mesmo os da coligação governamental, de constitucionalistas, de representantes das televisões privadas, do Sindicato dos Jornalistas, da Comissão de Trabalhadores da empresa e de outros representantes da sociedade civil. O único aspeto sobre o qual todos são apresentados em acordo é a impossibilidade de entregar a taxa do audiovisual a privados. O ministro Miguel Relvas garante que o fecho da RTP2 é quase inevitável até 31 de dezembro, mas o projeto é adiado antes do fim de 2012.

A primeira visita da chanceler alemã, Angela Merkel, a Portugal, em 12 de **novembro**, para reunir-se com o Presidente da República e o primeiro-ministro, e participar numa conferência de investidores é coberta pelos telejornais com expectativa.

A sua presença insere-se nas visitas aos países mais afetados pela crise da dívida soberana, depois de já ter estado em Espanha e na Grécia. O secretário-geral do PS manifesta esperar que a chanceler anuncie investimentos em Portugal.

Em **dezembro**, o Observatório de Economia e Gestão de Fraude estima as atividades

lucrativas não declaradas em 25,4% do PIB de 2011 desde o início da crise, e solicita a intervenção do Governo para impedir a criação de empresas fantasma.

No mesmo mês, Cavaco Silva e Paulo Portas assumem a direção honorária do Conselho da Diáspora Portuguesa, para que portugueses influentes, a maioria empresários, promovam a credibilidade de Portugal no estrangeiro.

As *manifestações/reivindicações/protestos não laborais* são sobretudo contra ministros e o Presidente da República, sendo as medidas de austeridade o alvo mais frequente. Destaca-se, pela cobertura mais prolongada e pelo recurso a diretos:

- em **abril**, as manifestações pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) com presença do secretário-geral do PCP;
- em **setembro**, o apelo à adesão ao protesto da CGTP em Lisboa e no Porto, à porta da residência oficial do primeiro-ministro, durante a sua entrevista à RTP1;
- a vigília de milhares de pessoas em frente do Palácio de Belém durante a reunião do Presidente da República com Conselho de Estado com presença do ministro das Finanças; o protesto da desempregada de longa duração **durante as comemorações do 5 de Outubro** na Câmara Municipal de Lisboa, que segue pela passadeira até aos representantes políticos e é retirada do local por um segurança.

Ainda durante a cerimónia, uma cantora lírica que não estava convidada interpretou "Firmeza", de Fernando Lopes Graça.

Em **15 de outubro**, durante a aprovação na generalidade do Orçamento de Estado para 2013, os telejornais acompanham em direto a manifestação da CGTP em frente do Parlamento, em que participam sindicatos não filiados e movimentos cívicos não partidários, entre estes grupos de estivadores, agricultores e trabalhadores precários. Os telejornais reportam os confrontos entre manifestantes e polícias.

No outono, são noticiadas várias marchas lentas contra a reforma administrativa e a extinção de juntas de freguesia e tribunais. Em **dezembro**, o Conselho de Administração da Casa da Música demite-se depois de o Secretário de Estado da Cultura ter anunciado cortes de 30% no orçamento da instituição.

*As greves, protestos e manifestações laborais* destacadas nos telejornais de **2012** são as **paralisações gerais de 22 de março e de 14 de novembro**, ambas convocadas pela CGTP sem adesão da UGT. A de **novembro** culmina numa manifestação em frente à Assembleia da República reportada pelos telejornais, através de diretos, como a mais violenta do ano com confrontos entre os membros do corpo de intervenção da Polícia de Segurança Pública (PSP) e os manifestantes nas escadarias e imediações do Parlamento. Os

telejornais indicam que destes resultam sete detidos e 48 feridos.

Outras greves, reportadas pelos telejornais em **2012**, são:

- as dos transportes públicos de Lisboa e do Porto, contra a privatização das empresas e a perda de regalias sociais;
- as das duas dos estivadores, em janeiro e novembro, com adesão total nos portos de Setúbal, Lisboa e Figueira da Foz, contra a proposta de Lei sobre o regime de trabalho portuário;
- a da Administração Pública;
- a do centro de recolha de resíduos de Lisboa;
- a dos controladores aéreos e dos trabalhadores da TAP, contra a privatização, e a dos médicos, contra a semana laboral de 40 horas e outras condições de trabalho, com adesão de 95%.

Durante as *visitas internas do Governo*, os ministros da Educação, da Agricultura e Economia são os mais visados pelos protestos:

- dos professores pela vinculação dos contratados;
- dos produtores de leite e vinho por apoios;
- dos proprietários trabalhadores da restauração, contra o aumento do IVA.



Em **outubro**, o protesto dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo contra a privatização chega ao Parlamento, onde bloqueiam a entrada aos deputados membros da Comissão de Economia e Obras Públicas.

As manifestações da CGTP contra o Governo, no Porto e em Lisboa, são também profusamente cobertas pelos telejornais, sendo a da capital representada nas aberturas e fecho dos telejornais, através das imagens aéreas do Terreiro do Paço, lotado de manifestantes, e das declarações de representantes de várias localidades, de sindicatos, de associações profissionais e de membros das forças de segurança, de professores, de funcionários públicos, de reformados, de militantes da oposição e do PSD inconformados com as políticas do Governo para a Função Pública.

Em **maio**, o Governo anuncia o apoio aos bombeiros para ultrapassar a falta de voluntários em algumas regiões, mas a Associação de Bombeiros Voluntários denuncia que algumas corporações colocam jovens sem formação nas emergências médicas.

No verão, a falta de socorro aos incêndios no Algarve e na Madeira gera críticas ao ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, que garantiu que os meios materiais e humanos são adequados. As associações de bombeiros voltam a identificar a utilização de cadetes e estagiários sem formação. Em **setembro**, o

Governo anuncia apoio material às vítimas dos fogos no Algarve e na Madeira. Em **novembro**, o Governo disponibiliza 2 milhões de euros para as famílias desalojadas pelo tornado do Algarve.

O ano é também de contestação sobretudo às *políticas para a saúde, laborais e para a educação*. Na área da saúde, o ministro, Paulo Macedo, surge nos telejornais como promotor do encerramento da Maternidade Alfredo da Costa e de 12 urgências hospitalares, e defensor da racionalidade económica do SNS.

Os telejornais mostram as suas afirmações de que mais de metade dos hospitais públicos está em falência técnica.

Sucedem-se as peças sobre as negociações com a indústria farmacêutica para reduzir os gastos com medicamentos de uso hospitalar em 300 milhões de euros e a discordância das farmacêuticas e das empresas de produtos hospitalares, pelo atraso nos reembolsos do Estado. O ministro ameaça impor a baixa dos preços por via administrativa.

António Arnaut, membro do PS e fundador do SNS declara nos telejornais que a saúde pública está em causa, pela «agiotagem, o compadrio e a submissão aos grandes grupos económicos».

Em **janeiro**, dez pessoas, entre elas, dois médicos e cinco delegados de informação médica, são detidas por fraude ao SNS: prescrição de receitas falsas e exportação de medicamentos.

Em **fevereiro**, a Lei que responsabiliza civil e criminalmente os gestores hospitalares que assumam despesas sem as pagarem em 90 dias – em resultado de uma regra imposta pela *troika* – leva a ameaças de demissão em bloco. De visita ao Hospital de Évora, o secretário-geral do PCP alerta para os possíveis efeitos, que considera «devastadores», da Lei.

Em **março**, o Sindicato dos Enfermeiros denuncia tentativas para reutilizar material clínico descartável em vários serviços.

Em **junho**, passa a ser obrigatória a prescrição médica pelo princípio ativo e as farmácias têm que vender os medicamentos mais baratos, sendo o utente a escolher a marca.

O Estado passa a pagar o transporte não urgente de doentes com incapacidade física igual ou superior a 60% e dos que comprovem insuficiência económica.

Ainda no verão, o ministério pede a intervenção da Inspeção Geral das Atividades da Saúde ao concurso para contratação de enfermeiros para Lisboa e Vale do Tejo, por 4 euros/hora, através de empresas privadas.

Em **setembro**, o Governo aumenta as contribuições dos funcionários públicos para a ADSE. Depois da greve dos médicos em julho, o Governo e os sindicatos acordam a semana laboral de 40 horas, a tabela remuneratória e os suplementos salariais, dependentes do número de horas e de um possível aumento de pacientes.

Os telejornais anunciam que um milhão de portugueses passa a ter médico de família. No

outono, no seguimento das notícias do inverno anterior sobre os picos de mortalidade – 3000 mortos numa semana, 90% deles idosos, o Governo é interpelado pela União das Misericórdias Portuguesas, à qual congelou os pagamentos das unidades de cuidados continuados. O ministro da Saúde afirma que tem que haver uma redução de camas para situações genéricas nos hospitais para que se possa aumentar as dedicadas a cuidados continuados.

São também transmitidas peças sobre a qualidade dos cuidados de saúde, associada pelos telejornais aos efeitos da crise económica. O Índice de Assistência Médica Europeu coloca o SNS no 25.º lugar de 34 países, pela demora no atendimento das listas de espera.

O Instituto de Oncologia de Lisboa desmarca consultas por falta de médicos e aguarda autorização para substituir os reformados ou que mudaram de hospital.

Um estudo da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto critica o parecer do Conselho Nacional de Ética que defende o racionamento de medicamentos para pacientes com cancro, SIDA ou doenças reumatoides.

As *políticas laborais* são, em 2012, uma das dimensões da cobertura dos telejornais em relação às reduções dos salários e pensionistas dos funcionários públicos. Destaca-se, nos alinhamentos de **janeiro**, o acordo, na Concertação Social, com as

confederações patronais e a UGT, perante o abandono das negociações pela CGTP. O acordo introduz a acumulação do subsídio de desemprego com salários reduzidos e viabiliza a flexibilização dos despedimentos e dos horários, menos feriados e férias; diminui o número de meses para cálculo das indemnizações e reduz o preço das horas extraordinárias. Esta última decisão gera uma onda de contestação, concretizada em 49 pré-avisos de greve.

Em **maio**, estas regras são aprovadas no novo Código do Trabalho. A oposição critica o que dizem ser um retrocesso nos direitos dos trabalhadores e a falta de medidas estruturais para a criação de emprego.

Em **janeiro**, o Governo tinha anunciado uma nova lista de funcionários públicos excedentários para passarem à mobilidade especial. No mesmo mês, o ministro das Finanças anuncia o novo modelo de recrutamento de dirigentes superiores da Administração Pública que garante basear-se na «transparência, imparcialidade e mérito».

Em **junho**, um estudo do Banco de Portugal recomenda a redução dos salários.

Também ligada à área laboral e às *políticas de Administração Pública*, é destacada nos telejornais a atualidade sobre as exceções aos cortes nos salários. Logo em **janeiro**, destaquem-se as peças sobre a opção da TAP de aplicar metade das reduções dos salários determinadas pelo Governo, e, em dezembro, que o Banco de Portugal pagará os subsídios

de férias e de Natal na totalidade, por ter autonomia administrativa. Os funcionários do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público manterão os salários.

Em **agosto**, os telejornais divulgam um aumento médio mensal de 81 euros nos custos com remunerações dos membros do Governo, ao que o Executivo contrapõe o maior número de ministros e secretários de Estado com direito a subsídio de deslocação.

Em **novembro**, é revelado que 1500 funcionários do Estado foram excecionados dos cortes dos subsídios de férias, o que o Governo atribui a admissões nas Forças Armadas, defendendo ser essa uma opção legal.

Em **maio**, os telejornais dão extensa cobertura à admiração dos representantes da *troika* com os elevados números do desemprego depois de uma reunião da comissão parlamentar que acompanha o resgate financeiro.

As notícias baseadas em dados do INE sobre a subida, no primeiro trimestre de 2012, da taxa de desemprego para 14,9% e, entre os jovens, para 36,2%, levam a oposição, mas também o CDS/PP, a intensificar as críticas.

Em **junho**, o Governo revê o desemprego em 15,5%, em 2012, e prevê 16%, para 2013. Em **outubro**, os indicadores de atividade económica previstos pelo Governo para 2013 indiciam a redução do consumo privado de 2,2%, um aumento das exportações de 3,6% e uma taxa de desemprego de 16,4%.

Em **dezembro**, o Governo contrapõe à decisão de inconstitucionalidade da suspensão total

ou parcial dos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos e reformados do Estado publicitada em julho e com efeitos para 2013, o pagamento em duodécimos de metade daqueles rendimentos.

Em interligação com as *políticas laborais*, os telejornais de 2012 incluem peças sobre as atividades dos partidos políticos, sobretudo da oposição – BE e PCP – relacionadas com o risco de despedimento coletivo e de falência de empresas nacionais.

Os acontecimentos mais frequentes relacionados com o *emprego/desemprego* são:

- o aumento em 24% do número de pedidos de reforma dos funcionários públicos nos primeiros seis meses;
- o risco de desemprego dos trabalhadores dos Estaleiros de Viana do Castelo, que se revela iminente na primavera;
- do Arsenal do Alfeite e de metade dos 800 trabalhadores da Base das Lajes. Neste caso, o ministro dos Negócios Estrangeiros promete um acordo com a Administração dos EUA para evitar os impactos na população local.

São três os acontecimentos mais destacados pelos telejornais com enfoque no tema *políticas para a educação*: 1) a alteração das regras de gestão das escolas, o que o ministro defende trazer mais autonomia; 2) o reforço do papel do diretor da escola; 3) o novo

estatuto do aluno, coberto pelos telejornais como tendo agradado a pais e professores.

No plano da contestação, os telejornais salientam as reações sindicais à redução do número de professores contratados para as escolas secundárias e à suspensão das obras em 145 estabelecimentos do país.

No âmbito do financiamento, o ministério da Educação foi sobretudo acusado pela sugestão de fim da gratuidade do Ensino Secundário, pelos cortes ao Ensino Superior, revistos parcialmente, e pelo pagamento dos estágios do ensino profissional pelas empresas.

No final do ano, uma reportagem da TVI levanta a polémica sobre os contratos de associação do Estado com colégios privados do grupo GPS.

Os telejornais transmitem as críticas do BE, PCP e PS às mensagens do primeiro-ministro e do Presidente da República no Natal e no primeiro dia do ano. No comunicado ao país transmitido pela RTP1, o primeiro-ministro afirma que grande parte do acordo com a *troika* está cumprido e o país está mais próximo de ultrapassar a crise, apelando à confiança e ao otimismo.

A 26 de dezembro, através do Facebook, dirige-se aos portugueses como «amigos», afirma-se ao lado dos que não podem comprar um presente aos filhos, e assina «Pedro».

A cobertura dos telejornais das *atividades/propostas de partidos políticos* –

sobretudo os da oposição – centra-se na recusa das medidas de austeridade e no que consideram ser a falta de propostas do Governo para o crescimento do país e a sustentabilidade das funções sociais do Estado.

Sobressai, na cobertura informativa, a presença dos secretários-gerais dos partidos e das suas soluções para a reestruturação da dívida pública ou um segundo resgate financeiro, as críticas (e/ou contrapropostas) ao agravamento da austeridade, nomeadamente aos cortes salariais dos funcionários e reformados do setor público e a sobretaxa de IRS.

Em **junho**, a maioria parlamentar PSD-CDS vota contra a moção de censura do PCP e BE ao Governo, e o PS abstém-se. Jerónimo de Sousa afirmou existirem muitas razões para censurar o Executivo, ao que o ministro dos Negócios Estrangeiros respondeu que os comunistas não oferecem alternativas.

Em **novembro**, durante a sexta avaliação da *troika*, as contestações partidárias e dos parceiros sociais ao Governo preenchem grande parte das peças, que colocam o enfoque nas *atividades/propostas de partidos políticos*.

Num ano sem eleições nacionais, destacam-se na cobertura dos telejornais de horário nobre, as **eleições para o Governo regional dos Açores** e as **eleições internas dos partidos**.

Em **outubro**, o PS renova a maioria absoluta com 49% dos votos contra 33% do PSD. No

discurso após a vitória, o terceiro Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, disponibiliza-se para dialogar com a oposição.

Em **dezembro**, no XIX Congresso do PCP, é reeleito o secretário-geral Jerónimo de Sousa.

Alberto João Jardim mantém-se secretário-regional do PSD Madeira, pelas eleições diretas em que se defrontou com cinco candidatos. A sua vitória ocorre depois de ter anunciado o abandono do cargo em 2015 e de uma campanha contra o líder regional madeirense, no poder há 36 anos. Os seus opositores foram Miguel Albuquerque, seu antigo delfim no PSD, João Cunha e Silva, o vice-presidente de Jardim, e três outros membros do PSD, Miguel de Sousa, Sérgio Marques e Manuel António Correia.

Nos preparativos para as **eleições autárquicas** de 28 de setembro de 2013, apresentam-se as alianças e as possíveis recandidaturas de autarcas com mandatos noutros concelhos.

O CDS/PP anuncia que não apoia a candidatura de Luís Filipe Menezes à Câmara Municipal do Porto, mas em Lisboa há coligação PSD-CDS para a candidatura de Fernando Seara.

No verão, na Universidade do poder local da JSD, o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, defende que as autarquias endividadas deveriam ser geridas por uma comissão administrativa, sem eleições nesse período.

As *atividades de autarquias* surgem nos alinhamentos dos telejornais através da cobertura de acontecimentos ligados:

- ao sobreendividamento e risco de falência imediata de 53 autarquias;
- ao aumento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);
- à criação ou aumento de taxas de água e saneamento;
- ao acesso ao programa de apoio à economia local criado em novembro pelo Governo para a regularização das suas dívidas.

A cobertura jornalística das *políticas para a justiça* apresenta-a como instrumentos de eficácia económica. Como exemplo desse enfoque temático surgem os seguintes acontecimentos:

- a proposta do Governo para a alteração do mapa judiciário e especialização das competências, recebida com a contestação de alguns autarcas, da Associação Sindical dos Juizes e do bastonário da Ordem dos Advogados;
- a substituição de julgamentos de crimes passíveis de penas de cinco anos ou inferiores, ou não sujeitos a prisão, pelo pagamento de indemnizações ao lesado, a entrega de donativos a instituições, ou injunções e regras de conduta definidas pelo juiz. É noticiado que esta figura permitiu reunir 54 milhões

de euros para o Estado, até **dezembro** de 2012.

No mesmo mês, a ministra da Justiça defende novas regras para as escutas telefónicas e o combate ao enriquecimento ilícito.

Em agosto, o PS pede a intervenção da Procuradoria-Geral da República (PGR) para investigar o desaparecimento de documentos, até então na posse do Ministério Público, sobre a compra de dois submarinos à Ferrostal, quando Paulo Portas era ministro da Defesa.

Em **setembro**, são divulgadas suspeitas de suborno à Escom, a consultora para as contrapartidas do consórcio alemão que vendeu os submarinos a Portugal. Em **dezembro**, é anunciado que a empresa austríaca que negociou os blindados Pandur com Portugal não cumpriu a contrapartida de 516 milhões de euros, tendo o então responsável pela pasta aceite o negócio.

Em **outubro**, a investigação à queda em Camarate do avião em que Sá Carneiro seguia, volta a ser proposta para a 10.<sup>a</sup> Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso, pelo CDS e PSD, que defendem a necessidade de retomar o que foi interrompido quando o Parlamento foi dissolvido em 2011.

Os protagonistas políticos estiveram, em 2012, envolvidos na cobertura mediática de *casos de justiça*, nos quais participaram como testemunhas em processos judiciais, pela

divulgação de suspeitas de fraude e alegados abusos de poder.

Entre os protagonistas políticos que participaram como testemunhas em processos judiciais, destaca-se, em **janeiro**, a escusa de José Sócrates em testemunhar no julgamento da Universidade Independente, relacionado com suspeitas de irregularidades na obtenção da sua licenciatura.

Em **março**, prossegue o desenvolvimento judicial do processo Freeport, que, recorde-se, levantou a hipótese de existência suborno para aprovação do projeto.

O caso envolveu ministros do Governo de José Sócrates e uma sociedade de advogados, um arquiteto, um tio do anterior Primeiro-ministro e o presidente de uma junta de freguesia do PS.

Em **maio**, Duarte Lima sai da prisão e permanece em casa com pulseira eletrónica. Os telejornais noticiam sobre as suspeitas que recaem sobre si: burla, fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais aquando da compra de terrenos via fundo imobiliário do BPN.

Duarte Lima surge identificado nas notícias como antigo líder parlamentar do PSD. Num processo judicial a decorrer no Brasil, é nomeado arguido no processo de homicídio de Rosalina Ribeiro, antiga cliente de Duarte Lima, na sua qualidade de advogado.

Em **junho**, Fátima Felgueiras, antiga autarca do PS e depois independente, é ilibada pelo Tribunal da Relação de Guimarães da suspeita de crimes de peculato no processo

denominado *Saco Azul*, pelos quais fora condenada em primeira instância a 3 anos de prisão com pena suspensa.

A cobertura informativa que reportou o envolvimento de membros do XIX Governo Constitucional (o executivo em vigência no período em análise) em casos de justiça relacionam-se com:

- alegações de existência de escutas ilegais pelo SIED – Serviço de Informações Estratégicas de Defesa – no designado *caso das Secretas*;
- alegadas irregularidades na obtenção da licenciatura pelo ministro Miguel Relvas e das acusações de tentativas de pressão por uma jornalista do Público;
- exceções nos cortes de subsídios a funcionários do Estado.

No caso das Secretas, a Comissão de Assuntos Constitucionais ouve o secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, Júlio Pereira. A suspeita era a de que o antigo espião e diretor do SIED, Jorge Silva Carvalho, tivesse sido contratado pelo presidente da Ongoing, Nuno Vasconcellos, para aceder ilegalmente à faturação detalhada do telemóvel do jornalista Nuno Simas e assim obter informação para o grupo económico. Foram constituídos arguidos, com outros funcionários dos serviços de informações e da Optimus envolvidos, por violação do segredo de Estado, abuso de poder, corrupção, acesso ilegal de dados, acesso ilegal agravado e violação do segredo profissional. No

Parlamento, a maioria PSD/CDS chumbou o pedido do PCP para audição do primeiro-ministro no âmbito desse processo.

Em **maio**, Miguel Relvas, ministro dos Assuntos Parlamentares é acusado por uma jornalista e pela diretora do Público de ter pressionado e ameaçado a primeira para tentar impedir a divulgação de notícias sobre as Secretas. O ministro pede a apreciação da ERC que ouve as acusações da diretora, da editora de Política e da jornalista do Público, e as garantias do ministro de que nunca pressionou jornalistas, ripostando que foi vítima de pressão. A diretora do Público, Bárbara Reis, contesta a versão do ministro e insiste que houve ameaças. O assunto segue para uma Comissão Parlamentar de Inquérito depois de a ERC ter concluído que o ministro não exerceu pressões ilícitas através dos telefonemas para a jornalista e as responsáveis editoriais daquele jornal diário.

As notícias das suspeitas de que a licenciatura em Direito do ministro Miguel Relvas possa ter sido atribuída pelo seu currículo empresarial e político, e ao fim de um ano, pela Universidade Lusófona, são acompanhadas da cobertura informativa da contestação pública a nível nacional e entre as comunidades de emigrantes. Em **setembro**, o Ministério Público começa a averiguar a suspeita de irregularidades na obtenção do grau académico num contexto de acusações de descredibilização do Ensino Superior.

As suspeitas de tentativas de influência do Governo sobre a comunicação social também

são destacadas na cobertura informativa de outros dois acontecimentos:

- a propósito do cancelamento da rubrica “Este Tempo”, de Pedro Rosa Mendes pelo diretor de informação da Antena 1 na sequência de críticas feitas a um especial informativo denominado “Reencontro”, transmitido pela RTP1 em direto de Luanda, Angola;
- o afastamento do, à data, diretor de informação da RTP, Nuno Santos, acusado de ceder imagens em bruto dos confrontos entre os manifestantes e membros da PSP na manifestação da greve geral (14 de novembro), em frente do Parlamento. Aquela força policial ter-se-á dirigido às instalações do operador público de televisão e pedido as gravações.

### PEÇAS DE PLURALISMO POLÍTICO EM 2013

A **crise financeira em Portugal**, os **objetivos do défice público** durante a intervenção da *troika* [BCE/CE/FMI] e a **reforma do Estado relativamente à Função Pública** compõem o contexto que serve de base aos acontecimentos da atualidade política cobertos pelos telejornais de horário nobre em 2013.

É um ano representado como de vivência quotidiana da crise, já como uma condição portuguesa.



Os telejornais de 2013 dedicam mais tempo à cobertura da contestação popular e da oposição parlamentar; a par das divergências na coligação do Governo, de conflitos institucionais, e das várias mudanças governamentais.

O ângulo jornalístico privilegia os impactos da crise governativa, nomeadamente nas finanças públicas, o aumento do *rating* da dívida soberana portuguesa e o risco de um segundo resgate financeiro.

As *políticas fiscais e financeiras* do Governo são cobertas em peças sobre acontecimentos como:

- o anúncio e negociações no sentido da convergência das pensões (nos setores público e privado), aprovada em outubro no Parlamento e chumbada em dezembro pelo Tribunal Constitucional;
- a proposta de aumento da contribuição extraordinária de solidariedade e de redução das pensões nos escalões mais elevados, para viabilizar o Orçamento de Estado para 2014;
- a possibilidade de regresso de Portugal aos mercados/emissão de dívida pública e o pagamento dos subsídios de férias e de Natal aos pensionistas e funcionários públicos e do privado em duodécimos.

Em **janeiro** de 2013, é notícia a existência de um novo regime de faturação pela

obrigatoriedade/fiscalização e preenchimento do número de contribuinte.

Em **junho**, depois da sétima avaliação da *troika*, a Comissão Europeia defende que a consolidação orçamental continuará até 2015 e antevê mais cortes nos salários da Função Pública.

Em **setembro**, entra em vigor a semana laboral de 40 horas na Função Pública. Os telejornais referem o desacordo dos membros do Governo quanto à possibilidade de redução do IVA na restauração, que não se concretiza.

Em **dezembro**, os telejornais destacam a saída da recessão técnica segundo dados do INE, que identifica um crescimento de 0,2% entre julho e setembro. É alcançado um acordo entre o Governo e o PS para a reforma do IRC. O Governo lança um concurso para sorteio de um carro entre os contribuintes que tenham pedido faturas com número fiscal. Ainda no último mês do ano, a décima avaliação da *troika* resulta na indicação de que o Executivo deverá corrigir as leis do Código do Trabalho inviabilizadas pelo Tribunal Constitucional e que deverá encontrar alternativas para compensar a perda de receita pelo corte do IRC.

A *troika* impõe mais restrições aos setores da Energia, Banca, Telecomunicações e salários do privado. A decisão sobre a necessidade de Portugal recorrer a um programa cautelar depois do programa de ajuda externa é adiada para maio de 2014.

A propósito da cobertura informativa das **eleições autárquicas** (realizadas em outubro), os telejornais noticiam: 1) a aprovação pelos tribunais de primeira instância da possibilidade de recandidatura de autarcas com mais de três mandatos, desde que a municípios diferentes; 2) a aprovação do recurso do BE ao Tribunal Constitucional contra a autorização do candidato do PCP à autarquia de Évora, Carlos Pinto de Sá.

As campanhas dos partidos no contexto das eleições autárquicas realizadas em 2013 propriamente ditas são cobertas pelos noticiários de horário nobre dos quatro canais em análise dando destaque ao tema *atividades/propostas de partidos políticos*. A crise financeira e os assuntos de governação do país dominam as intervenções dos dirigentes partidários.

Em **setembro**, na sequência da deliberação da CNE (Comissão Nacional de Eleições), que determina que um representante político não pode ser entrevistado em vésperas das eleições autárquicas sem dar oportunidade aos restantes partidos, o Primeiro-ministro rejeita uma entrevista previamente concedida à RTP1.

Em **outubro**, realiza-se essa entrevista a Pedro Passos Coelho, numa transmissão em direto, durante a qual o Primeiro-ministro responde às perguntas de cidadãos portugueses, feitas ao vivo.

Na cobertura noticiosa da noite eleitoral, os telejornais contam derrotas e vitórias, e nestas últimas destacam a vitória de várias

câmaras por movimentos formados por independentes (Porto, Oeiras e Matosinhos) e a manutenção de António Costa em Lisboa.

O PSD é apresentado como o grande derrotado, na Madeira, onde perde sete autarquias e no Continente, o que é justificado como resultado do desgaste de ser Governo.

As notícias destacam também os partidos que conquistam ou mantêm mais autarquias: PS, a CDU e o CDS. O BE é o que mais perde.

Ainda sobre a cobertura da atividade partidária, em 2013, os telejornais destacam as *divergências ou críticas internas* no PS, em que destacam o que separa o secretário-geral do partido, António José Seguro, e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, na político e no carisma pessoal.

Em **abril**, António Costa desiste de formalizar a candidatura à liderança do partido em eleições diretas. Os telejornais relatam que as diferenças entre os dois socialistas são ultrapassadas na Comissão Política e que António Costa subscreve a estratégia apresentada por António José Seguro ao Conselho Nacional, em Coimbra.

Também presentes nos telejornais são as movimentações internas partidárias na sequência de candidaturas autárquicas em listas de partidos diferentes daqueles a que os militantes pertencem:

- O PCP acusa a sua militante Alice Vieira, de quebra de compromisso, por

se candidatar à Assembleia Municipal de Mafra pelas listas do PS.

- O PSD admite expulsar 400 militantes que apoiaram listas adversárias.

Em **dezembro**, Passos Coelho anuncia a sua recandidatura à liderança do partido, no Conselho Nacional do PSD, e as listas para as eleições europeias são adiadas para depois do congresso do partido, em fevereiro de 2014.

Em **julho**, o PS e os partidos da maioria parlamentar – PSD e CDS – reúnem-se para testar a possibilidade de um acordo de compromisso com a governação e o cumprimento das metas no memorando de entendimento. Depois da Comissão Política do PS, são divulgadas as diferenças de fundo relativamente aos partidos da coligação.

A atividade partidária é destacada nos telejornais através da contestação às opções de cumprimento das metas da *troika*.

Em **março**, há uma moção de censura do PS ao Governo, com o apoio da oposição parlamentar (BE, PCP e Os Verdes), e, depois do chumbo do Tribunal Constitucional, desde abril, os telejornais centram-se na defesa de eleições legislativas nacionais antecipadas.

Em **julho**, Passos Coelho lidera a moção de confiança ao Governo, que os telejornais noticiam à reportando a presença completa do Executivo.

Em **dezembro**, o PS defende o adiamento do prazo com a negociação de juros. O BE e o PCP afirmam que o protelar o pagamento da dívida condiciona o futuro do país.

Em **abril**, o anterior primeiro-ministro, José Sócrates, torna-se comentador político na RTP1, o que motiva a contestação dos partidos políticos (que não o PS), por considerarem ser uma oportunidade de defesa política no primeiro serviço de programas de Serviço Público. Nesse contexto, surge uma petição pública contra José Sócrates, comentador político da RTP1.

Os telejornais apresentam **2013** como **um ano de contestação social**, sobretudo através da cobertura das *greves, protestos e manifestações laborais*.

Destaca-se a **greve geral de 27 de junho**, a que aderiu a CGTP e a UGT e, ao longo do ano as várias paralisações:

- dos professores no primeiro dia de exames nacionais do Ensino Secundário e quatro dias durante as avaliações;
- dos estivadores dos portos;
- dos trabalhadores dos transportes públicos de Lisboa e do Porto;
- dos magistrados do Ministério Público
- dos funcionários públicos (trabalhadores das Finanças) e de outros do sistema judicial e dos inspetores da Polícia Judiciária;
- dos bombeiros;
- dos guardas prisionais, entre outros.

São transmitidas notícias de um primeiro de maio comemorado sob forte contestação às *políticas laborais*.

As atividades das centrais sindicais e dos sindicatos setoriais tornam-se mais presentes nas peças que integram a amostra do pluralismo político de 2013 do que havia acontecido nas peças das amostras de 2011 e 2012, quando predominaram os protestos dos movimentos sociais apartidários, com uma orientação genérica contra as políticas de austeridade, não apenas contrários aos impactos laborais.

A marcha sobre a ponte 25 de abril marcada para outubro é proibida pelo Conselho de Segurança daquela infraestrutura e a CGTP substitui o percurso pela travessia dos manifestantes em autocarros.

As manifestações com maior cobertura informativa nos telejornais analisados foram as da CGTP em frente ao Palácio de Belém, a 25 de maio, e, durante a discussão do Orçamento de Estado para 2014, em frente ao Parlamento, em novembro.

No final do mesmo mês, durante o protesto laboral da PSP, alguns membros desta força policial sobem as escadarias da Assembleia da República e confrontam outras (a polícia de intervenção), o que precipita a demissão do diretor nacional da PSP nos dias seguintes.

Também a propósito da atividade sindical, verifica-se que, em **janeiro**, a UGT ameaça rasgar o acordo que assinou em 2012 se o

Governo insistir nos 12 dias de indemnização por despedimento, por cada ano de trabalho. Em **maio**, as centrais sindicais estão presentes nos alinhamentos dos noticiários a propósito das negociações da concertação social. Em **outubro** aquela mudança contestada pela UGT é consagrada pelo Governo.

Em **dezembro**, a Fenprof - Federação Nacional dos Professores e a Associação Nacional dos Professores Contratados contestam a prova de acesso à profissão determinada pelo Ministério da Educação e marcam uma concentração no Parlamento para 8 e uma greve para 18. A alteração dos destinatários da prova – os professores com menos de cinco anos de experiência – faz com que a FNE – Federação Nacional da Educação cancele os protestos.

Ainda que menos presentes na amostra do pluralismo político em número, as *manifestações/reivindicações/protestos não laborais* são destacadas nos telejornais de **fevereiro**, pelas interpretações da canção “Grândola, Vila Morena”, de José Afonso, por manifestantes, primeiro durante uma intervenção do primeiro-ministro no Parlamento e nos dias seguintes para impedir dois discursos de Miguel Relvas: primeiro no Clube dos Pensadores, em Vila Nova de Gaia, e depois no aniversário dos 20 anos da TVI celebrado no ISCTE, em Lisboa.

No Parlamento, a Presidente da Assembleia da República determina a evacuação das galerias e Pedro Passos Coelho continua a discursar.

A decisão do Governo de não dar tolerância de ponto aos funcionários públicos na terça-feira de Carnaval – como em 2012, e anunciada até ao fim do Programa de Assistência a Portugal – é coberta pelo aviso pelo ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, e pelos argumentos contrários dos autarcas de Torres Vedras e de Loulé.

Nesse ano, o Governo determinou o fim da celebração do Primeiro de Novembro, o Dia de Todos os Santos, feriado tradicionalmente associado à visita aos cemitérios.

Os acontecimentos representados através das *políticas económicas* estão sobretudo relacionadas com o tema do desemprego, sendo dada maior visibilidade aos professores e aos jovens licenciados.

Em **dezembro**, o comentário do primeiro-ministro aos números do emprego abre uma polémica com os partidos da oposição. Enquanto o INE anuncia a criação de 22 mil postos de trabalho em 2013, o primeiro-ministro anuncia 120 mil na mensagem de Natal. Os partidos da oposição parlamentar dizem que este se esqueceu de retirar, aos 120 mil, os números referentes aos despedimentos.

Em **abril**, o ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, anuncia oito medidas para promover o crescimento e o emprego, em que

os telejornais destacam a descida do IRC, a criação de um Banco do Fomento e a ajuda à internacionalização das empresas.

Em **agosto**, os telejornais divulgam que Portugal assinou contratos *swap*, com taxas de juro de 30%, considerados de elevado risco para o Estado, por estarem dezenas de pontos acima das praticadas pelo mercado e implicarem perdas de 1500 milhões de euros. Em sequência, crescem de tom as vozes, entre elas, as de um dos partidos do Governo (PSD), que exigem a demissão do secretário de Estado do Tesouro, Joaquim Pais Jorge, por ter subscrito tais contratos.

Há vários gestores e diretores financeiros de empresas públicas que são afastados.

Em **setembro**, o balanço dos juros da dívida pública é de subida e, assim, as previsões de regresso aos mercados anunciadas em janeiro para este mês, não se confirmam.

A subconcessão dos Estaleiros de Viana do Castelo à Martifer é destacada pelos telejornais em **dezembro**, sob o ângulo da contestação da Comissão de Trabalhadores e da autarquia à proposta do Governo. A nova proprietária garante o controlo da dívida e promete a criação de mil postos de trabalho nos cinco anos seguintes.

A troca da privatização, anunciada em 2012, pela subconcessão decidida em 2013 é acompanhada por uma queixa-crime de Ana Gomes, eurodeputada do PS, e pela nomeação de uma Comissão de Inquérito Parlamentar, proposta pela CDU.

No mesmo mês, concretiza-se a privatização dos CTT, ficando o Estado com 30% do capital, e o restante disperso por investidores estrangeiros e trabalhadores.

Em **janeiro**, os telejornais noticiam o fecho das contas de 2012, com lucros de 16 milhões de euros, salientando que são cinco vezes mais do que no exercício anterior.

A privatização da TAP é novamente adiada.

Em **dezembro**, durante a décima avaliação da *troika*, as confederações empresariais opõem-se à proposta do Governo de reduzir os salários nos setores privados da banca, energia e telecomunicações).

O eventual chumbo, pelo Tribunal Constitucional, dos cortes nos vencimentos e pensões da Função Pública no orçamento para 2014 leva as organizações internacionais credoras a questionar o regresso de Portugal aos mercados.

As empresas estão presentes, na amostra do pluralismo político referente a 2013, sobretudo através de acontecimentos relacionados com os setores dos transportes públicos e das energéticas.

Os enquadramentos temáticos predominantes nas peças são: 1) a averiguação do cumprimento dos cortes das despesas; 2) as responsabilidades do Estado; 3) as suspeitas de governamentalização.

As empresas de transportes públicos do Estado tiveram prejuízos de 1500 milhões de

euros em 2011, tendo falhado o corte de 15% nos custos operacionais imposto pela *troika*.

A nomeação de seis diretores da EDP, que a oposição considera próximos do Governo, nomeadamente o presidente do Conselho Geral e de Supervisão, Eduardo Catroga, antigo ministro das Finanças de Cavaco Silva, gera contestação por parte do BE e do PS. A EDP, já adquirida pela China Three Gorges, responde, através de António Mexia, que as nomeações são da responsabilidade dos acionistas privados.

A privatização da RTP volta a ser notícia nos telejornais. Em **janeiro**, o Governo adia a alienação da RTP2, e anuncia o processo de reestruturação. Os partidos da oposição manifestam dúvidas e lançam a hipótese de um despedimento coletivo, desmentido pelo presidente do Conselho de Administração, Alberto da Ponte. Em **março**, há cinquenta trabalhadores interessados na rescisão amigável. Os telejornais salientam que, em 2011, a empresa tinha um passivo de quase 839 milhões de euros – o que indicam ser um quinto dos 4 mil milhões de euros que o Estado tem de cortar nas despesas até 2014 – e que gastará 42 milhões na reestruturação.

*As atividades do Tribunal Constitucional surgem nos alinhamentos dos telejornais de horário nobre pelos acórdãos inviabilizadores dos cortes do Governo. A cobertura das*

intervenções daquele órgão de soberania concentrou-se em **abril, agosto, setembro e dezembro**, respetivamente, a propósito dos seguintes acontecimentos:

- a recusa da suspensão dos subsídios de férias e de Natal os pensionistas e funcionários públicos;
- a mobilidade da Função Pública;
- a viabilização das candidaturas de antigos autarcas a novos mandatos desde que noutra concelho;
- a recusa de algumas normas da Lei do Trabalho;
- o chumbo da convergência das pensões dos setores público e privado.

Em **julho**, os acontecimentos que se destacaram na cobertura com enfoque nos temas *alterações na formação do Governo e atividades da Presidência da República* surgem num contexto que é apresentado como uma crise governamental pelos telejornais.

Depois da demissão do ministro das Finanças Vítor Gaspar, e do anúncio da sua substituição por Maria Luís Albuquerque a 1 de julho, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, em discordância com esta escolha, apresenta a sua «decisão irrevogável».

Depois de várias reuniões entre o primeiro-ministro e Paulo Portas, inconclusivas quanto à sua permanência no Governo, o Presidente da República apela a um compromisso de

salvação nacional entre os partidos mais votados nas legislativas de 2011.

O PS conclui ser impossível o entendimento com o PSD sobre os princípios da ação governativa.

Algumas mudanças no Executivo, tiveram uma cobertura informativa mais ampla (ao longo do tempo) pelos telejornais. Uma dessas mudanças foi a demissão de Miguel Relvas, em **abril**, no mesmo mês em que o Ministério da Educação e Ciência enviou para o Ministério Público o relatório da Inspeção-geral de Educação e Ciência sobre a atribuição da licenciatura ao ministro num ano. O ministro da Educação, Nuno Crato afirma a sua convicção de que uma prova oral não pode substituir uma escrita, em entrevista a um telejornal. A antiga pasta de Miguel Relvas é assumida por Miguel Poiars Maduro, que passa a tutelar as «políticas de comunicação social, modernização administrativa, desenvolvimento regional e autarquias locais»<sup>9</sup>. Outra mudança que teve visibilidade na cobertura informativa foi, em **janeiro**, o pedido de demissão do secretário de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa, Paulo Júlio, o qual foi aceite pelo primeiro-ministro. O seu afastamento vem na sequência de ter sido notificado pelo Ministério Público pela alegada prática de um

---

<sup>9</sup> SOBRE O MINISTRO ADJUNTO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL < <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministro-adjunto-e-do-desenvolvimento-regional/sobre-o-ministro-adjunto-e-do-desenvolvimento-regional.aspx> > [outubro 2014].

crime de prevaricação de titular de cargo político.

Em **fevereiro**, a escolha de um antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), proprietária do BPN, Franquelim Alves para secretário de Estado do Empreendedorismo é polémica.

A discussão do orçamento de Estado para 2014 no Parlamento, em **outubro**, é destacado nos telejornais através do enfoque dado aos seguintes assuntos:

- aplicação de mais cortes nos salários dos funcionários e nas pensões da Função Pública;
- manutenção da sobretaxa do IRS e do IVA de 23% na restauração
- manutenção da taxa para automóveis a gasóleo;
- subida de impostos sobre tabaco e álcool ,perante as críticas dos partidos e de históricos da oposição.

Em interligação com aquele conjunto de acontecimentos sob o tema do orçamento de Estado, está o relatório do FMI para a reforma do Estado português, apresentado em **janeiro** e que propõe a redução da despesa de 4 mil milhões de euros até 2014, o corte definitivo dos salários dos funcionários públicos entre três e sete por cento, das pensões do Estado até 20 por cento e a diminuição de 120 mil funcionários públicos. A oposição parlamentar multiplica as críticas.

No mesmo mês, o FMI aprovou uma *tranche* de 838,8 milhões de euros para Portugal e

elogiou a política de austeridade e o espírito reformista do Executivo.

Em **maio**, os telejornais fazem o balanço de dois anos de *troika* em Portugal e avaliam a renegociação das metas do défice, da recessão e do desemprego por falta de alcance pleno das mesmas.

Em **dezembro**, o interlocutor do FMI para o resgate português, em entrevista ao Financial Times, avisa os governantes de que o fim do programa não significa o fim do ajustamento.

*As políticas para a educação* são destacadas pelos telejornais de horário nobre, além das negociações entre os sindicatos e o Ministério para tentar suspender as greves aos exames nacionais do Secundário, pela reorganização da rede escolar, em **janeiro** através da qual foram criados mais 67 mega agrupamentos, totalizando 300 desde 2008. Os sindicatos contestam por considerarem que se perde qualidade pedagógica com agrupamentos com cerca de 4 mil alunos.

A cobertura informativa pelos telejornais das *atividades da Assembleia da República* concentrou-se em **janeiro**, a propósito da divulgação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN, pela unanimidade dos partidos, para exigir a punição dos responsáveis pela perda de 3400 milhões de euros no BPN.



Em **maio**, é aprovada a proposta de lei apresentada pelo PS que permite a co-adoção por casais do mesmo sexo, por 5 votos a favor, e rejeitada a do BE e PEV que permitiria a adoção plena.

Em **outubro**, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete explica, no Parlamento, as alegadas falsas declarações à Comissão de Inquérito do BPN sobre as suas ações da SLN e é confrontado com o pedido de desculpa que fez a Angola por o Ministério Público estar a investigar suspeitas de branqueamento de capitais que envolveriam o procurador-geral e as filhas do presidente da República de Angola e o presidente do Banco Atlântico. Nesse contexto, os telejornais dão destaque às intervenções do partidos da oposição parlamentar que defendem a demissão do ministro.

*As políticas para a saúde* são cobertas pelos telejornais em peças sobre os cortes no orçamento dos serviços públicos, que chegam a 20% dos custos com as horas extraordinárias em **abril**. Em **julho**, a temática das políticas para a saúde surge por causa de uma auditoria do Tribunal de Contas que concluiu haver quatro parcerias público-privadas que custam mais seis mil milhões de euros do que o previsto pelo ministério das Finanças.

*Nas políticas para a segurança social*, os telejornais destacam acontecimentos como:

- o início da aplicação da contribuição extraordinária de solidariedade nas reformas acima dos 1.350 euros brutos,(que oscila entre 3,5% e 40%), em **abril**;
- as declarações de Paulo Portas, ministro dos Negócios Estrangeiros que, em **maio**, se afirma «politicamente incompatível» com a taxa sobre as pensões;
- em **novembro**, a negação de um Plano B, perante um eventual chumbo do Tribunal Constitucional ao regime de convergência de pensões entre o setor público e privado;
- em **dezembro**, a aprovação da idade de reforma para 66 anos.

A reforma do Estado é apresentada nos telejornais de horário nobre através da resolução do défice público, que perpassa a maioria dos acontecimentos destacados nesta síntese, e do lançamento do programa de rescisões voluntárias na Função Pública.

Os telejornais acentuam o que é apresentado como uma contradição entre o propósito do Governo de alcançar os 15 mil aderentes e os três mil inscritos reunidos em dezembro.

Em **julho**, a *possibilidade de dissolução do Parlamento* preenche os telejornais, após a demissão de Paulo Portas e o apelo do Presidente da República a um acordo para a salvação nacional.

A apresentação das várias tentativas goradas de acordo entre os partidos políticos adia a

hipótese de eleições legislativas antecipadas e um governo de iniciativa presidencial, culminando na proposta de remodelação ministerial, na qual Paulo Portas surge como vice-primeiro-ministro.

As peças da amostra de 2013 que abordam a temática *indicadores económicos* surgem, à semelhança do ano anterior, a propósito do acompanhamento do défice público. Desde logo, em **julho**, pelo disparo dos juros da dívida pública portuguesa nos mercados financeiros internacionais, no contexto de instabilidade suscitada pela demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas e pelo adiamento das negociações com a *troika*.

Já, em **agosto**, com a remodelação ministerial concluída, o Estado colocou mil milhões de euros (o limite máximo do montante indicativo estipulado para a emissão de Bilhetes de Tesouro de dívida) no mercado, com promessa de pagamento a três e 12 meses.

Entre o primeiro semestre e os três primeiros trimestres de 2013, o défice orçamental português desce de 7,1% (de janeiro a junho) até aos 5,9% (até setembro), de acordo com dados do INE.

Em **outubro**, é noticiado que o limite do défice orçamental em contabilidade pública imposto pela *troika* para o terceiro trimestre foi cumprido, com um saldo negativo de mais de 4 milhões de euros, segundo a Direção-Geral do Orçamento (DGO).

No mesmo mês, o Banco de Portugal defendeu uma redução dos impostos sobre os

contribuintes individuais e empresas, o corte da despesa e a possibilidade de a recessão ser inferior àquela que o Governo propõe, apesar da manutenção das estimativas do desemprego.

Em **dezembro**, o INE volta a divulgar uma baixa de 2% do défice nos primeiros trimestres de 2013 em relação ao ano anterior, em parte pelo aumento de impostos, e da despesa pública devido à devolução dos subsídios. É noticiado que, o orçamento de Estado para 2014 prevê uma inflação de 1% e a possibilidade de subida do IVA para compensar o chumbo do Tribunal Constitucional à convergência de pensões.

Em 2013, mantém-se a polémica nos telejornais sobre a possível reintegração de Jorge Silva Carvalho na Função Pública. O antigo espião do SIED, envolvido no já referido caso das escutas telefónicas pelas Secretas, está abrangido pelo direito de, por ter um vínculo laboral à Função Pública, continuar a receber o seu salário durante 8 meses, depois de ter deixado de trabalhar.

A presença de políticos em peças que fazem a cobertura de casos de justiça destacou-se sobretudo nas edições de **agosto** dos telejornais.

Neste mês, é noticiada a leitura pelos tribunais de sentenças sobre a possibilidade de recandidatura de autarcas que tenham cumprido mais de três mandatos:

- o Tribunal de Lisboa recusa a impugnação da candidatura de

Fernando Seara à Câmara Municipal de Lisboa, pedida pelo Bloco de Esquerda;

- o Tribunal de Oeiras aceita a candidatura de Moita Flores para a autarquia de Oeiras, mas recusa a de Isaltino Morais, por este último estar detido. A decisão acaba por ser tomada pelo Tribunal Constitucional em sentido favorável às recandidaturas, desde que a municípios diferentes.

Ainda em **janeiro**, a condenação que levou à perda de mandato do então presidente da autarquia de Faro, Macário Correia, por licenciamentos ilegais, é confirmada pelo Tribunal Constitucional.

Em **fevereiro**, prosseguiu o julgamento do processo Taguspark relativo a suspeitas de corrupção promovida por três administradores daquela empresa de capitais públicos, alegadamente por causa de um contrato publicitário pelo qual teriam sido pagos 750 mil euros ao ex-futebolista Luís Figo. Em contrapartida, este teria, alegadamente, que apoiar publicamente a recandidatura de José Sócrates às eleições legislativas.

Em **setembro**, os telejornais cobrem o julgamento que envolve a JP Sá Couto, fabricante do computador Magalhães, por alegada fraude fiscal e associação criminosa. A suspeita surge na sequência de uma ação do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) ter descoberto, num caso que remonta à década de 90 do século passado,

uma rede que era utilizada para evasão ao pagamento do IVA.

Em **outubro**, o Bloco de Esquerda apresenta uma queixa na Procuradoria-Geral da República contra Rui Machete, alegando que o ministro dos Negócios Estrangeiros mentiu à Comissão de Inquérito do BPN por ter alegadamente omitido a sua posse de ações da SLN, proprietária do banco.

Em **novembro**, é noticiado que o processo acerca das contrapartidas para aquisição de dois submarinos, que envolve o antigo ministro da Defesa, Paulo Portas, pode prescrever, sendo que na Alemanha a sentença já foi lida.

As peças dos telejornais que destacaram *políticas de defesa e segurança* basearam-se sobretudo na cobertura informativa de três acontecimentos:

- em **março**, os protestos contra o anúncio de reestruturação das Forças Armadas (cortes nos orçamentos e no número de efetivos), liderados pelo capitão de Abril, Vasco Lourenço, e pelas várias associações de militares;
- entre **julho e setembro**, a cobertura dos *incêndios* que vitimaram 9 bombeiros, a maioria deles jovens, e o reforço do patrulhamento pelos militares das Forças Armadas decidida pelo ministro da Administração Interna;
- em novembro, a nomeação do novo diretor nacional da PSP, uma semana

depois da invasão da escadaria da Assembleia da República pelas forças de segurança. No mesmo mês, os telejornais acompanham a abertura de um processo de averiguações ao comportamento dos manifestantes e à atuação da PSP pela Inspeção-Geral da Administração Interna.

Dois políticos envolvem-se em acidentes noticiados nos telejornais. Em **janeiro**, a deputada socialista Glória Araújo é detida pela PSP, com 2,4 gramas de taxa de alcoolemia e o Ministério Público pede o levantamento da imunidade parlamentar desta.

Na política regional, Gaspar Costa, candidato do PSD à Câmara Municipal da Lagoa, nos Açores, retira-se na sequência de ter conduzido com 1,65g de álcool no sangue, e de se ter envolvido num acidente que provocou um morto.

As peças dos telejornais de 2013 sobre *suspeita/envolvimento de políticos em escândalos/irregularidades* foram dominadas pela cobertura dada:

- às acusações resultantes da celebração de contratos SWAP (traduzido à letra, uma troca, neste caso de empréstimos de risco e de rendibilidade entre investidores, com a banca);
- às suspeitas de práticas especulativas de 15 empresas públicas, entre as de transportes de

Lisboa e do Porto (Carris, Metro de Lisboa, Metro do Porto e STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto).

A secretária de Estado do Tesouro, Maria Luísa Albuquerque, antiga diretora financeira da Refer e, desde julho, ministra das Finanças é envolvida. São demitidos dois secretários de Estado, ex-responsáveis por aquelas empresas. Em **abril**, por perdas de milhões de euros a Inspeção-Geral de Finanças investiga tais contratos.

Em 2013, a cobertura informativa que os telejornais analisados fazem dos processos judiciais que têm por base a suspeita de alegadas irregularidades na obtenção do grau de licenciatura por parte do ex-primeiro-ministro José Sócrates e do ex-ministro Miguel Relvas continua a basear-se numa comparação entre os dois casos:

- em **junho**, o Ministério Público processa a Universidade Lusófona pela falta de um exame escrito do antigo ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, e pede a nulidade do seu grau académico.
- também em **junho**, o Tribunal de Contas elabora um relatório sobre as parcerias público-privadas (PPP) da Saúde que atribui os resultados lesivos para o Estado às opções dos Governos de José Sócrates O relatório é enviado para o Ministério Público.

No âmbito da atualidade política com implicações internacionais coberta pelas edições dos telejornais de 2013 analisadas destacam-se as relações diplomáticas entre Portugal e a Venezuela, por ocasião do falecimento do presidente Hugo Chávez, através da retrospectiva das visitas oficiais de José Sócrates, quando era Primeiro-ministro, à Venezuela e da representação de Paulo Portas, ministro dos Negócios Estrangeiros, que elogia o respeito do país pela comunidade portuguesa.

No caso das peças da atualidade internacional que tiveram como enfoque temático as *relações diplomáticas*, os telejornais desenvolveram sobretudo três polémicas:

- em **outubro**, críticas de um editorial do *Jornal de Angola* ao que considera serem campanhas de Portugal contra a honra e o bom-nome de altas figuras do Estado angolano seguidas pelas declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros, Georges Chicoti, que diz ter deixado de considerar prioritária a cooperação com Portugal.
- em **novembro**, a propósito de uma visita de Assunção Esteves, Presidente da Assembleia da República, a Angola, no âmbito da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e as críticas daquele país à recusa do BE de integrar a delegação.

- em **dezembro**, o ministro guineense da Presidência considera que o incidente com os refugiados sírios( que foram transportados sem passaporte pela TAP o que motivou a decisão da companhia aérea portuguesa de encerrar a ligação Lisboa-Bissau) foi politizado por Portugal, com a alegada intenção de dar apoio político ao antigo primeiro-ministro da Guiné.

Outros acontecimentos relacionados com *políticas externas* destacados, em 2013, nas peças dos telejornais, foram a assinatura dos 14 acordos económicos com a Venezuela e uma convenção bilateral entre os Governos de Portugal e do Brasil para a validação dos cursos de Engenharia e de Arquitetura lecionados em ambos os países durante a visita da Presidente Dilma Rousseff a Portugal.

# **Informação Diária**

## **RTP1, RTP2, SIC e TVI**

### CAPÍTULO III: RTP1, RTP2, SIC, TVI – PERÍODO EM ANÁLISE: 2012 E 2013

Em termos globais, recorde-se, foram monitorizadas **3081** peças nos blocos informativos de horário nobre da RTP1, RTP2, SIC e TVI: **1548** emitidas em **2012** e **1533** em **2013**.

Correspondem à totalidade de peças das amostras dos dois anos em análise em que estão presentes, quer através de declarações suas, quer de referências diretas ou indiretas por parte de outros protagonistas, as seguintes formações/ seus representantes:

- **Governo nacional;**
- **Governos das regiões autónomas da Madeira e dos Açores;**
- **Partidos políticos (nacionais e regionais);**
- **Presidência da República,.**

#### Em 2012:

- **369 peças** foram emitidas no **Telejornal** da **RTP1** ( em 46 edições);
- **331 peças** no **Hoje** da **RTP2**( em 46 edições);
- **392 peças** no **Jornal da Noite** da **SIC** (em 46 edições);
- **456 peças** no **Jornal das 8** da **TVI** (em 46 edições).

#### Em 2013:

- **444 peças** foram emitidas no **Telejornal** da **RTP1** (em 46 edições);

- **172 peças** nos três blocos informativos (**Hoje/24:Sumário/24 Síntese**) que ao longo de 2013, se foram substituindo, no período de horário nobre, na grelha informativa da **RTP2** (em 34 edições desses três blocos informativos);
- **435 peças** no **Jornal da Noite** da **SIC** (em 46 edições);
- **482 peças** no **Jornal das 8** da **TVI** (em 46 edições).

*A informação estatística detalhada encontra-se no Anexo 1.*

A margem de **erro máximo** da amostra de janeiro a dezembro de **2012** utilizada para os dados agregados RTP1+RTP2+SIC+TVI é de 2,4%, para um grau de confiança de 95%. Nos dados isolados para o Telejornal, a margem de **erro máximo** da amostra utilizada é de 5,0%; nos do Hoje/24: Sumário, a margem de **erro máximo** da amostra é de 5,3%; nos do Jornal da Noite, a margem de erro máximo da amostra é de 4,9% e nos do Jornal das 8, a margem de erro é de 4,5%. Os dados devem ser lidos como representando tendências apuradas para os dias selecionados na amostra.

A margem de **erro máximo** da amostra de janeiro a dezembro de **2013** utilizada para os dados agregados RTP1+RTP2+SIC+TVI é de 2,5%, para um grau de confiança de 95%. Nos dados isolados para o Telejornal, a margem de **erro máximo** da amostra utilizada é de 4,6%; nos do Hoje/24: Sumário, a margem de **erro máximo** da amostra é de 7,2%; nos do Jornal da Noite, a margem de erro máximo da amostra é de 4,6% e nos do Jornal das 8, a margem de erro é de 4,4%. Os dados devem ser lidos como representando tendências apuradas para os dias selecionados na amostra.

**Fig. 3 ERRO MÁXIMO DA AMOSTRA PARA 2012**

Canais/Programas	Dias - População	Dias - Amostra	População	Unidades da Amostra	EMA%
RTP1+RTP2+SIC+TVI	366	46	42760	1548	2,4453
RTP1+RTP2	366	46	18253	700	3,6324
RTP1	366	46	10968	369	5,0154
RTP2	366	46	7285	331	5,2631
SIC	366	46	11581	392	4,8655
TVI	366	46	12926	456	4,5078

**NOTA:** Salienta-se que relativamente às peças dos **partidos sem assento parlamentar**, a presença reduzida que apresentam, designadamente nos blocos informativos diários, atestada em todas as análises realizadas até agora, torna os resultados relativos a esses partidos menos seguros numa análise por amostragem.

**Definição de população:** Número total de peças transmitidas pelo bloco noticioso de horário nobre de cada serviço de programas em 2012.

**Definição de amostra:** Número de peças transmitidas pelo bloco noticioso de horário nobre de cada serviço de programas nos dias da amostra de 2012 e analisadas para o presente Relatório.

A definição das variáveis utilizadas na amostra consta do volume II, anexo 3 dos Anexos da Informação Diária.

**Fig. 4 ERRO MÁXIMO DA AMOSTRA PARA 2013**

Canais/Programas	Dias - População	Dias - Amostra	População	Unidades da Amostra	EMA%
RTP1+RTP2+SIC+TVI	365	46	38401	1533	2,4525
RTP1+RTP2	365	46	13226	616	3,8556
RTP1	365	46	10768	444	4,5542
RTP2	365	46	2458	172	7,2077
SIC	365	46	12392	435	4,6157
TVI	365	46	12783	482	4,3790

**NOTA:** Salienta-se que relativamente às peças dos **partidos sem assento parlamentar**, a presença reduzida que apresentam, designadamente nos blocos informativos diários, atestada em todas as análises realizadas até agora, torna os resultados relativos a esses partidos menos seguros numa análise por amostragem.

**Definição de população:** Número total de peças transmitidas pelo bloco noticioso de horário nobre de cada serviço de programas em 2013.

**Definição de amostra:** Número de peças transmitidas pelo bloco noticioso de horário nobre de cada serviço de programas nos dias da amostra de 2013 e analisadas para o presente Relatório.

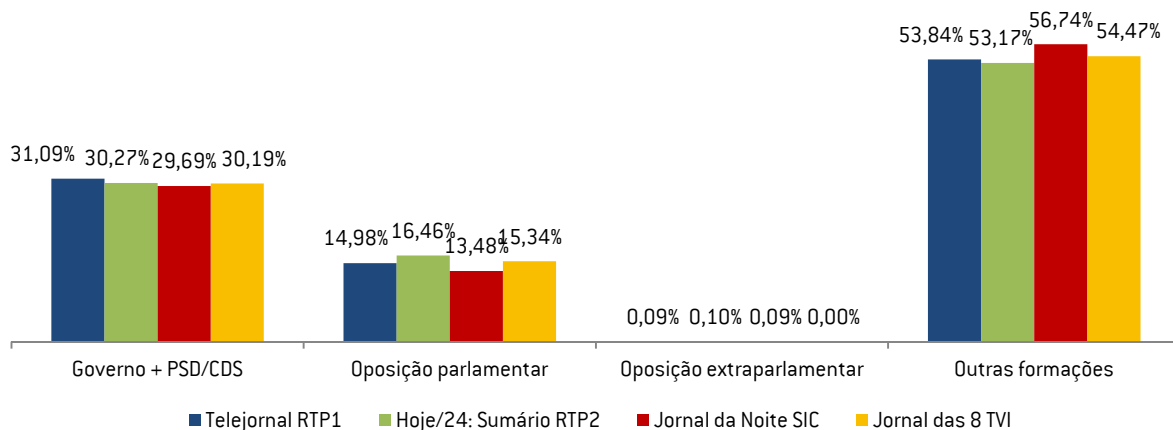
A definição das variáveis utilizadas na amostra consta do volume II, anexo 3 dos Anexos da Informação Diária.

Recorde-se que este relatório apresenta os dados relativos a duas amostras anuais, 2012 e 2013.



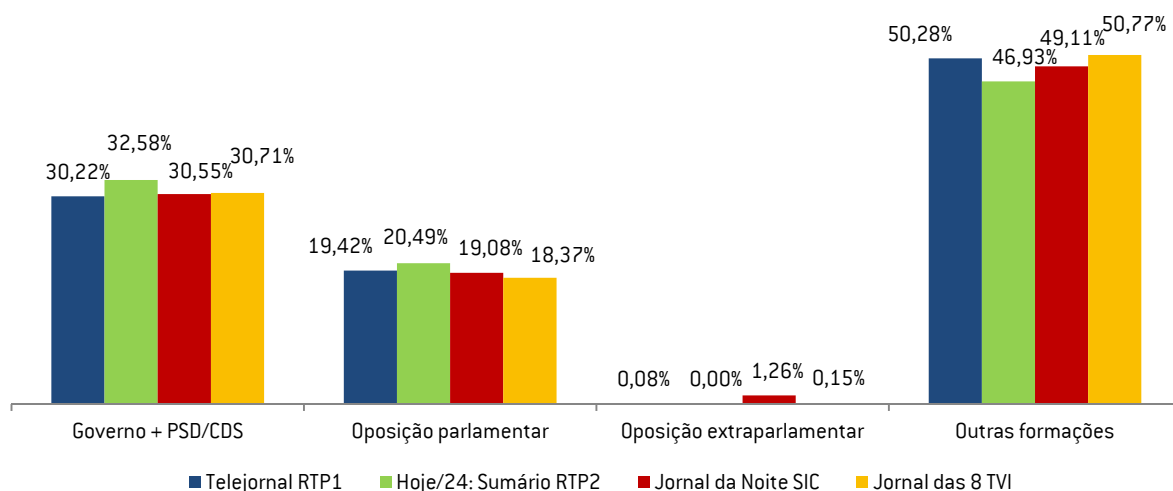
MODELO SIMPLES- RTP1, RTP2, SIC E TVI – VALORES RELATIVOS A 2012 E 2013

**Fig. 5 PRESENCAS CONJUNTAS DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES POR BLOCO INFORMATIVO: MODELO SIMPLES – RTP1, RTP2, SIC E TVI - 2012**



Nota: Número total de peças emitidas e monitorizadas em 2012 = 1548; Telejornal = 369; Hoje/24: Sumário/24 Síntese = 331; Jornal da Noite = 392; Jornal das 8 = 456  
 Total de presenças das formações = 4383  
 Valores em percentagem  
 Variável de resposta múltipla. Contabilizam-se todas as peças em que cada uma das formações político-partidárias surge representada na peça em discurso direto ou indireto

**Fig. 6 PRESENCAS CONJUNTAS DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES POR BLOCO INFORMATIVO: MODELO SIMPLES – RTP1, RTP2, SIC E TVI - 2013**



Nota: Número total de peças emitidas e monitorizadas em 2013 = 1533; Telejornal = 444; Hoje/24: Sumário/24 Síntese = 172; Jornal da Noite = 435; Jornal das 8 = 482  
 Total de presenças das formações = 4442  
 Valores em percentagem  
 Variável de resposta múltipla. Contabilizam-se todas as peças em que cada uma das formações político-partidárias surge representada na peça em discurso direto ou indireto

### Modelo simples – dados de 2012 e 2013

Analisando os valores obtidos em 2013 no **modelo simples de identificação de presenças de formações (políticas e outras)** nos noticiários de cada serviço de programas, verifica-se o seguinte:

- **Governo e PSD/CDS-PP (em conjunto):** apresentam valores muito idênticos em três serviços de programas, na ordem dos 30%, com ligeiro destaque dos valores observados no noticiário da RTP2: 32,58%.
  - **Partidos com representação parlamentar:** a variação de valores entre os diversos serviços de programas é pouco expressiva, cabendo o valor mais elevado ao Hoje/24: Sumário/24 Síntese (20,49%) e o menos saliente ao Jornal das 8 (18,37%).
  - **Partidos sem representação parlamentar:** o valor das presenças identificadas não ultrapassa, em termos absolutos, as 20 presenças. A este respeito, o operador SIC regista mais presenças (1,26%), seguido do Jornal das 8 da TVI (0,15%). O operador público RTP1 regista 0,08% e no noticiário da RTP2 não se verificam presenças de *partidos extraparlamentares* na amostra analisada.
- Outras formações** (de natureza cívica, pública, privada ou semiprivada, nacionais e internacionais): as

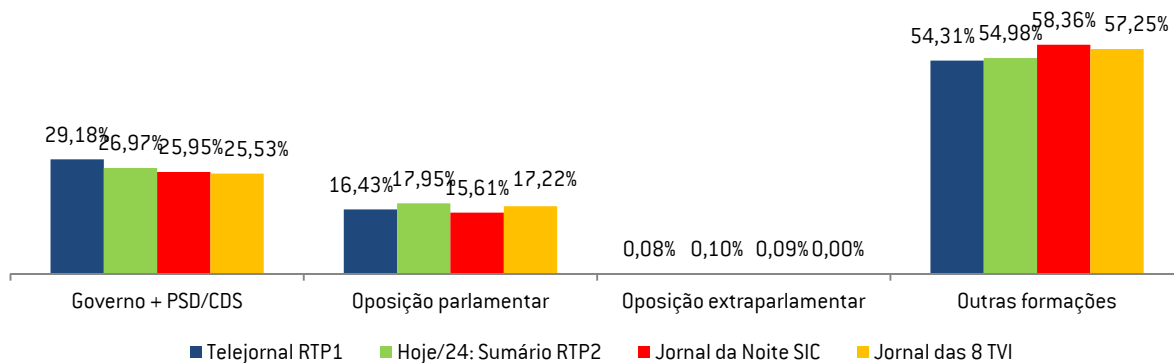
respetivas presenças que surgem nas peças em interação ou criticando protagonistas político-partidários, assumem valores representativos superiores a estes. Não obstante a ausência de valores discrepantes entre os serviços de programas, o Jornal das 8 regista a maior percentagem de presenças de *outras formações* (50,77%), seguido do Telejornal da RTP1 (50,28%). O operador que surge em terceiro lugar é a SIC, com 49,11%. Já a RTP2 é o operador que menos presenças de *outras formações* regista (46,93%), invertendo a posição que atinge no que ao *Governo, PSD/CDS-PP* e à *oposição parlamentar* diz respeito.

- **Face a 2012, os dados não evidenciam alterações substanciais.** Registe-se apenas que, no que concerne ao *Governo e partidos da coligação* em conjunto (PSD/CDS-PP), em 2012 é o Telejornal da RTP1, e não o noticiário da RTP2, que atinge o valor mais elevado de presenças.
- Por outro lado, verifica-se uma presença menor, em 2012, de *partidos extraparlamentares* na amostra. Esta diferença é justificada pela cobertura informativa das eleições autárquicas nas edições analisadas em 2013, que incrementou a presença destes partidos políticos nos noticiários de horário nobre.

- Finalmente, no que se refere às *outras formações*, a tendência genérica verificada em 2013 replica-se no ano anterior, observando-se apenas a inversão de posições entre a SIC e a TVI.

**MODELO PONDERADO - RTP1, RTP2, SIC E TVI – VALORES RELATIVOS A 2012 E 2013**

**Fig. 7 PRESENCAS CONJUNTAS DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES POR BLOCO INFORMATIVO: MODELO PONDERADO – RTP1, RTP2, SIC E TVI - 2012**



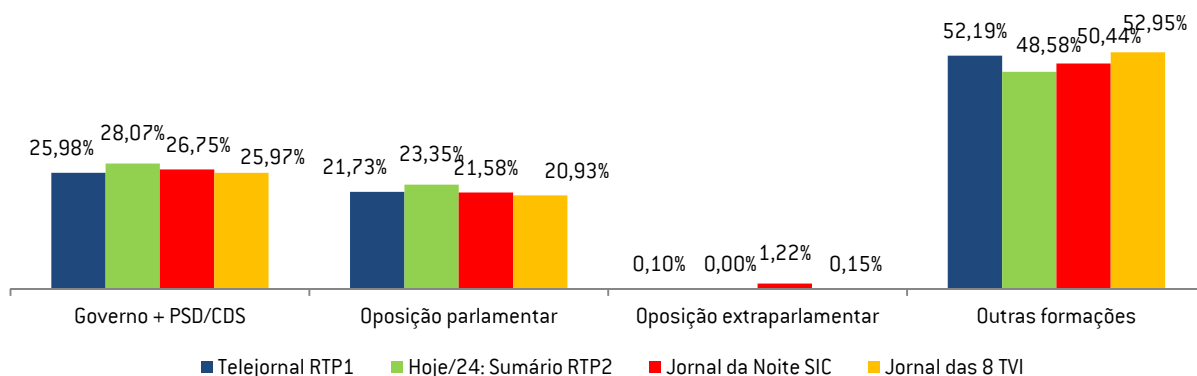
Nota: Número total de peças emitidas e monitorizadas em 2012 = 1548; Telejornal = 369; Hoje/24: Sumário/24 Síntese = 331; Jornal da Noite = 392; Jornal das 8 = 456

Total de presenças das formações = 4987

Valores em percentagem

Variável de resposta múltipla. Contabilizam-se todas as peças em que cada uma das formações político-partidárias surge representada na peça em discurso direto ou indireto ou enquanto destinatário/alvo

**Fig. 8 PRESENCAS CONJUNTAS DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES POR BLOCO INFORMATIVO: MODELO PONDERADO – RTP1, RTP2, SIC E TVI – 2013**



Nota: Número total de peças emitidas e monitorizadas em 2013 = 1533; Telejornal = 444; Hoje/24: Sumário/24 Síntese = 172; Jornal da Noite = 435; Jornal das 8 = 482

Total de presenças das formações = 5106

Valores em percentagem

Variável de resposta múltipla. Contabilizam-se todas as peças em que cada uma das formações político-partidárias surge representada na peça em discurso direto ou indireto ou enquanto destinatário/alvo

### Modelo ponderado – dados de 2012 e 2013

O **modelo ponderado** considera, para além das presenças das formações (de forma direta ou citada), a sua contextualização em função dos indicadores **valência/tom face às formações** e **audiência média da peça** (explicitados no volume II, no anexo 4 dos Anexos da Informação Diária).

**Constata-se, através dos dados, que não existem diferenças assinaláveis em relação ao modelo simples.**

Os valores do modelo ponderado permitem verificar:

- **Governo e do PSD/CDS-PP (em conjunto):** apresenta valores próximos para os quatro serviços de programas, entre os 25,97% (registados no Jornal das 8 da TVI) e os 28,07% (registados nos blocos informativos da RTP2). A proporção da representação conjunta do *Governo* e *PSD/CDS-PP*, em relação ao modelo simples, desce entre os 4 e os 5 pontos percentuais para os quatro serviços de programas analisados, o que significa que o modelo tem uma influência negativa.
- **Partidos com representação parlamentar:** regista-se um aumento da ponderação das presenças nos quatro serviços de programas analisados, isto é, uma influência positiva. Os quatro serviços de

programas mantêm o seu posicionamento relativo.

- **Partidos sem representação parlamentar** - são as formações claramente menos representadas em todos os serviços de programas analisados. Verifica-se uma valorização das suas presenças, quando ponderadas, no Telejornal da RTP1, mas uma influência negativa no Jornal da Noite da SIC. O Jornal das 8 da TVI não regista qualquer variação no modelo ponderado, quando comparado com as presenças simples.
- **Outras formações:** surgem também nas peças em interação com protagonistas ou formações político-partidárias, verificando-se que a sua presença quando ponderada, assume uma maior expressividade, na ordem dos 2 pontos percentuais. Excetua-se desta tendência genérica o Jornal da Noite da SIC, observando-se uma influência negativa do modelo ponderado em cerca de 1 ponto percentual.

**Face a 2012**, não se registam alterações significativas, com a exceção do posicionamento relativo entre os quatro serviços de programas que revela ligeiras modificações.

- Em termos gerais, em 2012, a influência do *modelo ponderado* é negativa para o *Governo e os partidos*

da *coligação* (PSD/CDS-PP), variando entre os 4 e os 5 pontos percentuais. No caso do Telejornal da RTP1 esta variação é menor, situando em cerca de 1 ponto percentual.

- Observando a influência do *modelo ponderado* no conjunto dos *partidos parlamentares*, em 2012, esta continua a ser positiva, mas, de uma forma geral, menos acentuada do que em 2013.
- *Partidos extraparlamentares*: devido também à sua reduzida presença na amostra, as variações não são significativas.
- *Outras formações*: observa-se uma ligeira influência positiva do *modelo ponderado*, entre 1 e 3 pontos percentuais.
- O Telejornal da RTP1 é o único bloco informativo que revela uma influência negativa, mas pouco significativa (menos de 1 ponto percentual). Em 2013, é o operador privado SIC que revela uma influência negativa do modelo, quando se trata de *outras formações*.

As figuras 29 e 30 (em anexo neste volume) sintetizam os dados do **modelo simples** e do **modelo ponderado**, de forma a permitir observar de que modo as duas variáveis utilizadas na ponderação (**valência/tom** e **audiência média**) se refletem nas presenças das formações nas peças analisadas.

- Em **2013** verifica-se que a ponderação da *valência/tom* e da *audiência média*, e sua conseqüente influência em relação às presenças das formações consideradas, tende a resultar de forma idêntica nos vários serviços de programas, apesar de algumas exceções. Apresenta também variações em função das formações políticas e sociais consideradas.
- Relativamente à presença conjunta das formações **Governo e PSD/CDS**, verifica-se que a *valência/tom* e a *audiência média* têm uma influência negativa, implicando que estas formações surjam criticadas, associadas a casos de insucesso, entre outros, num número significativo de peças.
- Para todas as restantes formações de natureza política e não política (**oposição parlamentar, oposição extraparlamentar** e **outras formações**), a *valência/tom* e a *audiência média* assumem genericamente uma influência positiva. Isso significa que o enquadramento jornalístico destas formações agrupadas valoriza, em termos globais, a sua presença nas peças.
- Em relação a estas tendências gerais, os quatro serviços de programas registam um comportamento idêntico.

- Excetua-se o caso da oposição extraparlamentar que nos operadores em que surge representada mostra uma influência diferenciada das variáveis do modelo ponderado:
  - no caso do Telejornal da RTP1 a influência da *valência/tom* e da *audiência média* é ligeiramente positiva;
  - no caso do Jornal da Noite da SIC é ligeiramente negativa;
  - no Jornal das 8 da TVI, a influência do modelo é nula.
- Tomando em consideração o conjunto **Governo e partidos parlamentares**, a ponderação resultante da *valência/tom* e da *audiência média* é predominantemente negativa, nos quatro serviços de programas, para o **Governo e PSD**. Este partido que compõe a coligação governamental apenas apresenta uma influência positiva do *modelo ponderado* no caso do noticiário da RTP2.
- O **CDS-PP**, o outro partido que integra o Governo, apresenta uma influência positiva em todos os serviços de programas, sendo que no caso do Telejornal não evidencia qualquer alteração.
- Os restantes partidos parlamentares veem a sua presença valorizada quando considerado o *modelo ponderado* (**PS, PCP, BE e PEV**).
- No caso dos **partidos extraparlamentares**, que surgem representados de forma residual nos serviços de programas analisados, mas com uma presença superior no Jornal da Noite da SIC, verifica-se que a *valência/tom* e a *audiência média* praticamente não têm influência.
- O **PTP** é o único *partido extraparlamentar* representado no Telejornal (RTP1); o noticiário da RTP2 não evidencia, na amostra, referências a estes partidos; a SIC confere espaço ao **MPT, PND, PPM, PPV, PCTP/MRPP, PTP, PAN e PNR**; já o Jornal das 8 (TVI) apenas refere o **MPT**. A referência a estes *partidos extraparlamentares* surge no contexto das eleições autárquicas realizadas em 2013.
- As **outras formações** que englobam organismos de natureza política não partidária – mas também os Governos, partidos políticos e assembleias legislativas regionais -, a par de instituições de natureza pública e privada, bem como os cidadãos, ou seja, todos os restantes elementos sociais organizados e não organizados que não façam parte de organizações partidárias nem do *Governo*, são maioritariamente representadas pelos *organismos institucionais nacionais* (9,41%), seguindo-se os *organismos*

*empresariais/económicos internacionais* (5,85%), *representantes dos sindicatos e dos trabalhadores* (5,67%), *Presidência da República* (5,58%), e *organismos empresariais/económicos nacionais* (5,07%).

- No conjunto das formações consideradas, as menos representadas são as *autarquias regionais* (0,18%), os *partidos da região autónoma dos Açores* (0,18%), o *Governo regional dos Açores* (0,09%) e a *Assembleia Legislativa da Madeira* (0,05%).
- Constatou-se que, no caso das *outras formações*, a *valência/tom* e a *audiência média* assumem uma influência diversificada, com tendência a tornar as presenças dessas formações mais positivas, bem como se assistem a pequenas variações de comportamento entre os serviços de programas analisados.
- No que respeita às formações mais presentes acima mencionadas, há uma ligeira prevalência da influência positiva da *valência/tom* e da *audiência média* nos quatro serviços de programas, com a exceção do caso dos *organismos empresariais/económicos internacionais* e da *Presidência da República*.
  - Em grande parte dos casos, a influência negativa da *valência/tom* e da *audiência média* deve-se não só às situações em que as formações são criticadas, mas também àquelas em que são apenas referidas em enquadramentos conjunturais negativos, sem um acesso simultâneo à mediatização da sua palavra ou ponto de vista, de forma direta ou indireta, em peças com níveis de *audiência média* mais elevados. Tais casos verificam-se, em três dos serviços de programas – com exceção do noticiário da RTP2 –, para a *Presidência da República*.
  - Esta é também a situação, nos quatro serviços de programas, dos *organismos empresariais/económicos internacionais*, em que se inclui o FMI e a *troika*, num contexto de medidas de austeridade criticadas pelos vários partidos da oposição e pela sociedade civil. Contrariamente, os *organismos institucionais nacionais* revelam uma influência positiva do modelo, tendo sido, em 2013, mais referidos devido à atuação do Tribunal Constitucional no âmbito das medidas de austeridade do Governo sujeitas a fiscalização por parte daquela instituição. Esta é também a situação, ainda no plano nacional, das *representações dos sindicatos e dos trabalhadores*, que

incluem os sindicatos e federações sindicais, assim como as associações profissionais de vários setores de atividade, retratados de forma sobretudo positiva, em todos os serviços de programas. A sua presença nas peças surge frequentemente associada às medidas do Governo e à intervenção da *troika*, no contexto de crise financeira e das condições laborais.

- Ainda entre as formações com uma representação mais significativa, nos *organismos empresariais/económicos nacionais*, dominados sobretudo pela banca, confederações patronais e empresas do Estado, prevalece uma influência positiva do *modelo ponderado*. A presença das entidades mencionadas continua a verificar-se num plano de contenção financeira do país e, no caso das empresas públicas, devido às intenções do Governo de as privatizar ou reestruturar.
- No que concerne a outra das formações extra político-partidárias com uma representação significativa, *membros da sociedade civil* (3,80%), a influência das variáveis que integram o modelo é positiva. Há que tomar em linha de consideração que se incluem nesta categoria cidadãos comuns em contextos variados, peritos e especialistas também, bem como

trabalhadores não organizados coletivamente e utentes de serviços públicos.

- A *valência/tom* e a *audiência média* têm também uma influência positiva para os *movimentos organizados da sociedade civil, organismos políticos internacionais, autarquias nacionais, políticos independentes eleitos, organismos institucionais internacionais, autarquias regionais e partidos da região autónoma dos Açores*.
- No que respeita aos *movimentos organizados da sociedade civil*, a sua valoração positiva reflete o facto de serem atores que, quando são referidos, tendem a assumir o estatuto de fonte de informação, sendo alvo de crítica em casos muito pontuais. Esta formação, no contexto de medidas de austeridade, surge bastante representada por manifestantes.
- Refira-se que, ao contrário, os *restantes organismos políticos nacionais* apresentam uma influência negativa do modelo. Esta formação é composta essencialmente por referências críticas a governos anteriores ( «Governo de José Sócrates», por exemplo), assim como críticas ou referências a partidos políticos de forma genérica («a oposição», por exemplo), sendo que



estes atores e instituições raras vezes são protagonistas ou exercem o contraditório.

- Os *organismos políticos internacionais* contam com uma influência positiva do *modelo ponderado*. Em 2013 esta formação incluiu referências aos governos alemão e francês no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal; ao governo brasileiro no plano da visita de Dilma Rousseff a Portugal e da assinatura de protocolos de cooperação entre os dois países; ao governo da Guiné-Bissau devido ao incidente que envolveu refugiados sírios que voaram na TAP até Portugal; e ao governo angolano no contexto do incidente diplomático que envolveu Rui Machete, o ministro dos negócios estrangeiros português.
- Refira-se ainda que os *órgãos da União Europeia* (1,78%) revelam uma influência negativa do modelo. Esta formação, que inclui representantes e instituições representativas daquele organismo europeu, é bastante mencionada no contexto da crise financeira em Portugal e da aplicação das medidas de austeridade no âmbito do plano de assistência financeira da *troika* que inclui a União Europeia.
- De referir ainda que, do conjunto de formações menos presentes na

amostra de 2013, os *políticos independentes eleitos* (0,72%) obtêm uma influência positiva nos quatro serviços de programas. Esta formação surge mais representada em 2013 devido à realização de eleições autárquicas e às candidaturas concorrentes de políticos sem associação partidária.

- Com menos peso surgem as formações político-partidárias da região autónoma da Madeira: *Governo regional* (0,36%), *partidos* (0,29%) e *assembleia legislativa* (0,05%). O *Governo regional da Madeira* revela uma influência negativa do *modelo ponderado*, à exceção do Jornal da Noite da SIC, sendo o principal visado o seu Presidente, Alberto João Jardim. Já os *partidos* da região registam uma influência negativa no Telejornal e no Jornal da Noite, e positiva no Hoje/24: Sumário/24 Síntese e no Jornal das 8. Estas peças respeitam, na sua maioria, às eleições autárquicas e o principal visado continua a ser Alberto João Jardim, mas neste caso enquanto presidente do PSD Madeira. Já as peças que referem a *Assembleia Legislativa da Madeira* (2) e que revelam uma influência negativa do modelo, referem-se ao incidente no parlamento madeirense que implicou a retirada do deputado do PND Helder Spínola.

- No que respeita às formações congéneres açorianas, verifica-se que os *partidos* dessa região revelam uma influência positiva do modelo na RTP2 e na TVI, e negativa na RTP1. Estas peças referem-se na sua maioria às eleições autárquicas e, mais especificamente, à retirada da candidatura do PSD à câmara de Lagoa na sequência de um acidente de viação que envolveu o seu cabeça de lista. Finalmente, o *Governo regional dos Açores*, apenas presente no Telejornal da RTP1 e no Jornal das 8 da TVI, observa uma influência negativa do modelo. Os assuntos versados nas peças são variados, desde a tempestade que assolou a região até ao pedido de fiscalização preventiva do Orçamento de Estado.
- Face a **2012** as tendências genéricas observadas em **2013** têm-se mantido. Importa, porém, assinalar algumas diferenças.
- Enquanto em 2013, o **PSD**, partido que compõe a coligação governamental, revela uma influência do *modelo ponderado* maioritariamente negativa, em 2012 esta influência é positiva, com exceção do Jornal da Noite da SIC.
- Ainda em relação aos partidos da *oposição parlamentar*, verifica-se que em 2013 o **PCP** consta como o terceiro partido mais representado, revelando um incremento da sua presença face a 2012, ano em que ocupava a quarta posição.
- No que respeita aos partidos da **oposição extraparlamentar**, a diferença mais evidente entre os dois anos em análise refere-se à sua presença praticamente marginal em 2012 (o *MPT* era o único partido representado), face a um incremento em 2013, muito impulsionado pela realização de eleições autárquicas.
- Já no que concerne às **outras formações**, verificam-se algumas alterações significativas no peso de cada uma. Se em 2012 os *organismos empresariais/económicos nacionais* surgiam em primeiro lugar, em 2013 registam uma relevância menor, descendo para a quinta posição. Por outro lado, os *organismos institucionais nacionais* encontravam-se na segunda posição em 2012, enquanto em 2013 surgem em primeiro lugar devido à cobertura jornalística das intervenções do Tribunal Constitucional. Já os *organismos empresariais/económicos internacionais*, formação dominada sobretudo pelas referências à *troika* e FMI, ocupavam a terceira posição em 2012, subindo para a segunda em 2013. De notar ainda que as *representações dos sindicatos e dos trabalhadores* surgiam em quinto

lugar em 2012, ascendendo ao segundo em 2013. No mesmo sentido, a *Presidência da República* ocupava a sexta posição em 2012, enquanto em 2013 ocupa a quarta posição.

- Em termos mais substantivos, e no que se refere à influência do *modelo ponderado* sobre estas formações, a tendência é semelhante nos dois anos em análise. Excetuam-se os casos da *Presidência da República*, dos *organismos políticos internacionais*, dos *organismos institucionais internacionais* e dos *políticos independentes eleitos*, que em 2012 registavam uma influência negativa do modelo, ao passo que em 2013 revelam uma influência positiva. Em movimento contrário estão *os órgãos da União Europeia* e o *Governo regional dos Açores*.

**PARTE II**

**INFORMAÇÃO NÃO-DIÁRIA**

## PARTE II – INFORMAÇÃO NÃO-DIÁRIA (2012 e 2013)

### I INTRODUÇÃO

A presente parte do Relatório tem como objetivo acompanhar a observância do princípio do pluralismo político nos serviços de programas televisivos de acesso não condicionado livre do serviço público de televisão (RTP1 e RTP2), bem como dos operadores privados (SIC e TVI), na programação informativa não-diária e autónoma, emitida nos anos de 2012 e 2013 – debates, entrevistas e programas de comentário.

Em 18 de abril de 2012, o Conselho Regulador da ERC definiu, através da Deliberação 2/PLU-TV/2012, as novas linhas orientadoras do acompanhamento do pluralismo político, começando, desde logo, por alargar o alcance do estudo aos dois operadores licenciados de televisão supramencionados.

Simultaneamente, e como dado de contextualização, entendeu-se estender a análise ao universo dos participantes nos espaços de programação informativa em que figurasse pelo menos um representante político-partidário nacional ou regional – Governo e partidos políticos. Ou seja, no caso da programação informativa não-diária, a análise da observância do princípio do pluralismo político passou a absorver todos os intervenientes nas diferentes edições dos

programas de debate e comentário<sup>10</sup> realizados, com o intuito de identificar os diferentes atores e forças sociais que interagem, por decisão editorial, com os representantes da esfera político-partidária.

Esta abrangência permitirá traçar, de um modo mais consubstanciado, os moldes em se processa a representação e a equidade de acesso das diferentes correntes políticas, ideológicas, de opinião e interesses, nos serviços de programas generalistas portugueses em sinal.

---

<sup>10</sup> No caso dos programas de entrevista, são apenas consideradas as edições que tenham tido atores político-partidários como convidados.

## QUESTÕES METODOLÓGICAS

A análise da programação informativa não-diária contempla todos os programas de debate, entrevista e comentário que, em 2012 e 2013, integraram autonomamente<sup>11</sup> as grelhas de emissão da RTP1, RTP2, SIC e TVI, e em que se tenham debatido conteúdos do foro político e marcado presença, de modo permanente ou pontual, protagonistas do campo político-partidário – Governo nacional e regional e partidos políticos com e sem assento parlamentar.

Em termos gerais, é ainda de destacar que os procedimentos metodológicos se mantiveram em relação às análises precedentes, consistindo na consulta aos diretores de Informação dos serviços de programas abrangidos na análise e na utilização da base de dados *Telereport* disponibilizada pela empresa MediaMonitor/Markttest. Posteriormente, foi efetuado o visionamento de todas as edições dos programas de debate, entrevista e comentário, com vista à codificação de todos os indicadores que dão corpo à análise.

Em 2012, a análise englobou nove programas/títulos, que se refletiram num total de 158 edições anuais com a presença de atores políticos.

A RTP1 exibiu um total de cinco programas, com 48 edições com a presença de atores político-partidários; na RTP2, foram exibidos três programas para um total de 108 edições com a intervenção de protagonistas políticos; em 2012 a SIC não exibiu programas autónomos com a presença de personalidades políticas; a TVI arrolou duas edições especiais de informação com intervenientes da esfera política.

No ano de 2013 foram analisados 13 programas, para um total de 179 edições com a presença de atores políticos e partidários.

A RTP1 exibiu sete desses programas de informação não-diária com a presença de atores políticos, num total de 64 edições analisadas; na RTP2, a relação foi de três programas para 111 edições com protagonistas políticos; a SIC exibiu um especial informativo dedicado às eleições Autárquicas de 2013; a TVI também registou um especial de eleições, para além de duas edições especiais de informação com intervenientes do espectro político nacional.

---

<sup>11</sup> No atual capítulo apenas serão analisados os programas que preenchem autonomamente as grelhas de emissão dos serviços de programas considerados. Ou seja, a unidade de análise corresponde a cada um dos programas considerados individualmente, delimitados, no seu início e no seu termo, por um genérico próprio e distintivo.

Não obstante se considerarem apenas os programas autónomos de debate, entrevista e comentário, os operadores de televisão analisados podem também exibir estes géneros informativo dentro dos espaços noticiosos diários. Porém, por não se enquadrarem na definição de *programa*, não fazem parte do presente capítulo, ainda que possam merecer referência ao longo do mesmo [cf. o capítulo referente à informação diária, para uma noção mais detalhada destes géneros nos espaços noticiosos].

**Fig. 9** PROGRAMAS ABRANGIDOS NAS ANÁLISES DE 2012 E 2013 – 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

Serviço de programas	Programas	Género	Dia de exibição	Hora aproximada de exibição	Total de edições <sup>a</sup>	Edições com atores político-partidários <sup>b</sup>	Dia de exibição	Hora de exibição	Total de edições <sup>c</sup>	Edições com atores político-partidários <sup>b</sup>
RTP1	Grande Entrevista	Entrevista	Variável	21h00	19	7	-	-	-	-
	De Caras	Entrevista	Variável	21h00	15	10	4ª e 5ª-feira	21h00	21	10
	Prós e Contras	Debate	2ª-feira	22h30	37	22	2ª-feira e domingo	22h30	27	17
	A Opinião de José Sócrates	Comentário	-	-	-	-	Domingo	21h00	16	16
	A Semana de Nuno Morais Sarmiento	Comentário	-	-	-	-	6ª-feira	21h00	15	15
	Portugal Hoje	Variável	Pontual	Variável	3	1	Pontual	21h30	3	3
	Autárquicas 2013	Misto	-	-	-	-	Domingo	Variável	1	1
	Edições especiais <sup>c</sup>	Variável	Pontual	Variável	n/a	10	Pontual	Variável	n/a	3
	RTP2	Eurodeputados	Debate	2ª-feira	19h30	41	41	2ª-feira e domingo	Variável	43
Maria Flor Pedroso Entrevista		Entrevista	6ª-feira e sábado	19h00	39	28	6ª-feira e domingo	19h15	40	30
Parlamento		Debate	Sábado	14h00	39	39	Sábado	14h00	38	38
SIC	Autárquicas 2013	Misto	-	-	-	-	Domingo	20h00	1	1
TVI	Edições especiais <sup>c</sup>	Variável	Pontual	Variável	2	2	Pontual	Variável	2	2
	Autárquicas 2013	Misto	-	-	-	-	Domingo	20h00	1	1

a) Universo das edições exibidas durante o ano. Não inclui número de reexibições.

b) Total de edições analisadas no âmbito do princípio do pluralismo político.

c) Inclui edições especiais de informação com diferentes títulos e formatos.



**Informação Não-Diária**

**RTP1, RTP2, SIC e TVI**



## CAPÍTULO I - RTP1

### “GRANDE ENTREVISTA” 2012

#### PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “GRANDE ENTREVISTA” 2012

O programa “Grande Entrevista” teve, na *RTP1*, um total de 19 edições ao longo do ano de 2012, que totalizaram cerca de 10 horas e 43 minutos de emissão, para uma duração média de aproximadamente 33 minutos por edição. Foram realizadas sete entrevistas com atores ligados ao Governo ou aos partidos políticos com representação parlamentar, que somaram aproximadamente 4 horas e 9 minutos.

A análise do pluralismo político incide nessas sete edições do programa, uma vez que em 2013 a *RTP1* já não contava com este programa das suas grelhas de emissão.

Em 2012 estiveram na “Grande Entrevista” atores em representação das seguintes entidades político-partidárias: Governo PSD/CDS-PP, PSD e PS, num total de quatro elementos governamentais, dois sociais-democratas e um socialista.

**Fig. 10 ATORES POLÍTICOS NO PROGRAMA “GRANDE ENTREVISTA”**

Data	Ator	Atividade/função	Representação político-partidária
05/01/2012	Pedro Mota Soares	Ministro da Solidariedade e Segurança Social	Governo PSD/CDS-PP
09/02/2012	António José Seguro	Secretário-geral partidário	PS
22/03/2012	José Pedro Aguiar-Branco	Ministro da Defesa Nacional	Governo PSD/CDS-PP
12/04/2012	Miguel Relvas	Ministro-adjunto e Assuntos Parlamentares	Governo PSD/CDS-PP
03/05/2012	José Silva Penada	Presidente Conselho Económico e Social e ex-Ministro do Emprego e da Segurança Social	PSD
10/05/2012	Assunção Cristas	Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Governo PSD/CDS-PP
04/07/2012	Macário Correia	Presidente da Câmara Municipal de Faro	PSD

N=7 (n.º de edições/atores considerados).

#### SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “GRANDE ENTREVISTA” DA RTP1

- De entre as 19 edições do programa “Grande Entrevista” exibidas em 2012 detetou-se a presença de convidados ligados à esfera político-partidária em sete edições.
- Estiveram na “Grande Entrevista” atores em representação das seguintes forças político-partidárias: Governo PSD/CDS-PP (4), PSD (2) e PS (1). Este programa da *RTP1* não teve qualquer edição em 2013.

## “A OPINIÃO DE JOSÉ SÓCRATES” E “A SEMANA DE NUNO MORAIS SARMENTO” 2013

### PLURALISMO POLÍTICO NOS PROGRAMAS “A OPINIÃO DE JOSÉ SÓCRATES” E “A SEMANA DE NUNO MORAIS SARMENTO”

Fig. 11 “A OPINIÃO DE JOSÉ SÓCRATES” E “A SEMANA DE  
NUNO MORAIS SARMENTO”

Programa	Edições/Atores	Duração total (hh:mm:ss)	Duração média (hh:mm:ss)
A Opinião de José Sócrates	16	07:25:02	00:27:49
A Semana de Nuno Morais Sarmento	15	06:07:39	00:24:31

Com estreia na *RTP1*, em 2013, foram exibidas 16 edições do programa “A Opinião de José Sócrates”, que corresponderam a um total aproximado de cerca de 7 horas e meia de emissão anual. Exibido geralmente ao domingo, cerca das 21h00, depois do “Telejornal”, cada edição deste programa de comentário político contou com 28 minutos de duração média.

No mesmo ano, a *RTP1* também estreou o programa “A Semana de Nuno Morais Sarmento”, de que foram exibidas 15 edições, às sextas-feiras, também pelas 21h00, a seguir ao mesmo serviço noticioso diário. O programa contabilizou um total de aproximadamente 6 horas de emissão ao ano, para uma duração média de perto de 25 minutos por edição.

Ambos os programas de opinião começaram a ser exibidos em abril e terminaram em julho de 2013, passando, depois dessa data, a integrar

o serviço noticioso das 20h acima referindo e deixando, deste modo, de se apresentarem como programas autónomos nas grelhas de emissão.

Para a avaliação da observância do princípio do pluralismo na *RTP1*, interessa reter que os dois programas são espaços de comentário dos respetivos comentadores residentes, José Sócrates, ex-primeiro-ministro, do PS, e Nuno Morais Sarmento, ex-ministro da Presidência, ex-ministro de Estado e ex-ministro dos Assuntos Parlamentares, afeto ao PSD.

Deste modo, as 16 edições do programa “A Opinião de José Sócrates” configuram 16 presenças para o PS e as 15 edições do programa “A Semana de Nuno Morais Sarmento” concedem 15 presenças ao PSD.

### SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO NOS PROGRAMAS “A OPINIÃO DE JOSÉ SÓCRATES” E “A SEMANA DE NUNO MORAIS SARMENTO” DA *RTP1*

No cômputo geral da análise aos dois programas de comentário político da *RTP1*, consideram-se 16 presenças para o PS, através da exibição do programa “A Opinião de José Sócrates”, e 15 presenças para o PSD, com a exibição do programa “A Semana de Nuno Morais Sarmento”.

## | “DE CARAS” 2012-13

### | PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “DE CARAS” 2012-2013

Em 2012, foram exibidas 15 edições do programa “De Caras” na *RTP1*, que corresponderam a um total aproximado de 9 horas anuais de emissão. Em 2013 o número de edições subiu para 21, com um total aproximado de 11 horas de emissão.

Com exibição, geralmente, às quartas-feiras, cerca das 21h, cada edição do programa desenrolou-se em média durante cerca de 35 minutos, em 2012, e 31 minutos, em 2013.

Relativamente a 2012, para a avaliação da observância do princípio do pluralismo na *RTP1* foram consideradas 10 edições do programa “De Caras”, ou seja, todas aquelas que contaram com a presença de atores do campo político e partidário, tal como definido para a presente análise.

Estas edições totalizaram 5 horas e 49 minutos de tempo de emissão e contaram com a presença de um conjunto de 11 convidados, por força de a entrevista com o BE ter contado com a presença dos seus dois coordenadores partidários.

A presença mais marcante coube ao PS, que participou em quatro entrevistas. Segue-se o BE, com duas participações no conjunto das 10 edições consideradas na análise. O PSD, o CDS-PP e o PCP alcançaram uma presença cada no programa da *RTP1*. Regista-se ainda uma entrevista com um representante do

Governo e uma com o presidente do Governo Regional da Madeira.

Em 2013, dez das 21 edições do programa “De Caras” contaram com a presença dos atores do campo político e partidário.

Estas edições totalizaram 5 horas e 25 minutos de tempo de emissão e contaram com a presença de um leque de dez convidados, um por edição.

O PSD surge destacado, com cinco representações, seguindo-se o Governo de coligação PSD/CDS-PP com quatro representações. O BE registou uma participação.

### | SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “DE CARAS” DA RTP1

- Em 2012, nas 10 edições do programa “De Caras”, em que estiveram presentes atores políticos e partidários, foram contabilizados 11 convidados.
- A presença mais marcante coube ao PS (4), seguindo-se o BE com duas intervenções, embora na mesma edição (entrevista dupla aos líderes do partido).
- As dez edições do programa “De Caras” consideradas em 2013 traduziram-se na presença de dez convidados políticos e partidários, num leque constituído por quatro elementos do Governo nacional, outros cinco do PSD e um do BE.

## | “PRÓS E CONTRAS” 2012-13

### | PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “PRÓS E CONTRAS”

Em 2012, foram exibidas 37 edições do programa “Prós e Contrás”, que preencheram 67 horas e 35 minutos do tempo anual de emissão da *RTP1*. Não se registaram quaisquer reexibições do programa neste canal do operador público de televisão. Em 2013, o programa teve 27 edições, que somaram perto de 45 horas de emissão anual, também sem qualquer reposição nas grelhas de programas.

O programa manteve a sua exibição habitual às segundas-feiras<sup>12</sup>, a partir das 22h30, prolongando-se, em média, por cerca de 1 hora e 45 minutos.

No conjunto das 37 edições exibidas em 2012 estiveram presentes 335 convidados, dos quais 61 pertencem à esfera político-partidária nacional. Estes 61 atores intervieram em 22 edições, que reuniram um total de 198 convidados e totalizaram 37 horas e 25 minutos de tempo de emissão anual.

Em termos cénicos, os protagonistas políticos estiveram sobretudo presentes no palco do programa [42], sendo que 19 intervieram a partir da plateia, todos eles autarcas.

Em cinco edições estiveram presentes representantes sindicais – os dois líderes

máximos das grandes centrais (CGTP/IN e UGT) e líderes de sindicatos de classes profissionais que debateram questões relacionadas com o setor de atividade em que atuam.

Em 2012, nenhuma das edições de “Prós e Contrás” teve convidados político-partidários em exclusividade. Ou seja, os atores afetos aos partidos e a outras estruturas e organismos políticos nacionais esgrimiram argumentos e posições com representantes de outros setores e áreas de atividade ligados às matérias destacadas em cada uma das edições, num total de 137 convidados.

Os representantes das forças político-partidárias e governamentais foram contraditados sobretudo por *professores/especialistas*.

No que se refere à análise específica dos atores políticos, a presença mais marcante coube ao PSD, com 24 presenças. O PS esteve representado em 15 ocasiões. Segue-se o Governo de coligação PSD/CDS-PP, com oito participações no conjunto das 22 edições consideradas na presente análise.

O BE, o CDS-PP e a CDU alcançaram três presenças no programa da *RTP1* ao longo do ano de 2012. Isoladamente, o PCP contou com duas participações e o PEV uma.

Também uma coligação PSD/CDS-PP obteve uma representação, mercê da presença do presidente da Câmara Municipal de Lamego, eleito pela articulação daquelas duas forças partidárias, tal como a vereadora independente no município de Lisboa.

---

<sup>12</sup> Entre finais de janeiro e março de 2013, o programa “Prós e Contrás” teve exibição aos domingos, no mesmo horário.

**Fig. 12 ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NO PROGRAMA “PRÓS E CONTRAS” 2012**

<b>Data</b>	<b>Tema</b>	<b>Atores</b>	<b>Atividade/função</b>	<b>Representação político-partidária</b>	<b>Local intervenção</b>
23/01/2012	Roubos violentos	Miguel Macedo	Ministro da Administração Interna	Governo	Palco
		José Conde Rodrigues	Ex-secretário de Estado MAI	PS	Palco
		Antero Luís	Secretário Geral Sistema Segurança Interna	Governo	Palco
30/01/2012	Vale a pena arrendar?	Assunção Cristas	Ministra Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Governo	Palco
		Helena Roseta	Vereadora CM Lisboa	Independente	Palco
13/02/2012	Insustentável custo da energia	Carlos Pimenta	Ex-Secretário de Estado Ambiente	PSD	Palco
20/02/2012	Grécia: solidariedade ou estrangulamento?	Silva Lopes	Antigo ministro das Finanças	PS	Palco
12/03/2012	O que falta cumprir?	Carlos Moedas	Secretário de estado Adjunto do PM	Governo	Palco
		Eurico Dias	Secretário Nacional do PS	PS	Palco
		Basílio Horta	Antigo Presidente da AICEP	PS	Palco
19/03/2012	Adeus feriados	Ribeiro e Castro	Presidente da Comissão de Educação Ciência e Cultura da AR	CDS-PP	Palco
02/04/2012	Reforma hospitalar	Fernando Leal da Costa	Secretário de estado Adjunto e da Saúde	Governo	Palco
		António Serrano	Membro Comissão Parlamentar de saúde da AR	PS	Palco
		António Rodrigues	Presidente CM Torres Novas	PS	Plateia
		Carlos Carrão	Presidente CM Tomar	PSD	Plateia
		António José Correia	Presidente CM Peniche	CDU	Plateia
		Carlos Miguel	Presidente CM Torres Vedras	PS	Plateia
		Fernando Costa	Presidente CM Caldas da Rainha	PSD	Plateia
		Maria do Céu Albuquerque	Presidente CM Abrantes	PS	Plateia
		João Paulo de Melo	Presidente CM Coimbra	CDS-PP	Plateia
		Maria das Dores Meira	Presidente CM Setúbal	CDU	Plateia
07/05/2012	A vida dos portugueses	Paulo Inácio	Presidente CM Alcobaca	PSD	Plateia
		Jerónimo de Sousa	Secretário-geral PCP	PCP	Palco
		António Capucho	Ex-conselheiro de Estado	PSD	Palco
28/05/2012	Duelo franco-alemão	Rui Machete	Ex-ministro	PSD	Palco
		Francisco Louçã	Coordenador BE	BE	Palco
		Silva Peneda	Presidente do Conselho Económico Social	PSD	Palco

Data	Tema	Atores	Atividade/função	Representação político-partidária	Local intervenção
04/06/2012	A gestão das escolas	João Casanova de Almeida	Secretário Estado do Ensino e Administração Escolar	Governo	Palco
		Francisco Lopes	Presidente C.M. Lamego	PSD/CDS-PP	Plateia
		Susana Amador	Presidente C.M. Odivelas	PS	Plateia
11/06/2012	O grande debate	António Borges	PSD	PSD	Palco
		António Vitorino	PS	PS	Palco
18/06/2012	O segredo das informações	Ângelo Correia	Presidente Subcomissão AR/1985 Serviço de Informações	PSD	Palco
02/07/2012	A roleta russa da austeridade	Mário Soares	Ex-Presidente da República; ex-primeiro-ministro	PS	Palco
24/09/2012	Defesa comum	Silva Peneda	Presidente do concelho económico e social	PSD	Palco
		Francisco Assis	Ex-deputado europeu	PS	Palco
01/10/2012	Manifestações e forças da ordem	Figueiredo Lopes	Ex-ministro da Administração interna	PSD	Palco
15/10/2012	Economia estrangulada	Carlos Abreu Amorim	Vice-presidente Grupo Parlamentar PSD	PSD	Palco
22/10/2012	Amor em tempo de crise	Nuno Crato	Ministro da educação	Governo	Palco
		Vasco Graça Moura	Presidente CCB; ex-governante	PSD	Palco
05/11/2012	O que fazer do nosso futuro?	José Pedro Aguiar Branco	Ministro da defesa Nacional	PSD	Palco
		Carlos Zorrinho	Líder Grupo Parlamentar PS	PS	Palco
		Nuno Magalhães	Líder Grupo Parlamentar CDS-PP	CDS-PP	Palco
		Bernardino Soares	Líder Grupo Parlamentar PCP	PCP	Palco
		Luís Montenegro	Líder Grupo Parlamentar PSD	PSD	Palco
		Luís Fazenda	Líder Grupo Parlamentar BE	BE	Palco
12/11/2012	Onde está a esperança?	Heloisa Apolónia	Líder Grupo Parlamentar PEV	PEV	Palco
		José Silva Peneda	Presidente do concelho económico e social	PSD	Palco
19/11/2012	A urgência do ensino superior	João Queiró	Secretário de Estado do Ensino superior	Governo	Palco
		Pedro Lynce	Ex-ministro da Ciência e Ensino Superior	PSD	Palco
26/11/2012	O novo mapa de Portugal	Paulo Simões Júlio	Secretário Estado da Administração Local e Reforma Administrativa	Governo	Palco
		Armando Vieira	Presidente Anafre	PSD	Palco
		José Luis Carneiro	Presidente CM Baião	PS	Plateia
		Rui Rocha	Presidente CM Ansião	PSD	Plateia
		Luis Gomes	Presidente CM Vila Real de Santo António	PSD	Plateia
		António Ribeiro	Presidente CM Figueira de Castelo Rodrigo	PSD	Plateia

Data	Tema	Atores	Atividade/função	Representação político-partidária	Local intervenção
		António Machado	Vice-presidente CM Vila Pouca de Aguiar	PSD	Plateia
		Elisabete Matos	Junta de Freguesia de Torgueda	PSD	Plateia
		Cândido Moreira	Junta de Freguesia de Padronelo	PS	Plateia
		Paulo Quaresma	Junta de Freguesia de Carnide	CDU	Plateia
17/12/2012	Adeus TAP	Francisco Louçã	Professor Catedrático de economia do ISEG; dirigente BE	BE	Palco

N=22 (n.º total de edições consideradas); N=61 (n.º total de atores político-partidários)

**Em 2013**, o programa “Prós e Contras” registou um total de 27 edições em que estiveram presentes 266 convidados, 32 dos quais atores político-partidários, com intervenção em 17 das edições exibidas no decurso do ano.

As 17 edições em análise totalizaram 27 horas e 38 minutos de duração e contaram com a presença de um conjunto de 155 convidados, de entre os quais 123 não pertencem ao campo político-partidário. Os restantes 32 são, como se mencionou, protagonistas ligados à vida política nacional.

Nas várias edições, os atores afetos aos partidos e a outras estruturas e organismos políticos nacionais debateram os temas de cada edição com representantes de outros setores e áreas de atividade, numa dinâmica habitual deste programa da *RTP1*.

Em termos globais, em 2013 também foram os *professores/especialistas* (incluindo-se nesta categoria vários economistas) que mais confrontaram pontos de vista com os protagonistas político-partidários.

No que se refere à análise específica dos atores políticos, em 2013, o PSD e o PS foram os mais representados, com 11 presenças cada. Segue-se o Governo de coligação PSD/CDS-PP, com cinco participações no conjunto das 17 edições consideradas na presente análise.

O CDS-PP interveio em duas edições do programa de debate da RTP1, o PCP e o BE tiveram uma presença no debate ao longo de 2013. O Presidente da República também esteve presente no “Prós e Contras”, mas num formato de entrevista exclusiva, gravada previamente no mesmo dia e espaço do debate realizado a 10 de junho de 2013, com exibição no início do programa.

**Fig. 13 ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NO PROGRAMA “PRÓS E CONTRAS” 2013**

Data	Tema	Atores	Atividade/função	Representação político-partidária	Local intervenção
07/01/2013	Crescimento económico	Jorge Moreira da Silva	Presidente Plataforma para o Crescimento Sustentável	PSD	Palco
03/02/2013	O nosso Estado <sup>13</sup>	Secretário de Estado Hélder Rosalino	Secretário de Estado	Governo	Palco
		António Correia de Campos	Ex-Ministro da Saúde	PS	Palco
24/02/2013	Ordem para cortar	Rui Pereira	Ex-Ministro Administração Interna	PS	Palco
24/03/2013	Os portugueses aguentam ou não aguentam?	Ângelo Correia	Ex-Ministro da Administração Interna	PSD	Palco
		António Capucho	Antigo Conselheiro de Estado	PSD	Palco
08/04/2013	Por onde vais Portugal?	Carlos Carvalhas	Economia. Ex-líder do PCP	PCP	Palco
		José Ribeiro e Castro	Manifesto sobre Despesa Pública	CDS-PP	Palco
15/04/2013	Ficar ou sair do euro?	António Nogueira Leite	Economista	PSD	Palco
29/04/2013	Puxar pela economia	Álvaro Santos Pereira	Ministro da Economia e do Emprego	Governo	Palco
06/05/2013	A relação entre Portugal e a União Europeia	Miguel Poiares Maduro	Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional	Governo	Palco
		Luis Amado	Ex- Ministro dos Negócios Estrangeiros	PS	Palco
27/05/2013	A coadoção	Isabel Moreira	Constitucionalista e 1ª subscritora do projeto lei “Coadoção”. Deputada PS.	PS	Palco
		Pedro Delgado Alves	Deputado	PS	Plateia
10/06/2013	Portugal e os portugueses	Presidente da República	PR	Presidente da República	Gravação <sup>14</sup>
		José Almeida	Presidente de Câmara de Elvas	PS	Palco
		José Silva Peneda	Presidente do Conselho Económico e Social	PSD	Palco
14/10/2013	Corte nas pensões	Vieira da Silva	Ex-Ministro Trabalho e Solidariedade	PS	Palco
21/10/2013	Cortes no Estado (A pressão)	João Almeida	Vice-presidente grupo parlamentar CDS-PP	CDS-PP	Palco
28/10/2013	Portugal e Angola	Francisco Louçã	Economista	BE	Palco
		António Martins da Cunha	Ex-Ministro Negócios Estrangeiros	PSD	Palco
04/11/2013	A reforma na Educação	Maria de Lurdes Rodrigues	Antiga Ministra da Educação	PS	Palco
		Couto dos Santos	Antigo Ministro da Educação	PSD	Palco
		José Reis	Antigo Secretário de Estado Ensino Superior	PS	Palco
		Pedro Lynce	Antigo Ministro da Ciência e do Ensino Superior	PSD	Palco

<sup>13</sup> Não foi possível visualizar a edição, pelo que se recorreu à informação prestada no sítio eletrónico da RTP, nomeadamente na página que respeita à presente edição.

<sup>14</sup> Entrevista conduzida por Fátima Campos Ferreira gravada horas antes da respetiva emissão do Prós e Contras e no mesmo estúdio.



Data	Tema	Atores	Atividade/função	Representação político-partidária	Local Intervenção
11/11/2013	TC: bloqueio ou salvaguarda? (a contestação)	Carlos Abreu Amorim	Deputado PSD	PSD	Palco
		Pedro Delgados Alves	Deputado PS	PS	Palco
25/11/2013	Segurança pública	Miguel Macedo	Ministro da Administração Interna	Governo	Videoconferência
		Marcos Perestrelo	Vice-presidente bancada parlamentar PS	PS	Palco
		António Figueiredo Lopes	Ex- Ministro administração Interna	PSD	Palco
		Fernando Alexandre	Secretário Estado adjunto MAI	Governo	Palco
02/12/2013	Portugal - resignação vs radicalismo	Fernando Negrão	Deputado PSD	PSD	Palco

N=17 (n.º total de edições consideradas). N=32 (n.º total de atores político-partidários)

#### SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “PRÓS E CONTRAS” DA RTP1

- **Nas 22 edições de 2012** consideradas do programa “Prós e Contrás”, ou seja, naquelas em participaram atores políticos e partidários, foram contabilizados 61 presenças de personalidades ligadas a estruturas partidárias e governamentais nacionais, de entre um total de 198 convidados.
- Estiveram representadas nove forças e estruturas político-partidárias, com destaque para o PSD, com 24 presenças. O PS esteve presente em 16 debates e o Governo de coligação PSD/CDS-PP em oito.
- O CDS-PP, BE e a CDU tiveram o mesmo número de intervenções ao longo de 2012: três no seu total.

- Autonomizados da coligação que os une em várias circunstâncias da atividade político-partidária, o PCP surgiu em duas edições do programa “Prós e Contrás” e o PEV numa edição.
- O programa da *RTP1* contou ainda com a presença de um autarca eleito por uma coligação entre o PSD e o CDS-PP.
- **Relativamente a 2013**, verifica-se que nas 17 edições consideradas do programa “Prós e Contrás”, no âmbito da avaliação do princípio do pluralismo político, foram contabilizados 155 convidados, 32 dos quais com ligação a sete forças e estruturas político-partidárias nacionais. O PSD e o PS surgem destacados, com o mesmo número de presenças, onze. Segue-se o Governo PSD/CDS-PP, com cinco intervenções, e o CDS-PP com duas. O BE e o PCP tiveram uma presença no debate ao longo de 2013, assim como o atual Presidente da República, que foi

entrevistado por Fátima Campos Ferreira, em 10 de junho de 2013.

- Em ambos os anos, os debates que tiveram representantes políticos contaram na sua maioria com a intervenção de *professores/especialistas*, entre outros atores das várias áreas em discussão.

## “PORTUGAL HOJE” 2012-13

### PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “PORTUGAL HOJE” 2012-2013

“Portugal Hoje” é um espaço de informação de formato misto, com reportagens e, por vezes, debates e/ou entrevistas.

**Ao longo de 2012**, a RTP1 exibiu três edições de “Portugal Hoje”, que corresponderam a um total aproximado de 3 horas e meia de emissão anual. Duas das três edições subdividiram-se em dois momentos distintos apresentados ao longo do dia: o primeiro, aproximadamente, das 10h00 às 13h00 e o segundo das 14h15m às 20h00.

A terceira edição, para além das mesmas duas partes, teve ainda uma terceira, um espaço de debate relativo à temática “Compromisso de Salvação Nacional”, que contou com 13 convidados e decorreu aproximadamente das 21h00 às 22h45m (cerca de 1 hora e 35 minutos de duração). Foi apenas nesta edição

que participaram representantes do campo político nacional.

Como se assinalou, participaram 13 convidados, dois deles atores políticos e partidários, nomeadamente presidentes de Câmara. Em termos partidários, um surge associado ao PSD e outro ao PS.

Em todo o ano de 2013 também foram exibidas três edições de “Portugal Hoje”, que corresponderam a um total aproximado de 2 horas e meia de emissão anual.

Neste ano, e no que se refere à análise específica dos atores políticos e partidários, verifica-se que o PSD surge em duas edições e as restantes forças políticas-partidárias representadas em uma edição cada: PS, CDS-PP, BE e PCP intervieram no debate exibido a 12 de julho de 2013, e o antigo Presidente da República, António Ramalho Eanes, classificado na presente análise como ator independente das estruturas partidárias, foi o convidado de uma edição especial de “Portugal Hoje”.

**Fig. 14 ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NO PROGRAMA “PORTUGAL HOJE”**

Data	Dia Semana	Interveniente	Representação político-partidária	Hora de início	Duração
11/04/2012	Quarta-feira	Jorge Nunes	PSD	21:02:11	01:34:52
		Berta Nunes	PS		
12/07/2013	Sexta-feira	Miguel Frasquilho	PSD	22:25:40	01:30:22
		Eurico Dias	PS		
		Diogo Feio	CDS-PP		
		António Filipe	PCP		
		José Manuel Pureza	BE		
16/07/2013	Terça-feira	António Ramalho Eanes	Ex-Presidente da República, Independente	21:00:03	00:32:28
30/07/2013	Terça-feira	Rui Rio	PSD	20:59:33	00:28:03

N=1 (n.º de edições consideradas em 2012); N=2 (n.º de atores considerados em 2012); N=3 (n.º de edições consideradas em 2013); N=7 (n.º de atores considerados em 2013)

## SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “PORTUGAL HOJE” DA RTP1

- Apenas uma das três edições de “Portugal Hoje” de **2012** contemplou atores políticos e partidários, contabilizando dois convidados, um do PS e outro do PSD.

- Nas três edições de “Portugal Hoje” exibidas em **2013** foram arroladas sete presenças de convidados ligados à vida política nacional: o PSD surge em duas dessas edições; PS, CDS-PP, BE e PCP tiveram uma presença cada, assim como se registou a presença de um ator Independente.

## EDIÇÕES ESPECIAIS 2012-13

### PLURALISMO POLÍTICO NAS EDIÇÕES ESPECIAIS 2012-2013

Fig. 15 DADOS GERAIS DAS EDIÇÕES ESPECIAIS 2012

Formato	Edições	Atores	Duração total (hh:mm:ss)	Duração média (hh:mm:ss)
Entrevista	4	4	03:25:33	00:51:21
Debate	4	16	02:42:51	00:40:43
Comunicação ao País	2	6	02:15:37	01:07:49
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>26</b>	<b>08:24:01</b>	<b>00:53:18</b>

Em 2012, as grelhas de programação da *RTP1* foram preenchidas com edições especiais de informação, suscitadas pela atualidade e relevância dos temas abordados.

Foram exibidos dez especiais de informação com a presença de atores políticos e partidários, seja em exclusividade, seja em debate de ideias com personalidades de

outros campos de intervenção, perfazendo um total de mais de 8 horas de duração.

As edições com protagonistas político-partidários tiveram o formato de entrevista (51 minutos de duração média) e de debate (40 minutos de duração média), identificando-se ainda duas “Comunicações ao País”, da parte do líder do Governo PSD/CDS-PP.

Fig. 16 PRESENÇA DE ATORES POLÍTICOS E PARTIDÁRIO NAS EDIÇÕES ESPECIAIS DE ENTREVISTA

Data	Título	Atores	Representação político-partidária	Hora início (hh:mm:ss)	Duração (hh:mm:ss)
25/04/2012	Entrevista a Ramalho Eanes	António Ramalho Eanes	Independente	22:30:31	00:54:40
05/09/2012	Edição Especial: Fátima Campos Ferreira Entrevista	Diogo Freitas do Amaral	Independente	21:00:24	00:30:42
06/09/2012	Edição Especial: Fátima Campos Ferreira Entrevista	Adriano Moreira	CDS-PP	21:00:46	00:43:14
13/09/2012	A Entrevista	Pedro Passos Coelho	Primeiro-ministro. Governo PSD/CDS-PP	21:00:57	01:16:47

N=4 (n.º de edições/atores de especiais de entrevista)

Como se assinalou, foram exibidas quatro edições especiais de entrevista, três delas moderadas pela jornalista da RTP Fátima Campos Ferreira e uma entrevista ao primeiro-ministro moderada por Vítor Gonçalves e Paulo Ferreira.

Nestas quatro edições especiais de entrevista, entrevistaram:

- um elemento associado ao CDS-PP
- o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho (Governo PSD/CDS-PP)
- duas personalidades da vida política nacional atualmente independente das estruturas partidárias – a) general António Ramalho Eanes, ex-Presidente da República e conselheiro de Estado, eleito em 1976, como independente, mas com o apoio PS ao PPD, passando pelo CDS, MSD, PSDI, MRPP, pela AOC e ainda por organizações como a SEDES ou a CAP15,; b) Diogo Freitas do Amaral, assumido Independente, cofundador do CDS-PP, antigo vice-Primeiro-ministro e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros no governo de coligação liderado por Francisco Sá Carneiro e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros no XVII Governo Constitucional, liderado por José Sócrates (PS).

**Fig. 17 PRESENÇA DE ATORES POLÍTICOS E PARTIDÁRIO NAS EDIÇÕES ESPECIAIS DE DEBATE**

Data	Tema	Atores	Função/qualidade	Representação político-partidária	Hora de início	Duração
02/02/2012	Viver e morrer sozinho	Pedro Santana Lopes	Provedor da Santa Casa da Misericórdia	PSD	21:01:57	01:00:06
		Manuel Brito	Vereador da Câmara Municipal de Lisboa	PS		
19/07/2012	Incêndios em Portugal	Miguel Macedo	Ministro da Administração Interna	Governo	21:01:10	00:39:01
14/09/2012	Debate sobre a atual situação do país	José Luis Arnault	Ex-ministro	PSD	21:01:20	00:34:24
		Eduardo Ferro Rodrigues	Ex-líder partidário	PS		
		Nuno Melo	Deputado CDS-PP	CDS-PP		
		Octávio Teixeira	Economista, ex-líder parlamentar	PCP		
15/10/2012	Estado das contas	Luis Campos e Cunha	Ex-ministro das Finanças	PS	21:01:00	00:29:20
		Miguel Bezeza	Ex-ministro das Finanças	PSD		
		Joaquim Pina Moura	Ex-ministro das Finanças	PS		

N= 4 (n.º total de edições especiais de debate); N= 10 (n.º total de atores político-partidários)

<sup>15</sup>[https://www.ubi.pt/Ficheiros/Entidades/Honoris\\_Causa/Curriculum\\_Vitae\\_Ramalho\\_Eanes.pdf](https://www.ubi.pt/Ficheiros/Entidades/Honoris_Causa/Curriculum_Vitae_Ramalho_Eanes.pdf).

**Em 2012**, nas quatro edições especiais de debate entrevistaram 16 atores de diferentes áreas, 10 dos quais elementos político-partidários. Em duas destas edições, os protagonistas político-partidários estiveram representados em exclusividade. As restantes duas edições contaram com uma participação mais diversificada de intervenientes, tendo como convidados não só os representantes políticos mas também seis atores de diferentes setores e áreas de especialização (dois professores/especialistas, dois

representantes dos Bombeiros e Proteção Civil, um ator e um padre).

Escrutinando a pertença político-partidária dos convidados dos debates especiais da *RTP1*, verifica-se que estiveram representados elementos dos seguintes quadrantes: PS, PSD, CDS-PP, PCP e elementos do Governo de coligação PSD/CDS-PP.

O PS e o PSD surgem em vantagem: somaram respetivamente quatro e três presenças. As restantes intervenções partidárias repartem-se por um elemento do CDS-PP, um do PCP e um do Governo.

**Fig. 18 PRESENÇA DE ATORES POLÍTICOS E PARTIDÁRIO NAS EDIÇÕES ESPECIAIS**

Data	Programa	Atores	Função/qualidade	Representação	Modalidade de intervenção
07/04/2013	Comunicação ao País	Pedro Passos Coelho	Primeiro-ministro	Governo PSD/CDS-PP	Não se aplica
03/07/2013	Entrevista	Diogo Freitas do Amaral	Entre outras, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros	Independente	Não se aplica
30/09/2013	Edição especial	Bernardino Soares	Vencedor das eleições para Presidente de Câmara de Loures	CDU	Estúdio
		Paulo Vistas	Vencedor das eleições para Presidente de Câmara de Oeiras	Independente do movimento Isaltino Oeiras Mais à Frente	Estúdio
		Eduardo Vítor Rodrigues	Vencedor das eleições para Presidente de Câmara de Gaia	PS	Direto de Gaia
		Álvaro Amaro	Vencedor das eleições para Presidente de Câmara de Guarda	Coligação PSD/CDS-PP	Direto do Porto
		Paulo Cafófo	Vencedor das eleições para Presidente de Câmara de Funchal	Coligação PS/BE/PAN/PND/MPT/PTP	Direto do Funchal
		António Costa	Diretor do Jornal Económico	Jornalista	Estúdio
		João Marcelino	Diretor do Diário de Notícias	Jornalista	Estúdio

N=3 (n.º total de edições especiais); N= 9 (n.º total de atores político-partidários)

**Em 2013**, a *RTP1* incluiu nas grelhas de programação três edições especiais, com a presença de atores políticos e partidários. Estas edições totalizaram 1 hora e 46 minutos de duração, contando com um total de nove protagonistas.

Uma das edições consistiu numa “Comunicação ao País”, efetuada por Pedro Passos Coelho, a 7 de abril, a propósito do

acórdão do Tribunal Constitucional sobre o Orçamento do Estado para 2013.

A segunda edição especial tratou-se de uma entrevista com o independente Diogo Freitas do Amaral.

O terceiro especial informativo da *RTP1*, com atores político-partidários, foi um debate realizado no rescaldo das eleições autárquicas. Já no dia posterior às eleições, a

RTP1 reuniu sete convidados, cinco deles autarcas de diversos pontos do país, num debate em que também intervieram dois jornalistas que analisaram os resultados do sufrágio.

O leque de convidados políticos assumiu a seguinte configuração: o novo autarca de Loures, Bernardino Soares, enquanto representante da CDU; Paulo Vistas, o candidato independente eleito em Oeiras pelo movimento “Isaltino, Oeiras mais à Frente”; a partir de Vila Nova de Gaia interveio Eduardo Vítor Rodrigues, o candidato local eleito pelo PS e em direto do Porto o autarca eleito na Guarda, Álvaro Amaro, pela coligação PSD/CDS-PP; a partir do Funchal, o debate contou com a intervenção de Paulo Cafôfo, que foi eleito para aquela concelhia por uma coligação alargada de partidos: PS/BE/PAN/PND/MPT/PTP.

#### | SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO NAS EDIÇÕES ESPECIAIS DA RTP1

- **Em 2012**, as grelhas de programas da *RTP1* foram preenchidas com dez edições especiais de informação, com a presença de atores político-partidários, seja em exclusividade, seja em debate de ideias com personalidades de outros campos de intervenção, perfazendo um total de cerca de 8 horas de emissão.
- Nos especiais de entrevista estiveram representados o CDS-PP, um elemento do Governo PSD/CDS-PP e dois atores

políticos atualmente independentes das estruturas partidárias. As comunicações especiais ao país foram da autoria de vários elementos do Governo.

- Nas edições classificadas de debate intervieram 10 elementos político-partidários, de onde se destaca o PS e o PSD, com quatro e três presenças, respetivamente. CDS-PP, PCP e Governo tiveram uma presença cada.
- **No que se refere a 2013**, as edições especiais da RTP1 contaram com uma presença do Governo, no âmbito de mais uma comunicação ao país do primeiro-ministro. Também se identificou a presença de um independente num especial de informação do género entrevista.
- Na edição especial de debate, a propósito dos resultados eleitorais das autárquicas de 2013, estiveram representadas as seguintes forças político-partidárias, acompanhadas na reflexão por dois jornalistas: PS, CDU e as coligações PSD/CDS-PP da Guarda, e PS/BE/PAN/PND/MPT/PTP candidata no Funchal, também se identificando um ator independente pertencente ao movimento “Isaltino. Oeiras mais à Frente”.

#### | AUTÁRQUICAS 2013

## PLURALISMO POLÍTICO EM AUTÁRQUICAS 2013

Por ser ano de eleições, em 2013, a *RTP1* transmitiu um programa especial de acompanhamento da votação, que se prolongou por cinco horas, ao longo do dia 29 de setembro e contou com três partes distintas de emissão, repartidas pelos segmentos horários: 18:45-19:59, 20:00-22:47 e 22:55-00:25, estes últimos já depois do fecho das urnas e refletindo já sobre os resultados eleitorais.

O programa teve a participação de 39 representantes político-partidários, sendo que algumas dessas representações encontram-se associadas a mais do que um partido político, fruto das diferentes coligações candidatas. Também se verificam diferenças ao nível da conjugação dos vários partidos, devido à circunstância estar em causa uma eleição para as autarquias em que as coligações variam localmente.

Tendo em atenção esta questão, verifica-se que o PS foi a força mais representada, com 11

presenças, seguida do PSD, com nove. A CDU marcou presença por cinco vezes, o CDS-PP por duas e o BE contou com uma participação. Os candidatos independentes das organizações partidárias tiveram quatro intervenções neste especial eleitoral.

No campo das coligações, sobressai aquela que une o candidato independente Rui Moreira ao CDS-PP, no âmbito da corrida à Câmara Municipal do Porto (3). A coligação “Juntos por Braga”, que une PSD/CDS-PP/PPM, teve uma intervenção, mas os mesmos partidos tiveram ainda intervenção através da candidatura que apresentaram no concelho de Aveiro. PSD/CDS-PP/MPT, unidos em Sintra, tiveram uma intervenção da sede de candidatura local, tal como PSD/CDS-PP, em Lisboa.

Em estúdio estiveram dois dos comentadores políticos da *RTP1* com associação a partidos políticos nacionais e antigos detentores de cargos políticos: José Sócrates e Nuno Morais Sarmiento, identificados respetivamente com o PS e o PSD, para efeitos de avaliação do pluralismo político.

**Fig. 19 PRESENÇA DE ATORES POLÍTICOS E PARTIDÁRIO NO ESPECIAL “AUTÁRQUICAS 2013”**

Ator	Atividade/função	Representação político-partidária	Local
Nuno Morais Sarmiento	Comentador RTP1	PSD	Estúdio
José Sócrates	Comentador RTP1	PS	Estúdio
José Azeredo Lopes	Porta-voz de candidatura	Independente/CDS-PP (Porto)	Sede de candidatura
Almeida Santos	Representante partidário	PS	Sede partidária
Mariza Matias	Representante partidário	BE	Sede partidária
Álvaro Castelo Branco	Apoiante de candidatura	Independente/CDS-PP (Porto)	Sede de candidatura
Pedro Pinto	Candidato eleitoral	PSD/CDS-PP/MPT (Sintra)	Sede de candidatura
Marco António Costa	Vice-presidente partidário	PSD	Sede partidária
Fernando Seara	Candidato eleitoral	PSD/CDS-PP (Lisboa)	Sede de candidatura
Basílio Horta	Diretor de Campanha	PS	Sede de candidatura
Luís Filipe Menezes	Candidato eleitoral	PSD	Sede de candidatura
Carlos Abreu Amorim	Candidato eleitoral	PSD	Sede de candidatura



Ator	Atividade/função	Representação político-partidária	Local
Jorge Cordeiro	Representante partidário	CDU	Sede partidária
José Pedro Aguiar-Branco	Representante de candidatura	PSD	Sede de candidatura
Manuel Alegre	Representante partidário	PS	Sede partidária
Moita Flores	Candidato eleitoral	PSD	Sede de candidatura
Manuel Pizarro	Candidato eleitoral	PS	Sede de candidatura
José Guilherme Aguiar	Candidato eleitoral	Independente (Gaia)	Sede de candidatura
Rui Moreira	Candidato eleitoral	Independente/CDS-PP (Porto)	Sede de candidatura
Guilherme Pinto	Candidato eleitoral	Independente (Matosinhos)	Sede de candidatura
Jerónimo de Sousa	Líder partidário	CDU	Sede de candidatura
Eduardo Vítor Rodrigues	Candidato eleitoral	PS	Sede de candidatura
Miguel Laranjeiro	Porta-voz de candidatura	PS	Sede partidária
João Almeida	Porta-voz de candidatura	CDS-PP	Sede partidária
Álvaro Amaro	Candidato eleitoral	Independente (Guarda)	Sede de candidatura
Paulo Vistas	Candidato eleitoral	Isaltino Oeiras mais à Frente (Independente)	Sede de candidatura
Paulo Portas	Líder partidário	CDS-PP	Sede partidária
António Costa	Candidato eleitoral	PS (Juntos fazemos Lisboa)	Sede de candidatura
Alberto João Jardim	Líder partidário regional	PSD	Sede partidária regional
Pinto de Sá	Candidato eleitoral	CDU	Sede de candidatura
Ricardo Rio	Candidato eleitoral	Juntos por Braga (PSD/CDS-PP/PPM)	Sede de candidatura
Pedro Passos Coelho	Líder partidário	PSD	Sede partidária
Maria das Dores Meira	Candidato eleitoral	CDU	Sede de candidatura
António José Seguro	Líder partidário	PS	Sede partidária
Bernardino Soares	Candidato eleitoral	CDU	Sede de candidatura
Rui Santos	Candidato eleitoral	PS	Sede de candidatura
Ribau Esteves	Candidato eleitoral	Aliança com Aveiro (PSD/CDS-PP/PPM)	Exterior
Rogério Bacalhau	Candidato eleitoral	PSD	Sede de candidatura
Manuel Machado	Candidato eleitoral	PS	Sede de candidatura

N=39 (n.º de atores político-partidários)

**Fig. 20 Forças políticas representadas presentes na edição “Autárquicas 2013”**

Partido/ Coligação <sup>o</sup>	Representação político-partidária										
	PS	PSD	CDU	Independente	Independente/ CDS-PP	CDS- PP	PSD/CDS- PP / PPM	PSD/CDS- PP /MPT	PSD /CDS- PP	BE	Total
	11	9	5	4	3	2	2	1	1	1	39

N=39 (n.º de atores político-partidários)

### SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO NO “AUTÁRQUICAS 2013” DA RTP1

- A edição de cinco horas sobre o ato eleitoral autárquico de 2013 emitida pela RTP1 teve o PS (11) como força política mais representada, seguindo-se o PSD (9), a CDU (5), o CDS-PP (2) e o BE (1). Os independentes conseguiram quatro presenças.
- Os restantes sete intervenientes no programa pertenciam a coligações diversas que agregavam diferentes forças partidárias e variavam consoante o município sufragado.

## CAPÍTULO II - RTP2

### “EURODEPUTADOS”

#### PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “EURODEPUTADOS” 2012-2013

**Fig. 21 DADOS GERAIS DO PROGRAMA “EURODEPUTADOS”**

Ano	Edições	Atores	Duração total (hh:mm:ss)	Duração média (hh:mm:ss)
2012	41	200	19:02:58	00:27:53
2013	43	214	20:08:51	00:28:07

Em 2012, o programa “Eurodeputados” registou 41 edições nas grelhas de emissão da RTP2. Em 2013, foram 43 as edições deste programa nas grelhas do segundo canal da RTP. Em 2012 e até meados de 2013, a exibição de “Eurodeputados” ocorreu às segundas-feiras, pelas 19h30. A partir de julho de 2013 o programa passou a ser exibido aos domingos, por volta das 13h30.

Com uma duração média de aproximadamente 28 minutos por edição, este programa completou mais de 19 horas anuais de emissão em 2012, ultrapassando as 20 horas de emissão no ano seguinte.

Caracterizado por ser um programa de debate com a participação de representantes das forças político-partidárias eleitas para o Parlamento Europeu, em 2012, “Eurodeputados” contou com a presença de cinco convidados em cada uma das suas edições, excetuando-se cinco delas. Nesse ano, no universo dos 41 debates estiveram representados 200 atores político-partidários. Como se assinalou, identificaram-se cinco edições em que não estiveram todos os

partidos políticos nacionais representados no Parlamento Europeu (BE, CDS-PP, PCP, PS e PSD). O BE e o CDS-PP foram aqueles que não estiveram em todas as 41 edições, com o primeiro a marcar presença em 39 e o segundo em 38 edições.

Em 2013, no universo dos 43 debates realizados, estiveram presentes 214 atores político-partidários, verificando-se que, em apenas duas das edições, não estiveram todos os cinco grupos eleitos para o Parlamento Europeu – BE, CDS-PP, PCP, PS e PSD.

Assim, no conjunto das 43 edições, contam-se 214 presenças de atores político-partidários, repartidas quase equitativamente pelas cinco forças partidárias, cabendo ao CDS-PP a ausência das duas edições em que a composição do Parlamento Europeu não está refletida na sua plenitude. Regista-se ainda a presença de Rui Tavares numa das edições de 2013, na qualidade de ator independente das estruturas partidárias.

#### SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “EURODEPUTADOS” DA RTP2

- O programa de debate “Eurodeputados”, da RTP2, alberga, em todas as suas edições, os representantes das forças político-partidárias nacionais eleitas para o Parlamento Europeu: BE, CDS-PP, PCP, PS e PSD, que discutem os temas relacionados com aquele órgão de soberania.

- Por motivos alheios ao operador, em cinco das 41 edições exibidas **em 2012** não estiveram representados aqueles cinco partidos, com o CDS-PP e o BE a serem os dois ausentes de, respetivamente, três e de duas edições. Deste modo, foram 200 as presenças anuais registadas de atores político-partidários.
- **Nas 43 edições de 2013**, apenas duas não contaram com a representação plena das cinco forças político-partidárias, tendo sido o CDS-PP o partido ausente de ambas as edições. Os 43 debates exibidos durante o ano registaram 214 presenças, uma das quais de Rui Tavares enquanto ator independente.

### “MARIA FLOR PEDROSO ENTREVISTA”

#### PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “MARIA FLOR PEDROSO ENTREVISTA”

A RTP2 transmite o programa de entrevista da *Antena 1*, dirigido pela jornalista Maria Flor Pedroso, que lhe atribui a designação: “Maria Flor Pedroso Entrevista”.

**Em 2012**, foram exibidas 39 edições originais, à sexta-feira, a partir das 19h30. O programa teve reexibição nas grelhas das madrugadas de sábado, sexta-feira e uma vez à quarta-feira.

**Em 2013**, o programa, que teve 40 edições, manteve inalterada a sua posição na grelha de

emissão até ao final do primeiro semestre do ano, deslocando-se depois para as 19 horas de domingo. Cada uma das entrevistas tem uma duração média de cerca de 30 minutos. A reposição do programa aconteceu nas madrugadas dos alinhamentos de sexta-feira.

Perspetivando este programa na ótica da avaliação do princípio do pluralismo político verifica-se que, do conjunto das 39 edições originais de “Maria Flor Pedroso Entrevista” exibidas **em 2012**, 28 edições tiveram como entrevistados atores do campo político-partidário nacional, num total de 29 convidados, uma vez que uma das edições contou com os dois coordenadores do BE.

O PS foi o partido que alcançou o maior número de presenças efetivas, com dez ocorrências. Seguem-se o PSD com seis presenças, o BE com cinco e o PCP com quatro.

A jornalista Maria Flor Pedroso teve ainda como convidados dois elementos do Governo liderado por Pedro Passos Coelho.

Das 40 edições de “Maria Flor Pedroso Entrevista” exibidas **em 2013**, 30 contaram com atores político-partidários. O PS foi o partido mais representado (13), seguindo-se o PSD (5), o CDS-PP (3) e o PCP (3).

Também foi convidado da jornalista Maria Flor Pedroso um elemento do Governo, dois independentes e um elemento do partido recém-criado Livre.

#### SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “MARIA FLOR PEDROSO ENTREVISTA” NA RTP2

- **Em 2012**, a *RTP2* exibiu 28 edições do programa “Maria Flor Pedroso Entrevista” com a presença de 29 representantes da esfera político-partidária nacional, dado que numa edição estiveram presentes os dois líderes do BE.
- O PS foi o mais representado (10), seguindo-se o PSD com seis presenças, o BE com cinco e o PCP com quatro.
- O CDS-PP e o Governo PSD/CDS-PP foram convidados de duas edições , deste programa de entrevista.
- **Em 2013**, a *RTP2* exibiu 30 edições de “Maria Flor Pedroso Entrevista” com a presença de 30 representantes da esfera político-partidária nacional.
- O PS (13) foi o partido mais vezes representado, surgindo depois o PSD (5), o CDS-PP (3) e o PCP (3).
- Durante o ano, o programa contou ainda com a presença de duas figuras políticas independentes dos partidos, um membro do partido Livre e um elemento do Governo PSD/CDS-PP.

## “PARLAMENTO”

### PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “PARLAMENTO”

**Fig. 22 DADOS GERAIS DO PROGRAMA “PARLAMENTO”**

Ano	Edições	Atores	Duração total (hh:mm:ss)	Duração média (hh:mm:ss)
2012	39	230	37:11:07	00:57:12
2013	38	226	36:47:32	00:58:06

**Em 2012** foram exibidas 39 edições do programa “Parlamento”, na RTP2, que corresponderam a um total de mais de 37 horas de emissão anual. Em 2013, o programa teve menos uma edição (38) e rondou as 36 horas e 45 minutos anuais.

Com exibição aos sábados, cerca das 14h, cada edição tem uma duração média de cerca de 57 minutos.

O “Parlamento” manteve, em 2012, o formato de debate entre representantes de quatro dos partidos políticos com assento parlamentar e a exibição de uma sequência final no programa, pré-gravada, em que os restantes dois partidos eleitos para a Assembleia da República, ausentes do debate semanal, dão o seu contributo para a discussão do tema do dia.

Assim, independentemente da modalidade de participação, em 2012, intervieram seis convidados em quase todas as edições de “Parlamento”, salvo duas exceções, somando um total de 230 presenças ao ano.

O PSD e o PS foram as únicas forças políticas que estiveram sempre presentes no espaço de debate e em todas as 39 edições de 2012. O PCP também esteve representado em todas as edições de “Parlamento”, embora com 25 presenças no debate e 14 na modalidade de declarações gravadas.

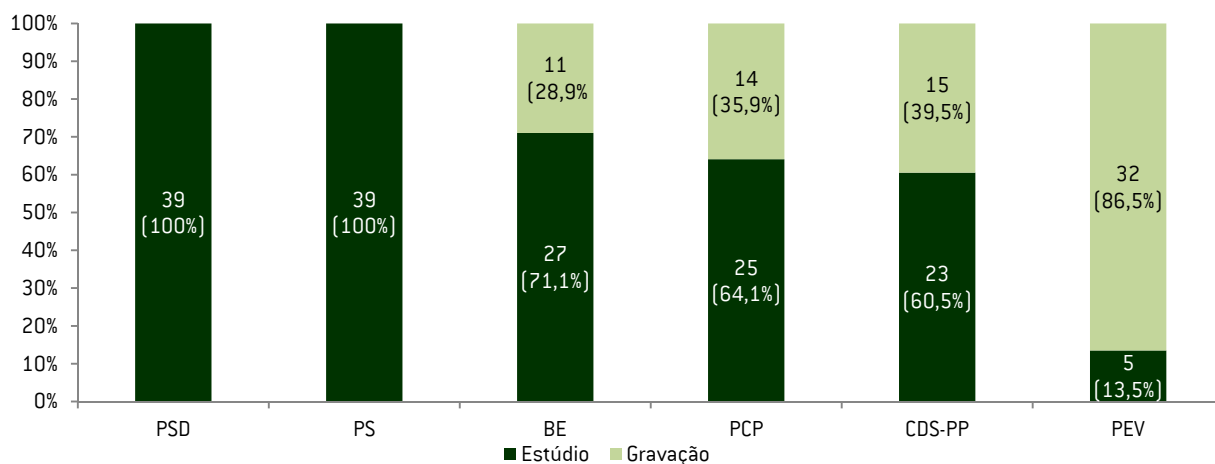
O BE esteve presente no debate por 27 vezes e 11 na modalidade de declarações no final do programa, num total de 38 edições. O CDS-PP participou em 23 debates e por 15 vezes na

modalidade de declarações no final do programa, estando também representado em 38 edições.

O PEV somou cinco presenças no confronto direto com os restantes partidos políticos,

tendo prestado declarações no final de 32 edições do programa “Parlamento”, num total de 37 intervenções.

**Fig. 23 ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS E MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA “PARLAMENTO” 2012**



N= 39 (n.º total de edições/atores do PSD, do PS e do PCP); N= 38 (n.º total de edições/atores do BE e do CDS-PP); N= 37 (n.º total de edições/atores do PEV)

Nas 38 edições do programa “Parlamento” de 2013 registaram-se apenas duas exceções na representação totalitária dos seis grupos parlamentares da Assembleia da República, o que resulta num somatório de 226 atores político-partidários ao longo deste ano.

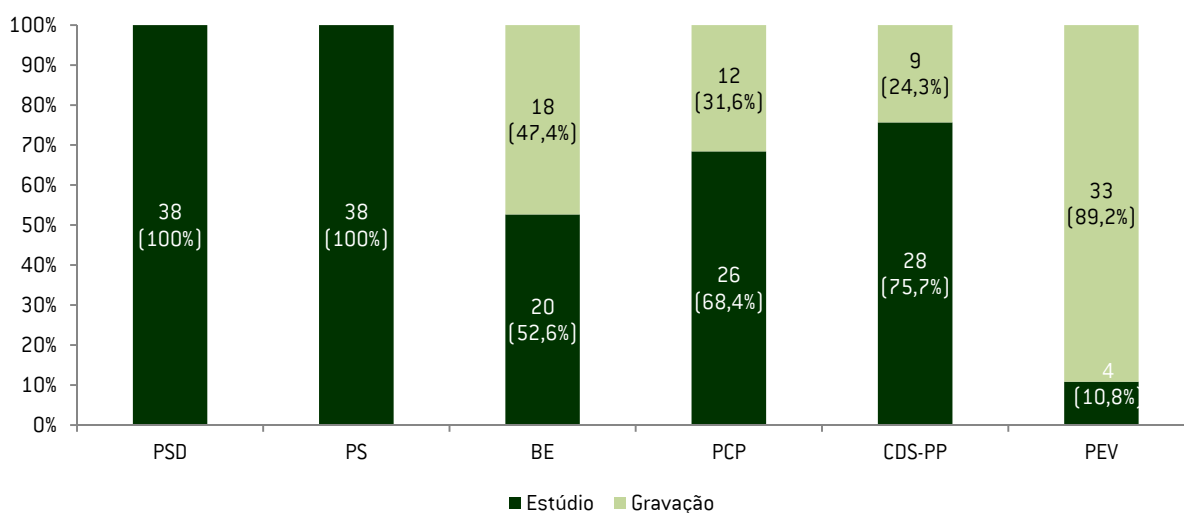
Tal como em 2012, o PSD e o PS foram as únicas forças políticas que estiveram sempre presentes no espaço de debate. Com o BE e o PCP partilham o facto de terem estado presentes em todos os programas, independentemente da modalidade de intervenção: debate ou gravação.

Com efeito, o PCP contou com 26 presenças no debate e 12 vezes na modalidade de declarações gravadas e o BE surgiu em 20 debates e 18 gravações.

O CDS-PP, que esteve ausente de uma edição (37), marcou presença em 28 debates e por nove vezes na modalidade de declarações gravadas.

O PEV também esteve ausente de uma edição (37), somando quatro presenças no confronto direto com os restantes partidos políticos parlamentares e prestando declarações no final de 33 edições do programa “Parlamento”.

**Fig. 24 ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS E MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA “PARLAMENTO”**



N= 38 [n.º total de edições/atores do PSD, do PS, BE e PCP]; N= 37 [n.º total de edições/atores do CDS-PP e do PEV]

#### SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO NO PROGRAMA “PARLAMENTO” DA RTP2

- **Em 2012**, a RTP2 exibiu 39 edições do programa de debate “Parlamento”, que se destacaram pela intervenção de todas as forças políticas representadas na Assembleia da República: BE, CDS-PP, PCP, PEV, PS e PSD, com a exceção de dois programas. Num dos programas esteve ausente o BE e no outro o CDS-PP.
- **Em 2013**, foram exibidas 38 edições deste programa, e, à exceção de duas edições em que não participaram ou o CDS-PP ou o PEV, também estiveram representadas todas as forças políticas parlamentares.
- No cômputo geral, em 2012, registaram-se 230 intervenções, 158

das quais através da participação direta no debate e 72 por via de declarações sobre o tema em análise previamente gravadas e exibidas no fecho do programa. Em 2013, com menos uma edição, registaram-se 226 intervenções, 154 no espaço de debate e 72 declarações gravadas.

- O PS e o PSD estiveram em todas as edições, quer de 2012, quer de 2013, sempre representados no espaço de debate.
- Em ambos os anos, BE, CDS-PP, PEV e PCP alternaram a sua participação entre o espaço de debate e as declarações pré-recolhidas. O PEV foi o partido que teve mais intervenções através de declarações gravadas, tanto em 2012, como em 2013.

## CAPÍTULO III – SIC 2012-2013

A avaliação do princípio do pluralismo político na programação da SIC em 2012 não conta com qualquer programa autónomo no qual tenha sido registada a participação de representantes político-partidários, conforme informou o próprio operador<sup>16 e 17</sup>.

Em 2013, apenas foi registado um programa nas grelhas da SIC no qual foi detetada a presença de atores político-partidários: a edição especial “Autárquicas 2013”.

### EDIÇÃO ESPECIAL AUTÁRQUICAS 2013

#### PLURALISMO POLÍTICO-PARTIDÁRIO NO “AUTÁRQUICAS 2013”

O programa “Autárquicas 2013” foi emitido na SIC, no dia em que decorreram as eleições, a 29 de setembro, tendo-se prolongado das 20h até cerca das 22h30.

<sup>16</sup> Cf. Ent. N.º 3572\_25/06/2013 em resposta ao Of. N.º 3410/ERC/2013.

<sup>17</sup> A análise abrange apenas os programas autónomos de informação não-diária. Isto é, os espaços autónomos de programação, delimitados por um genérico próprio de identificação no seu início e na sua finalização.

Não obstante não terem constado programas autónomos nas suas grelhas de emissão, a SIC exibiu um conjunto de entrevistas a atores políticos e partidários inseridas nos serviços noticiosos diários, programação que merece uma análise própria no presente relatório. Em 2012, os ministros da Economia e das Finanças do Governo PSD/CDS-PP estiveram no “Jornal da Noite”. Em 2013, Luís Marques Mendes, do PSD, é o dinamizador de um espaço de comentário político em nome próprio (“A opinião de Luís Marques Mendes”) dentro do mesmo serviço noticioso, onde a SIC também incluiu duas entrevistas com a atual ministra das Finanças, uma com o ministro da Educação e outra com Rui Moreira, autarca do Porto. Por duas vezes foram transmitidas em direto mensagens do Presidente da República ao país.

O programa contou com a presença de comentadores em estúdio e fez diversas ligações em direto às sedes de candidaturas dos vencedores das principais cidades, assim como às sedes nacionais de alguns partidos.

**Fig. 25 ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NA EDIÇÃO ESPECIAL “AUTÁRQUICAS 2013”**

Ator	Atividade/função	Representação político-partidária	Local
Luís Marques Mendes	Comentador SIC	PSD	Estúdio
António Vitorino	Comentador SIC	PS	Estúdio
Duarte Cordeiro	Representante e partidário	PS	Sede de candidatura
José Azeredo Lopes	Porta-voz Rui Moreira	Independente /CDS-PP (Porto)	Sede de candidatura
Augusto Santos Silva	Representante e partidário	PS	Sede de candidatura
Nobre Xavier	Presidente de concelhia	Coligação Sentir Lisboa (PSD/CDS-PP/MPT)	Sede de candidatura
Rui Soalheiro	Representante e partidário	PS	Sede de candidatura
Diogo Feio	Representante e partidário	CDS-PP	Sede CDS-PP
João Ferreira	Representante e partidário	CDU	Sede de candidatura
Mariza Matias	Representante e partidário	BE	Sede de candidatura
Luís Nazaré	Candidato partidário (Ass. Freguesia)	PS	Sede de candidatura
Isabel Moreira	Representante e partidário	PS	Sede de candidatura
João Gonçalves Pereira	Presidente concelhia	Coligação Sentir Lisboa (PSD/CDS-PP/MPT)	Sede de candidatura
Marco António Costa	Vice-presidente partidário	PSD	Sede de candidatura
Fernando Seara	Candidato eleitoral	Coligação Sentir Lisboa (PSD/CDS-PP/MPT)	Sede de candidatura
Luís Filipe Menezes	Candidato eleitoral	PSD	Sede de candidatura

Ator	Atividade/função	Representação político-partidária	Local
Álvaro Castelo Branco	Representante e candidatura	Independente /CDS-PP (Porto)	Sede de candidatura
Jorge Cordeiro	Secretariado nacional partidário	CDU	Sede de candidatura
Aguiar Branco	Representante e partidário	PSD	Sede de candidatura
Não identificado	Apoiante partidário	Independente /CDS-PP	Sede de candidatura
Manuel Alegre	Representante e partidário	PS	Sede partidária
Helena Roseta <sup>18</sup>	Representante e candidatura	Independente	Sede partidária
Manuel Pizarro	Candidato eleitoral	PS	Sede de candidatura
Rui Moreira	Candidato eleitoral	Independente /CDS-PP (Porto)	Sede de candidatura
Guilherme Pinto	Candidato eleitoral	Independente (Matosinhos)	Sede de candidatura
Jerónimo de Sousa	Representante e candidatura, líder PCP	CDU	Sede de candidatura
João Almeida	Representante e partidário	CDS-PP	Sede de candidatura
Eduardo Vítor Rodrigues	Candidato eleitoral	PS	Sede de candidatura
Miguel Laranjeiro	Representante e partidário	PS	Sede partidária
Pedro Soares	Representante e partidário	BE	Sede partidária
Paulo Vistas	Candidato eleitoral	Isaltino Oeiras mais à Frente (independente)	Sede de candidatura
Não identificado	Votante	Independente /CDS-PP (Porto)	Sede de candidatura

N=32 (n.º de atores político-partidários)

O programa especial de eleições emitido pela SIC, relativo às autárquicas de 2013, teve a participação de 32 atores político-partidários. Em estúdio estiveram apenas os comentadores da SIC Luís Marques Mendes,

associado ao PSD, e António Vitorino, associado ao PS. Os restantes participantes fizeram-no através de ligações em direto a sedes de candidatura e sedes nacionais dos partidos.

A representação partidária no contexto de eleições autárquicas encontra-se condicionada pela existência de coligações que divergem de acordo com a autarquia. Tendo esta condicionante em vista, foram identificados no programa 10 representantes do PS, quatro do PSD, três da CDU e dois do BE, assim como três candidatos independentes.

A estes junta-se a representação de mais duas coligações que envolvem alguns dos partidos mencionados, designadamente a candidatura de Fernando Seara a Lisboa, que mobilizou o PSD, o CDS-PP e o MPT e a coligação de apoio a Rui Moreira, o candidato independente na corrida à Câmara Municipal do Porto, que juntou forças com o CDS-PP.

<sup>18</sup> Integra o movimento “Juntos Fazemos Lisboa”, pelo movimento “Cidadãos por Lisboa”, liderado por António Costa, do PS.



Fig. 26 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E PARTIDÁRIA “AUTÁRQUICAS 2013”

Partido/ Coligação	Representação político-partidária								Total
	PS	PSD	CDU	CDS-PP	BE	Independente	Independente/ CDS-PP	PSD/CDS-PP/MPT	
	10	4	3	2	2	3	5	3	32

N= 32 [n.º total de representações político-partidárias]

#### SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO-PARTIDÁRIO NO “AUTÁRQUICAS 2013”

- No biénio 2012/13, a *SIC* exibiu apenas um programa autónomo suscetível de integrar a análise do pluralismo político-partidário: “Autárquicas 2013”, com a duração aproximada de duas horas e meia. Nele participaram 10 representantes do PS, quatro do PSD, três da CDU e dois do BE, do CDS-PP, assim como três independentes.
- Do lado das coligações autárquicas, foram registadas cinco representações da coligação Independente/CDS-PP vencedora na autarquia do Porto e três da coligação à autarquia de Lisboa PSD/CDS-PP/MPT, derrotada em Lisboa.

## CAPÍTULO IV – TVI 2012-2013

### ENTREVISTAS ESPECIAIS 2012-2013

#### PLURALISMO POLÍTICO NAS ENTREVISTAS ESPECIAIS

Analisados os programas que constituíram os alinhamentos diários de emissão da *TVI*, constata-se que foram duas as entrevistas autónomas com a presença de atores políticos, realizadas **em 2012**<sup>19</sup>.

As duas entrevistas detetadas nas grelhas da *TVI* tiveram o mesmo protagonista: o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho. A primeira ocorreu a 28 de março, às 21 horas, e a segunda sete meses depois, a 28 de novembro, no mesmo horário. Em termos globais, representaram cerca de 1 hora e 45 minutos da duração total.

Em 2013, foi detetada a ocorrência de uma nova entrevista ao mesmo protagonista, a 12 de dezembro, a única registada ao longo de todo o ano, com uma duração de 57 minutos.

Deste modo, quer em 2012, quer em 2013, os únicos programas autónomos de entrevista com representantes da esfera política

ocorridos na *TVI* tiveram como protagonista o primeiro-ministro, em representação do Governo.

#### SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO ENTREVISTAS ESPECIAIS DA TVI

As três edições especiais de entrevista registadas na *TVI*, no biénio 2012-2013, tiveram o mesmo protagonista – Pedro Passos Coelho, primeiro-ministro. Assim, a análise do pluralismo político-partidário neste programa indica apenas a representação do Governo.

### ESPECIAL INFORMAÇÃO 2013

#### PLURALISMO POLÍTICO EM ESPECIAL INFORMAÇÃO

A *TVI* veio a apresentar apenas um programa especial de informação ao longo do biénio 2012-2013.

A 7 de abril de 2013, domingo, o serviço de programas emitiu a comunicação ao País do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, sobre o acórdão do Tribunal Constitucional acerca do Orçamento do Estado para 2013, que ocorreu cerca das 18h30 e teve uma duração de 24 minutos.

#### SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO EM ESPECIAL INFORMAÇÃO DA TVI

- O Governo foi a única entidade político-partidária com representação no programa especial informação emitido pela *TVI* em 2013, através da

---

<sup>19</sup> A análise abrange apenas os programas autónomos de debate. Ou seja, todos aqueles que, no ano de 2012, se apresentaram nas grelhas de programação como espaços autónomos, delimitados por um genérico próprio de identificação no seu início e na sua finalização.

No entanto, para além dos programas autónomos de debate que são objeto de análise, a *TVI* exibiu um conjunto de sete entrevistas inseridas no serviço noticioso das 20 horas, com a presença de sete.

O PS teve duas presenças; Governo de coligação PSD/CDS-PP registou duas participações; o BE, o PSD e Independente tiveram uma intervenção cada.

presença do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho.

## AUTÁRQUICAS 2013

### PLURALISMO POLÍTICO EM “AUTÁRQUICAS 2013”

As eleições autárquicas ocorridas em 2013 mereceram destaque na *TVI* na noite de domingo, dia 29 de setembro de 2013, em que foi emitido um programa especial com a duração de 1 hora e 50 minutos. Decorrido este tempo, a emissão prosseguiu em direto no serviço de programas especializado TVI24, que não é contemplado no presente estudo.

A edição especial dedicada às eleições autárquicas de 2013 registou a presença de 21 protagonistas político-partidários, mais os dois comentadores regulares de política da *TVI*, um dos quais associado ao PSD.

Estes estiveram acompanhados em estúdio por representantes dos cinco principais partidos: PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, conforme foi indicado em antena. Outras participações no programa aconteceram em ligações em direto efetuadas a sedes de candidatura e de partidos.

**Fig. 27** Intervenientes no programa “Autárquicas 2013”

Ator	Atividade/função	Representação	Local de intervenção
Marcelo Rebelo de Sousa	Comentador TVI	PSD	Estúdio
Constança Cunha e Sá	Jornalista, comentadora TVI	Comentadora TVI	Estúdio
Paulo Rangel	Representante ante partidário	PSD	Estúdio

Ator	Atividade/função	Representação	Local de intervenção
Nuno Melo	Representante ante partidário	CDS-PP	Estúdio
Francisco Assis	Representante ante partidário	PS	Estúdio
António Filipe	Representante ante partidário	PCP	Estúdio
José Manuel Pureza	Representante ante partidário	BE	Estúdio
Pedro Moutinho	Presidente e concelheiro	Independente/CDS-PP (Porto)	Sede de candidatura
Augusto Santos Silva	Representante ante candidatura	PS	Sede de candidatura
Rui Solheiro	Coordenador candidatura	PS	Sede partidária
Diogo Feio	Representante ante partidário	CDS-PP	Sede partidária
Marisa Matias	Representante ante partidário	BE	Sede partidária
Álvaro Castelo-Branco	Representante ante candidatura	Independente/CDS-PP (Porto)	Sede de candidatura
Marco António Costa	Vice-presidente e partidário	PSD	Sede partidária
Fernando Seara	Candidato eleitoral	Sentir Lisboa (PSD/CDS-PP/MPT)	Sede de candidatura
Não identificado	Representante ante candidatura	PS	Sede de candidatura
Jorge Cordeiro	Dirigente partidário	CDU	Sede de candidatura
Manuel Alegre	Representante ante partidário	PS	Sede partidária
Helena Roseta <sup>20</sup>	Representante ante candidatura	Independente	Sede de candidatura
Manuel Pizarro	Candidato eleitoral	PS	Sede de candidatura
Rui Moreira	Candidato eleitoral	Independente/CDS-PP (Porto)	Sede de candidatura
Não identificado	Representante ante candidatura	PS	Sede de candidatura

<sup>20</sup> Integra o movimento “Juntos Fazemos Lisboa”, pelo movimento “Cidadãos por Lisboa”, liderado por António Costa, do PS.

Ator	Atividade/ função	Representação	Local de intervenção
Não identificado	Represent ante candidatu ra	Sentir Lisboa {PSD/CDS- PP/MPT}	Sede de candidatura

N=22 (n.º de atores político-partidários)

Dos 22 protagonistas político-partidários identificados no programa, o PS foi a força política que registou mais participações, ou seja, sete. O PSD teve representado por três vezes, o CDS-PP e o BE surgiram em duas ocasiões no programa da TVI. A CDU e o PCP registaram uma presença cada. Conta-se também a presença de um independente.

No âmbito das coligações que se apresentaram a sufrágio às autarquias de Lisboa e do Porto, verifica-se a intervenção de três representantes da coligação vencedora na câmara portuense (Independente/CDS-PP). A coligação que saiu derrotada na autarquia da capital PSD/CDS-PP/MPT esteve representada por duas vezes.

**Fig. 28 Representantes político-partidários no programa “Autárquicas 2013”**

Partido/ Coligação	Representação político-partidária									Total
	PS	PSD	CDU	CDS-PP	BE	PCP	Independente	Independente/CDS-PP	PSD/CDS-PP/MPT	
	7	3	1	2	2	1	1	3	2	22

N=22 (n.º total de representantes político-partidários)

#### SÍNTESE DO PLURALISMO POLÍTICO “AUTÁRQUICAS 2013”

- O programa especial de acompanhamento da noite eleitoral de 29 de setembro de 2013 contou com a participação de 22 representantes político-partidários: ao PS foram atribuídas sete participações, ao PSD três, ao CDS-PP e ao BE duas, à CDU e PCP uma cada. A coligação Independente/CDS-PP (Porto) interveio três vezes e a junção PSD/CDS-PP/MPT de apoio a Fernando Seara em Lisboa duas. Conta-se ainda a presença de protagonista político independente.

## ÍNDICE DE FIGURAS

	<b>ÍNDICE.....</b>	<b>1</b>
	<b>INTRODUÇÃO GERAL.....</b>	<b>4</b>
	<b>SUMÁRIO EXECUTIVO .....</b>	<b>9</b>
	<b>CAPÍTULO I - METODOLOGIA .....</b>	<b>21</b>
	FIG. 1 EDIÇÕES MONITORIZADAS EM 2012 E 2013 .....	22
	FIG. 2 FORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ACOMPANHAMENTO DA OBSERVÂNCIA DO PLURALISMO POLÍTICO.....	24
	<b>CAPÍTULO II – ACONTECIMENTOS DOS ANOS 2012 E 2013 COBERTOS NOS TELEJORNALIS DE HORÁRIO NOBRE DA RTP1, RTP2, SIC E TVI.....</b>	<b>28</b>
	<b>CAPÍTULO III: RTP1, RTP2, SIC, TVI – PERÍODO EM ANÁLISE: 2012 E 2013 .....</b>	<b>61</b>
	FIG. 3 ERRO MÁXIMO DA AMOSTRA PARA 2012 .....	62
	FIG. 4 ERRO MÁXIMO DA AMOSTRA PARA 2013 .....	62
	FIG. 5 PRESENCAS CONJUNTAS DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES POR BLOCO INFORMATIVO: <i>MODELO SIMPLES</i> – RTP1, RTP2, SIC E TVI - 2012 .....	63
	FIG. 6 PRESENCAS CONJUNTAS DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES POR BLOCO INFORMATIVO: <i>MODELO SIMPLES</i> – RTP1, RTP2, SIC E TVI - 2013 .....	63
	FIG. 7 PRESENCAS CONJUNTAS DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES POR BLOCO INFORMATIVO: <i>MODELO PONDERADO</i> – RTP1, RTP2, SIC E TVI - 2012 .....	65
	FIG. 8 PRESENCAS CONJUNTAS DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES POR BLOCO INFORMATIVO: <i>MODELO PONDERADO</i> – RTP1, RTP2, SIC E TVI – 2013.....	65
	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>75</b>
	FIG. 9 PROGRAMAS ABRANGIDOS NAS ANÁLISES DE 2012 E 2013 – 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO .....	77
	<b>CAPÍTULO I - RTP1 .....</b>	<b>79</b>
	<b>“GRANDE ENTREVISTA” 2012 .....</b>	<b>79</b>
	FIG. 10 ATORES POLÍTICOS NO PROGRAMA “GRANDE ENTREVISTA” .....	79
	FIG. 11 “A OPINIÃO DE JOSÉ SóCRATES” E “A SEMANA DE NUNO MORAIS SARMENTO” .....	80
	FIG. 12 ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NO PROGRAMA “PRÓS E CONTRAS” 2012 .....	83
	FIG. 13 ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NO PROGRAMA “PRÓS E CONTRAS” 2013 .....	86
	FIG. 14 ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NO PROGRAMA “PORTUGAL HOJE” .....	89
	FIG. 15 DADOS GERAIS DAS EDIÇÕES ESPECIAIS 2012.....	90
	FIG. 16 PRESENCIA DE ATORES POLÍTICOS E PARTIDÁRIO NAS EDIÇÕES ESPECIAIS DE ENTREVISTA .....	90
	FIG. 17 PRESENCIA DE ATORES POLÍTICOS E PARTIDÁRIO NAS EDIÇÕES ESPECIAIS DE DEBATE .....	91
	FIG. 18 PRESENCIA DE ATORES POLÍTICOS E PARTIDÁRIO NAS EDIÇÕES ESPECIAIS .....	92

FIG. 19	PRESENÇA DE ATORES POLÍTICOS E PARTIDÁRIO NO ESPECIAL “AUTÁRQUICAS 2013” .....	94
FIG. 20	FORÇAS POLÍTICAS REPRESENTADAS PRESENTES NA EDIÇÃO “AUTÁRQUICAS 2013” .....	95
<b> </b>	<b>CAPÍTULO II - RTP2 .....</b>	<b>96</b>
FIG. 21	DADOS GERAIS DO PROGRAMA “EURODEPUTADOS” .....	96
FIG. 22	DADOS GERAIS DO PROGRAMA “PARLAMENTO” .....	98
FIG. 23	ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS E MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA “PARLAMENTO” 2012 .....	99
FIG. 24	ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS E MODALIDADE DE PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA “PARLAMENTO” .....	100
<b> </b>	<b>CAPÍTULO III – SIC 2012-2013 .....</b>	<b>101</b>
FIG. 25	ATORES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NA EDIÇÃO ESPECIAL “AUTÁRQUICAS 2013” .....	101
FIG. 26	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E PARTIDÁRIA “AUTÁRQUICAS 2013” .....	103
<b> </b>	<b>CAPÍTULO IV – TVI 2012-2013 .....</b>	<b>104</b>
FIG. 27	INTERVENIENTES NO PROGRAMA “AUTÁRQUICAS 2013” .....	105
FIG. 28	REPRESENTANTES POLÍTICO-PARTIDÁRIOS NO PROGRAMA “AUTÁRQUICAS 2013” .....	107
<b> </b>	<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>108</b>
FIG. 29	TABELA SÍNTESE: PRESENÇA DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES: <i>MODELO SIMPLES</i> E <i>MODELO PONDERADO</i> – RTP1, RTP2, SIC E TVI - 2012 .....	111
FIG. 30	TABELA SÍNTESE: PRESENÇA DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES: <i>MODELO SIMPLES</i> E <i>MODELO PONDERADO</i> – RTP1, RTP2, SIC E TVI - 2013 .....	113

**ANEXO DO VOLUME I – 2012/2013**

**RTP1, RTP2, SIC e TVI**



Fig. 29 TABELA SÍNTESE: PRESENÇA DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES: MODELO SIMPLES E MODELO PONDERADO – RTP1, RTP2, SIC E TVI - 2012

Formações	Presenças 2012					Ponderado valência/RAT% 2012					Influência da valência/rat%			
	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI	Total	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI	Total	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI
Governo + PSD/CDS	31,09%	30,27%	29,69%	30,19%	<b>30,30%</b> <b>(1328)</b>	29,18%	26,97%	25,95%	25,53%	<b>25,86%</b> <b>(1753)</b>	negativa	negativa	negativa	negativa
Oposição parlamentar	14,98%	16,46%	13,48%	15,34%	<b>15,04%</b> <b>(659)</b>	16,43%	17,95%	15,61%	17,22%	<b>16,60%</b> <b>(698)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Oposição extraparlamentar	0,09%	0,10%	0,09%	-	<b>0,07% (3)</b>	0,08%	0,10%	0,09%	-	<b>0,07% (3)</b>	negativa	-	-	-
Outras formações	53,84%	53,17%	56,74%	54,47%	<b>54,60%</b> <b>(2393)</b>	54,31%	54,98%	58,36%	57,25%	<b>57,47%</b> <b>(2533)</b>	positiva	negativa	positiva	positiva
<b>Presenças simples e ponderadas do Governo e partidos políticos</b>														
Governo (isolado)	22,46%	20,55%	21,04%	22,12%	<b>21,58%</b> <b>(946)</b>	19,99%	16,64%	17,33%	17,05%	<b>16,56%</b> <b>(1361)</b>	negativa	negativa	negativa	negativa
PS	6,45%	7,36%	6,47%	7,43%	<b>6,94%</b> <b>(304)</b>	6,84%	7,65%	7,23%	8,08%	<b>7,32%</b> <b>(338)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
PPD/PSD (isolado)	5,02%	5,32%	4,92%	4,07%	<b>4,79%</b> <b>(210)</b>	5,36%	5,68%	4,90%	4,20%	<b>5,08%</b> <b>(217)</b>	positiva	positiva	negativa	positiva
CDS-PP (isolado)	3,60%	4,40%	3,73%	3,99%	<b>3,92%</b> <b>(172)</b>	3,82%	4,65%	3,73%	4,28%	<b>4,22%</b> <b>(175)</b>	positiva	positiva	-	positiva
PCP	3,98%	4,29%	3,55%	3,83%	<b>3,90%</b> <b>(171)</b>	4,46%	4,85%	4,15%	4,38%	<b>4,41%</b> <b>(176)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
BE	3,60%	3,78%	2,91%	3,59%	<b>3,47%</b> <b>(152)</b>	4,12%	4,30%	3,62%	4,20%	<b>4,05%</b> <b>(152)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
PEV	0,95%	1,02%	0,55%	0,48%	<b>0,73%</b> <b>(32)</b>	1,02%	1,15%	0,61%	0,55%	<b>0,82%</b> <b>(32)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
<b>Presenças simples e ponderadas dos partidos extraparlamentares</b>														
MPT	0,09%	0,10%	0,09%	-	<b>0,07% (3)</b>	0,08%	0,10%	0,09%	-	<b>0,07% (3)</b>	negativa	-	-	-
PND	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PCTP/MRPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MEP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PAN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PPM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Formações	Presenças 2012					Ponderado valência/RAT% 2012					Influência da valência/rat%			
	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI	Total	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI	Total	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI
POUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PLD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PPV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Presenças simples e ponderadas de outras formações</b>														
Organismos empresariais/económicos nacionais	8,72%	9,00%	8,47%	8,07%	<b>8,53%</b> <b>(374)</b>	8,81%	9,36%	8,38%	8,35%	<b>8,97%</b> <b>(384)</b>	positiva	positiva	negativa	positiva
Organismos institucionais nacionais	8,06%	7,57%	8,56%	7,75%	<b>7,99%</b> <b>(350)</b>	8,29%	7,96%	8,65%	8,19%	<b>8,48%</b> <b>(360)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Organismos empresariais/económicos internacionais	6,26%	6,65%	6,01%	5,91%	<b>6,18%</b> <b>(271)</b>	5,45%	6,16%	5,32%	5,63%	<b>5,90%</b> <b>(299)</b>	negativa	negativa	negativa	negativa
Membros da sociedade civil	5,02%	3,78%	6,65%	5,99%	<b>5,43%</b> <b>(238)</b>	6,01%	4,43%	8,05%	6,99%	<b>6,48%</b> <b>(239)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Representações dos sindicatos e dos trabalhadores	5,12%	4,91%	4,92%	4,79%	<b>4,93%</b> <b>(216)</b>	5,50%	5,48%	5,58%	5,23%	<b>5,50%</b> <b>(220)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Presidente da República	3,32%	3,99%	3,55%	3,51%	<b>3,58%</b> <b>(157)</b>	3,24%	3,82%	3,23%	3,53%	<b>3,39%</b> <b>(190)</b>	negativa	negativa	negativa	positiva
Restantes organismos políticos nacionais	2,94%	3,68%	3,46%	3,35%	<b>3,35%</b> <b>(147)</b>	2,61%	3,51%	3,24%	3,34%	<b>3,29%</b> <b>(161)</b>	negativa	negativa	negativa	negativa
Movimentos organizados da sociedade civil	2,37%	2,15%	3,19%	2,72%	<b>2,62%</b> <b>(115)</b>	2,79%	2,56%	3,90%	3,17%	<b>3,10%</b> <b>(115)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Organismos políticos internacionais	2,18%	2,35%	2,37%	2,96%	<b>2,49%</b> <b>(109)</b>	2,24%	2,53%	2,24%	2,98%	<b>2,57%</b> <b>(117)</b>	positiva	positiva	negativa	negativa
Órgãos da União Europeia	2,27%	2,04%	2,19%	2,56%	<b>2,28%</b> <b>(100)</b>	2,12%	1,92%	2,20%	2,63%	<b>2,33%</b> <b>(107)</b>	negativa	negativa	positiva	positiva
Autarquias nacionais	1,42%	1,33%	2,55%	2,16%	<b>1,89%</b> <b>(83)</b>	1,53%	1,52%	2,85%	2,50%	<b>2,17%</b> <b>(84)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Assembleia da República	1,42%	1,23%	1,64%	1,28%	<b>1,39%</b> <b>(61)</b>	1,25%	1,10%	1,54%	1,25%	<b>1,34%</b> <b>(69)</b>	negativa	negativa	negativa	negativa
Governo regional da Madeira	1,52%	1,23%	1,00%	1,12%	<b>1,21%</b> <b>(53)</b>	1,35%	1,14%	0,99%	1,07%	<b>1,16%</b> <b>(61)</b>	negativa	negativa	negativa	negativa
Organismos institucionais internacionais	1,04%	0,82%	0,73%	0,96%	<b>0,89%</b> <b>(39)</b>	0,99%	0,86%	0,71%	0,95%	<b>0,90%</b> <b>(43)</b>	negativa	positiva	negativa	negativa
Governo regional dos Açores	0,57%	0,51%	0,46%	0,48%	<b>0,50%</b> <b>(22)</b>	0,57%	0,55%	0,48%	0,53%	<b>0,53%</b> <b>(24)</b>	-	positiva	positiva	positiva
Partidos RAM	0,47%	0,61%	0,46%	0,40%	<b>0,48%</b> <b>(21)</b>	0,50%	0,66%	0,41%	0,35%	<b>0,48%</b> <b>(22)</b>	positiva	positiva	negativa	negativa
Autarquias regionais	0,38%	0,72%	0,27%	0,16%	<b>0,37%</b> <b>(16)</b>	0,40%	0,77%	0,31%	0,20%	<b>0,40%</b> <b>(16)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Partidos RAA	0,38%	0,20%	0,09%	0,24%	<b>0,23%</b> <b>(10)</b>	0,38%	0,26%	0,09%	0,29%	<b>0,26%</b> <b>(10)</b>	-	positiva	-	positiva

Formações	Presenças 2012					Ponderado valência/RAT% 2012					Influência da valência/rat%			
	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI	Total	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI	Total	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI
Políticos independentes eleitos	0,19%	0,20%	0,09%	-	<b>0,11% (5)</b>	0,15%	0,18%	0,08%	-	<b>0,11% (5)</b>	negativa	negativa	negativa	-
Assembleia Legislativa da Madeira	0,19%	0,10%	0,09%	0,08%	<b>0,11% (5)</b>	0,13%	0,09%	0,09%	0,08%	<b>0,10% (6)</b>	negativa	negativa	-	-
Representante da República para a Região Autónoma da Madeira	-	0,10%	-	-	<b>0,02% (1)</b>	-	0,12%	-	-	<b>0,02% (1)</b>	-	positiva	-	-
Assembleia Legislativa dos Açores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Representante da República para a Região Autónoma dos Açores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00% (4383)</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00% (4987)</b>	-	-	-	-

Nota: Número total de peças emitidas e monitorizadas em 2012 = 1548; Telejornal = 369; Hoje/24: Sumário/24 Síntese = 331; Jornal da Noite = 392; Jornal das 8 = 456

Total de presenças das formações = 4383 (contabilizam-se todas as peças em que cada uma das formações político-partidárias surge representada na peça em discurso direto ou indireto)

Total de presenças das formações = 4987 (contabilizam-se todas as peças em que cada uma das formações político-partidárias surge representada na peça em discurso direto ou indireto ou enquanto destinatário/alvo)

Valores em percentagem

Variável de resposta múltipla

**Fig. 30 TABELA SÍNTESE: PRESENÇA DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES: MODELO SIMPLES E MODELO PONDERADO – RTP1, RTP2, SIC E TVI - 2013**

Formações	Presenças 2013					Ponderado valência/RAT% 2013					Influência da valência/rat%			
	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI	Total	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI	Total	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI
Governo + PSD/CDS	30,22%	32,58%	30,55%	30,71%	<b>30,73% (1365)</b>	25,98%	28,07%	26,75%	25,97%	<b>25,63% (1832)</b>	negativa	negativa	negativa	negativa
Oposição parlamentar	19,42%	20,49%	19,08%	18,37%	<b>19,11% (849)</b>	21,73%	23,35%	21,58%	20,93%	<b>19,11% (849)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Oposição extraparlamentar	0,08%	0,00%	1,26%	0,15%	<b>0,45% (20)</b>	0,10%	0,00%	1,22%	0,15%	<b>0,48% (20)</b>	positiva	-	negativa	-
Outras formações	50,28%	46,93%	49,11%	50,77%	<b>49,71% (2208)</b>	52,19%	48,58%	50,44%	52,95%	<b>52,35% (2362)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
<b>Presenças simples e ponderadas do Governo e partidos políticos</b>														
Governo (isolado)	20,79%	20,90%	19,82%	20,65%	<b>20,46% (909)</b>	16,93%	16,20%	16,12%	15,87%	<b>15,27% (1334)</b>	negativa	negativa	negativa	negativa
PS	8,54%	8,81%	9,10%	8,96%	<b>8,87% (394)</b>	8,93%	9,68%	9,82%	9,81%	<b>9,55% (430)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
PPD/PSD (isolado)	5,56%	6,15%	6,29%	5,80%	<b>5,92% (263)</b>	5,18%	6,23%	6,18%	5,73%	<b>5,90% (289)</b>	negativa	positiva	negativa	negativa

Formações	Presenças 2013					Ponderado valência/RAT% 2013					Influência da valência/rat%			
	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI	Total	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI	Total	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI
PCP	4,67%	5,12%	4,51%	4,26%	<b>4,55%</b> <b>(202)</b>	5,52%	6,01%	5,45%	5,14%	<b>5,38%</b> <b>(205)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
CDS-PP (isolado)	3,87%	5,53%	4,44%	4,26%	<b>4,34%</b> <b>(193)</b>	3,87%	5,64%	4,46%	4,37%	<b>4,45%</b> <b>(209)</b>	-	positiva	positiva	positiva
BE	4,51%	5,12%	3,99%	4,26%	<b>4,34%</b> <b>(193)</b>	5,27%	6,05%	4,76%	5,00%	<b>5,07%</b> <b>(197)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
PEV	1,69%	1,43%	1,48%	0,88%	<b>1,35%</b> <b>(60)</b>	2,02%	1,61%	1,55%	0,98%	<b>1,54%</b> <b>(60)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
<b>Presenças simples e ponderadas dos partidos extraparlamentares</b>														
MPT	-	-	0,22%	0,15%	<b>0,11% (5)</b>	-	-	0,20%	0,15%	<b>0,12% (5)</b>	-	-	negativa	-
PND	-	-	0,22%	-	<b>0,07% (3)</b>	-	-	0,22%	-	<b>0,07% (3)</b>	-	-	-	-
PPM	-	-	0,22%	-	<b>0,07% (3)</b>	-	-	0,22%	-	<b>0,07% (3)</b>	-	-	-	-
PPV	-	-	0,22%	-	<b>0,07% (3)</b>	-	-	0,22%	-	<b>0,07% (3)</b>	-	-	-	-
PCTP/MRPP	-	-	0,15%	-	<b>0,05% (2)</b>	-	-	0,13%	-	<b>0,05% (2)</b>	-	-	negativa	-
PTP	0,08%	-	0,07%	-	<b>0,05% (2)</b>	0,10%	-	0,07%	-	<b>0,05% (2)</b>	positiva	-	-	-
PAN	-	-	0,07%	-	<b>0,02% (1)</b>	-	-	0,07%	-	<b>0,02% (1)</b>	-	-	-	-
PNR	-	-	0,07%	-	<b>0,02% (1)</b>	-	-	0,09%	-	<b>0,03% (1)</b>	-	-	positiva	-
PDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MEP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PLD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Presenças simples e ponderadas de outras formações</b>														
Organismos institucionais nacionais	9,75%	10,25%	9,69%	8,52%	<b>9,41%</b> <b>(418)</b>	9,95%	10,44%	9,28%	8,59%	<b>9,61%</b> <b>(447)</b>	positiva	positiva	negativa	positiva
Organismos empresariais/económicos internacionais	5,24%	4,71%	5,84%	6,83%	<b>5,85%</b> <b>(260)</b>	4,56%	3,87%	5,14%	6,55%	<b>5,48%</b> <b>(293)</b>	negativa	negativa	negativa	negativa
Representações dos sindicatos e dos trabalhadores	6,53%	6,35%	4,96%	5,36%	<b>5,67%</b> <b>(252)</b>	7,65%	7,18%	5,96%	6,08%	<b>6,58%</b> <b>(252)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Presidente da República	4,59%	6,56%	5,99%	5,73%	<b>5,58%</b> <b>(248)</b>	4,34%	6,79%	5,84%	5,68%	<b>5,52%</b> <b>(276)</b>	negativa	positiva	negativa	negativa
Organismos empresariais/económicos nacionais	5,56%	3,69%	4,96%	5,22%	<b>5,07%</b> <b>(225)</b>	5,91%	3,94%	5,03%	5,35%	<b>5,41%</b> <b>(237)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva

Formações	Presenças 2013					Ponderado valência/RAT% 2013					Influência da valência/rat%			
	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI	Total	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI	Total	Telejorna I RTP1	Hoje/24: Sumário RTP2	Jornal da Noite SIC	Jornal das 8 TVI
Membros da sociedade civil	4,75%	2,46%	2,96%	4,26%	<b>3,80%</b> <b>(169)</b>	5,72%	2,98%	3,80%	5,39%	<b>4,71%</b> <b>(174)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Restantes organismos políticos nacionais	2,58%	2,46%	3,03%	4,11%	<b>3,17%</b> <b>(141)</b>	2,21%	2,38%	2,91%	3,96%	<b>3,02%</b> <b>(166)</b>	negativa	negativa	negativa	negativa
Movimentos organizados da sociedade civil	2,34%	1,43%	2,59%	1,91%	<b>2,18%</b> <b>(97)</b>	2,67%	1,57%	3,10%	2,16%	<b>2,57%</b> <b>(98)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Organismos políticos internacionais	1,77%	1,84%	1,55%	2,13%	<b>1,82%</b> <b>(81)</b>	2,05%	2,08%	1,72%	2,37%	<b>2,08%</b> <b>(83)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Órgãos da União Europeia	1,29%	1,02%	2,51%	1,76%	<b>1,78%</b> <b>(79)</b>	1,20%	0,85%	2,38%	1,73%	<b>1,73%</b> <b>(87)</b>	negativa	negativa	negativa	negativa
Assembleia da República	1,61%	1,64%	1,41%	1,47%	<b>1,51%</b> <b>(67)</b>	1,50%	1,60%	1,40%	1,54%	<b>1,55%</b> <b>(69)</b>	negativa	negativa	negativa	positiva
Autarquias nacionais	1,53%	1,84%	1,63%	0,96%	<b>1,42%</b> <b>(63)</b>	1,77%	2,12%	1,79%	1,09%	<b>1,58%</b> <b>(64)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Políticos independentes eleitos	0,64%	0,61%	0,89%	0,66%	<b>0,72%</b> <b>(32)</b>	0,78%	0,72%	0,97%	0,80%	<b>0,85%</b> <b>(32)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Organismos institucionais internacionais	0,73%	0,61%	0,44%	0,51%	<b>0,56%</b> <b>(25)</b>	0,75%	0,66%	0,50%	0,55%	<b>0,62%</b> <b>(25)</b>	positiva	positiva	positiva	positiva
Governo regional da Madeira	0,56%	0,20%	0,22%	0,37%	<b>0,36%</b> <b>(16)</b>	0,45%	0,06%	0,26%	0,20%	<b>0,30%</b> <b>(21)</b>	negativa	negativa	positiva	negativa
Partidos RAM	0,32%	0,20%	0,15%	0,44%	<b>0,29%</b> <b>(13)</b>	0,24%	0,21%	0,08%	0,46%	<b>0,26%</b> <b>(15)</b>	negativa	positiva	negativa	positiva
Autarquias regionais	0,24%	0,41%	0,07%	0,15%	<b>0,18% (8)</b>	0,26%	0,51%	0,06%	0,16%	<b>0,19% (8)</b>	positiva	positiva	negativa	positiva
Partidos RAA	0,08%	0,20%	0,22%	0,22%	<b>0,18% (8)</b>	0,07%	0,21%	0,22%	0,23%	<b>0,19% (8)</b>	negativa	positiva	-	positiva
Governo regional dos Açores	0,08%	0,41%	-	0,07%	<b>0,09% (4)</b>	0,07%	0,41%	-	0,02%	<b>0,07% (5)</b>	negativa	-	-	negativa
Assembleia Legislativa da Madeira Representante da República para a Região Autónoma da Madeira	0,08%	-	-	0,07%	<b>0,05% (2)</b>	0,04%	-	-	0,05%	<b>0,03% (2)</b>	negativa	-	-	negativa
Assembleia Legislativa dos Açores Representante da República para a Região Autónoma dos Açores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b> <b>(4442)</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b> <b>(5106)</b>	-	-	-	-

Nota: Número total de peças emitidas e monitorizadas em 2013 = 1533; Telejornal = 444; Hoje/24: Sumário/24 Síntese = 172; Jornal da Noite = 435; Jornal das 8 = 482

Total de presenças das formações = 4442 (contabilizam-se todas as peças em que cada uma das formações político-partidárias surge representada na peça em discurso direto ou indireto)

Total de presenças das formações = 5106 (contabilizam-se todas as peças em que cada uma das formações político-partidárias surge representada na peça em discurso direto ou indireto ou enquanto destinatário/alvo). Valores em percentagem. Variável de resposta múltipla